



**CORPOS SILENCIADOS,
VOZES PRESENTES:
A VIOLÊNCIA NO OLHAR DAS
MULHERES KAIOWÁ E GUARANI**

Hete kirirîm ayvu jekaa tekovai, kuñangue.

Tekoha Kaiowá e Guarani - MS

2021

Relatório Mapeamento da violência - Kuñangue Aty Guasu/FIMI.

Responsáveis: Equipe da Kuñangue Aty Guasu

Flavia Arino Nunes, Jaqueline Gonçalves Porto, Vanderléia Rocha, Valdinéia Aquino, Leila Rocha, Clara Barbosa e Alenir Aquino.

Coordenação geral: Jaqueline Gonçalves e Clara Barbosa

Convidadas: Fabiana Assis Fernandes, Simone Becker, Laura Gislot, Gislaine Monfort, Katiuscia Moreno Galhera, Raffaella Fryer-Moreira, Liana Amin Lima

Colaborador: Tônico Benites

Design gráfico: Paula Albuquerque

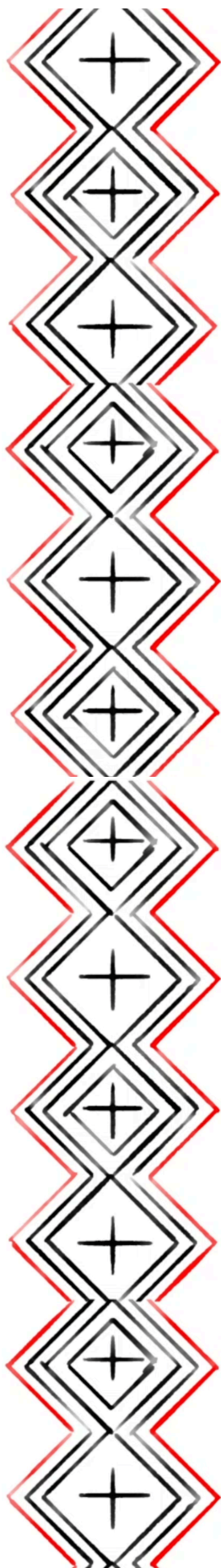
Fotografia da capa: Fabiana Assis Fernandes

Dados colhidos durante 2017/2018/segundo semestre de 2019 e o primeiro semestre de 2020. Dados colhidos nas visitas nas aldeias Guarani e Kaiowá no Cone Sul de MS 2017/2018/2019.

Sumário

Agradecimentos	5
Introdução	6
Quem é a Kuñangue Aty Guasu?	7
Nós por nós! Kuñangue Aty Guasu!	10
Jaqueline Gonçalves Kuña Aranduhá Kaiowá	10
Flavia Arino Nunes	14
Alenir Aquino	16
Vanderleia Rocha	17
Leila Rocha	20
Valdineia Jorge Aquino	23
Clara Barbosa	28
O Mapeamento da Violência contra a vida das mulheres Kaiowá e Guarani	20
O que é a violência para as mulheres kaiowa e Guarani	22
Tipos de violência constatada, autores e mentores	25
A violência em diversos olhares/vozes/escritas da mulher Kaiowá e Guarani	28
O Estado Brasileiro e a violência contra nossos corpos com a chegada do COVID-19 em territórios indígenas Kaiowá e Guarani	32
O crime de intolerância religiosa: A violência/demonização contra rezadores e rezadeiras	36
Perseguições/homicídios/feminicídio	44

Crianças indígenas e a violência silenciosa - "ele mexeu comigo enquanto mamãe estava no hospital"	45
Terra indígena Apyka'i: A trajetória de lutas/resistências e sobrevivências da viúva Damiana Cavanha, liderança Kaiowa a beira da rodovia.	46
Violência obstétrica	49
O hospital	51
"A violência dentro dos territórios indígenas"	52
A negação de direitos dos Povos Indígenas pelo estado Brasileiro	54
As Reservas Indígenas:	57
O judiciário brasileiro e o art. 231 da Constituição Federal de 1988	64
A lei Maria Da Pena	65
Recomendações nacionais e internacionais	68
Plataforma de Beijing +25 Brasil - Agenda 2030: Mulheres Indígenas	68
Kuñangue Aty Guasu, Grande Assembleia das Mulheres Guarani e Kaiowá, Centro Oeste do Brasil	73
Casa de Medicina Tradicional: Fortalecendo a Saúde da Mulher Kaiowá e Guarani em contexto de violência	75
Farmácia Viva	77
Fortalecer as parceiras é proteger vidas e vidas indígenas importam	78
Documentos finais das Assembléias da Kuñangue ATy Guasu	79
Documento final da Kuñangue Aty Guasu 2017	79
Documento final da Kuñangue Aty Guasu 2018	84
Documento final da Kuñangue Aty Guasu 2019	89
Conclusão	97
2021	99



Agradecimentos

Agradecemos imensamente a todas as mulheres, Nhandesys, parteiras, Jarys que resistiram antes de nós, que lutaram bravamente para que hoje estivéssemos aqui seguindo com a luta de nossos antepassados, construindo caminhos de sobrevivências.

Agradecemos ao **Fundo AYNI**, o braço filantrópico do **Fórum Internacional de Mulheres Indígenas** (FIMI) - que através do Programa Liderando do Sul, financiado pelo Ministério de Relações Exteriores da Holanda, investiu em projetos liderados por grupos, redes e organizações de mulheres Indígenas na Ásia, África, América Latina e no Pacífico, atendendo a demanda da Kuñangue Aty Guasu, como um organização lideradas por mulheres indígenas Guarani e Kaiowá, que lutam para promover os direitos humanos das mulheres Kaiowá e Guarani.

Somos imensamente gratas as Nhandesys, as comunidades Guarani e Kaiowá que nos receberam, as mulheres que fizeram relatos de violência que presenciaram ou que viveram toda a nossa solidariedade. Também somos gratas aos nossos convidados que estão nos ajudando na parte técnica da elaboração do material.

Nossa gratidão a todos que colaboraram e continuam resistindo ao som do Mbaraka e Takuapu. Colher relatos de violência foi um passo importante e desafiador, desde já pedimos desculpas pois não conseguimos estar em todas as aldeias, em todos os acampamentos indígenas Kaiowá e Guarani.

Esse mapeamento só foi possível ser realizado graças ao apoio de muitas mãos de muitas irmãs e apoio do **FIMI AYNI**.

Atyma porã, obrigado.

Introdução

Esse relatório vem trazer ao público as tantas formas de violências narradas pelas mulheres indígenas do povo Guarani e Kaiowá. Narrativas construídas historicamente por mulheres indígenas que sobreviveram e conseguiram narrar a sua resistência.

Não vamos aqui falar de feminismo entre as mulheres Kaiowa e Guarani, pois até o término desse relatório, a conclusão foi de que a pauta das Mulheres Indígenas ainda está longe de ser atendida pelo feminismo Karai (não-indígena). Porém, não vamos deixar de falar da luta histórica das Nhandesys, de jovens mães, e de tantas outras mulheres Kaiowá e Guarani que se auto-organizam e seguem em luta.

Não pretendemos trazer respostas para tantos julgamentos e dúvidas que giram em torno da luta das mulheres Guarani e Kaiowá. Estamos juntas construindo esse primeiro passo para deixar em público o que é secular, a violência contra as mulheres Kaiowá e Guarani.

O trabalho foi desenvolvido a partir de relatos, contatos e vivências de três anos com mulheres Guarani e Kaiowá lideranças de frente de diversos Tekoha do Cone Sul de MS, sendo algumas delas, mulheres que compõem o conselho da Kuñangue Aty Guasu - Grande Assembleia geral das Mulheres Guarani e Kaiowá.

Essa é a conclusão do primeiro passo de narrativas/levantamentos/mapeamentos de vários tipos de violências praticadas contra as mulheres Kaiowá e Guarani levantada pela Kuñangue Aty Guasu com apoio do Foro Internacional de Mujeres Indígenas, Fondo de Mujeres Indígenas AYNI, dirigido por e para Mujeres Indígenas Filantropía Intercultural Innovadora.

Quem é a Kuñangue Aty Guasu?

Kuñangue Aty Guasu é a Grande Assembleia das Mulheres Kaiowá e Guarani, organizadas no Cone Sul de Mato Grosso Do Sul. Foi fundada em 2006, quando as mulheres indígenas organizaram-se em coletivo com o objetivo de serem as porta-vozes de sua caminhada, de sua própria história. Essa decisão histórica iniciou-se no território sagrado Ñanderu Marangatu, Município de Antônio João-MS. Outras edições foram realizadas em 2012, 2013, 2014, 2017, 2018, 2019 e 2020.

As mulheres Guarani e Kaiowá em assembleias debatem pautas que vão além da questão territorial, pautas que fazem parte do cotidiano delas como: demarcação das terras tradicionais, promoção da cidadania, direitos sociais, segurança pública e participação social. Pautam temas específicos como: violência doméstica, violência de Estado contra os Guarani e Kaiowá, violência nos acampamentos e retomadas por conta dos ataques dos pistoleiros a mando dos latifundiários contra a comunidade, alimentação/roça, soberania alimentar, consumo de alimentos sem agrotóxico, impactos da monocultura ao entorno das aldeias Guarani e Kaiowá, racismo, preconceito, intolerância religiosa, direito das crianças e adolescentes, direito das anciãs e anciões, meio ambiente, clima e a agenda de luta/mobilização Guarani Kaiowá.

É uma assembleia organizada por mulheres conselheiras da Kuñangue Aty Guasu, onde as representantes de várias comunidades têm voz, espaço, participação e decisão. O público da Assembleia são: Nhandesys (Anciãs-Jary) e Nhanderus (Anciãos-Ñamõi), jovens, rezadores, crianças, movimentos sociais, ativistas, imprensa internacional e nacional, Universidades, pesquisadores e apoiadores. A presença de autoridades regionais, estaduais e federais, interligadas às questões indígenas, bem como das organizações indigenistas,

também se faz presente na plenária, recebendo as demandas da Kuñangue Aty Guasu.

O público da Plenária varia entre 400 e 600 pessoas, um espaço de protagonismo e discussão de temas de alta relevância para as comunidades indígenas. A *Kuñague Aty Guasu* é um dos únicos espaços, onde se reúnem mulheres Kaiowa e Guarani, representantes de todos os Tekoha para diálogo e discussão dos direitos e demandas delas.

Falar da mulher Kaiowá e Guarani é falar de uma extensão de lutas, de resistências, de tessituras de sobrevivência em 521 anos. Só nós podemos falar de nós, da nossa caminhada, sem maquiagem, sem vírgulas e sem pontos ou com vírgulas e pontos, (...) somos múltiplas mulheres em movimento. Somos identidades butlerianamente (BUTLER, 2003) engessadas para as atuações políticas, nas mais plurais arenas políticas estatais: o Judiciário, o Legislativo, etc. As consequências do processo de dizimação de nosso povo ainda permanece nua e crua em tempos “contemporâneos” em nossos corpos, o homem karai evoluiu, mas carregado de destruição para alcançar seus objetivos.

As mulheres em movimento são as que estão na linha de frente por um mundo mais humano, que chegam onde o estado não consegue chegar, aquelas que não se calam, que não se omitem, que lutam pelo seu povo, que lutam por vidas e vidas importam. As mulheres indígenas em movimento são as Kunangue Aty Guasu, as ANMIGA (A Articulação Nacional das Mulheres Guerreiras da Ancestralidade), as UMIAB (União das Mulheres Indígenas Da Amazônia Brasileira) as professoras, as ativistas, as mães, as jovens, e tantas outras. São corpos em movimentos, que se juntam num marco político em uma corrente humana, corpos no seu direito de aparecer, e não são a minoria, porque juntas elas são múltiplas e suas forças são lindamente gigantes.

São mulheres questionando o judiciário, os/as PLs, as PECs, a constituição (federal e máxima lei em terras brasilis), os espaços de poder que se levantam contra nossos direitos originários e constitucionais. São mulheres que segundo a medicina karai nasceram “fêmeas”, porém lutam como se fossem de ferros: “passamos batom, mas não deixamos a boiada passar” Célia Xakriabá.

Elas são fontes de alimento de luta para muitas outras, vozes de muitas que são silenciadas. São mulheres que dão vida à vida, e significados ao mundo, colorindo todos os dias, os dias que já se tornaram cinzas. São elas que cantam e encantam o “amor cinza”, parafraseando a obra prima de Mateus Aleluia.

As mulheres em movimento contra todo esse poder patriarcal sofrem danos em seus corpos todos os dias, são cassadas como bruxas, loucas, criminalizadas, julgadas e condenadas pelo estado quando deveriam ser protegidas.

O corpo da mulher indígena, muitas das vezes não é reconhecida como humano, já foram comparadas há tantos outros animais irracionais. O racismo colonial presente permite o humano a olhar para nós com julgamentos por ser mulher, nativa, com conhecimentos ancestrais, as filhas/netas das “índias” que eles não conseguiram dizimar.

Se não somos nós a contestar o que rodeia os nossos corpos, quem irá gritar por nós? Estamos rodeadas por inúmeras novidades em nossos corpos Kaiowá e Guarani, nossos corpos estão expostos há tantos experimentos, curiosidades no olhar de uma menina, olhar desconfiados de mulheres adultas. O modo tradicional que nos foi apresentado, é violador, é duma extrema violência uma menina ao menstruar estar pronta para casar, é um corpo ingênuo de criança para uma fase adulta.

Nosso corpo é precioso, é um troféu nas tantas mãos colonizadoras, que também no modo “tradicional” foram ensinados que seremos suas esposas, mãe

de seus filhos, ficaríamos em casa cuidando dos afazeres do dia-dia. Só não foi apresentado para nós nesse modo “tradicional” que são corpos/vidas de mulheres que sonham, que tem sentimentos, que desejam voar, que desejam ser o que elas desejam e não apenas “servir ao homem ou a família”. O corpo é nosso, nós cuidamos dele, e nós temos o direito de construir a nossa história.

Nós por nós - Corpos silenciados, vozes presentes!



Jaqueline Gonçalves Kuña Aranduhá Kaiowá

Falar desta trajetória faz me transbordar, é deixar em explícito o que considero minha base, meu alicerce, ficaria vazio se não dissesse dele. Estou falando do meu pai, Dilo Gonçalves, que tão cedo partiu, me incentivou a estudar, sempre dizia que o estudo era o melhor caminho, e que ele não teve esta oportunidade, e desejava muito me ver formada. Meu

nome é Jaqueline Gonçalves Porto, meu nome ka'agui (nome indígena) é Kuña Aranduhá, tenho 31 anos, nasci em 1990, pertencço a etnia Ka'aguy Ygua (ou Kaiowá como chamam os não indígenas).

Até os cinco anos morei com meus pais na fazenda próxima a região de Dourados, ambos eram funcionários, cuidavam do rebanho bovino e das plantações. Meu pai se preocupava muito com os estudos dos filhos e filhas. A convite de minha avó materna, mudamos para a Reserva Indígena de Dourados, eu tinha seis anos de idade e iniciei os estudos na escola pública municipal Francisco Meirelles, que pertence à Missão Caiuá. Lá estudei por nove anos, me formando no ensino fundamental aos 14 anos de idade. Em minha formatura meu pai já não se encontrava mais presente, há um ano atrás antes da minha formatura da oitava série do ensino fundamental ele tinha sido assassinado com um golpe de punhal no coração. Tinha minha mãe e meus irmãos que já tinham se mudado de casa. Foi aí que começou a batalha mais dura da minha vida. Minha mãe mudou completamente suas relações sociais, seus modos de viver, meus irmãos também, eu não me identificava mais com minha família biológica, desejava continuar estudando. Sai de casa aos catorze anos, fui morar com o irmão que morava próximo a escola que eu desejava estudar, entrei para a Escola Intercultural Indígena de Ensino Médio GUAATEKA Marçal de Sousa aos quinze anos, lá permaneci por três anos, me formando no ensino médio aos 17 anos.

Desejava muito continuar estudando, adorava as plantas, tinha saudades passageiras da minha família biológica, pois meu lugar de pertencimento já não era mais do lado deles, eu já trabalhava, já me bancava, já tinha feito muitos cursos pela ONG Ação de Jovens Indígenas. Prestei o vestibular na Universidade Estadual de Mato Grosso Do Sul para Biologia, passei em 3º lugar, aos 18 anos ingressei na UEMS-Dourados/MS. Um espaço diferente, com pessoas de todos os lugares, eu não tinha amigos, não compreendia a linguagem dos livros, era tudo muito difícil, consegui ficar um semestre, o que sonhava que era universidade na

prática era muito difícil, eu só tinha apoio dos amigos fora da universidade e dos colegas de trabalho, família sempre ausente, desisti do curso. Me preparei para o vestibular na UNIGRAN, como estava constantemente trabalhando, fazendo cursos na área de audiovisual/comunicação, tinha muito interesse pelo jornalismo, ingressei na Unigran na graduação de jornalismo aos 20 anos, tinha esperança que seria melhor que a UEMS, pela distância, pelo espaço, pelo curso, etc. Foi uma experiência muito ruim, o preconceito e racismo institucional deveria ser o sobrenome daquela universidade, a linguagem continuava difícil, o português parecia uma língua estrangeira. Consegui ficar um semestre e desisti. Me preparei para o vestibular da UFGD, o curso que mais me identifiquei dentre os ofertados é o curso de Ciências Sociais, estudava muito para a prova. Fui aprovada e ingressei aos 21 anos de idade na Universidade Federal Da Grande Dourados, continuava trabalhando na aldeia, estava grávida de uma menina, Jaja o nome dela. Segui o curso de Ciências sociais, continuava difícil, a linguagem teórica me fazia sentir um ser de outro mundo, entendi que estudar o mundo dos não indígenas era muito difícil, mas eu me identificava com a sociologia, antropologia e ciência política. Os professores não me entendiam, falhava muito nas aulas, pois era longe, às vezes tinha ônibus, quando chovia não tinha transporte, etc. Eu já militava em defesa do meu povo Guarani e Kaiowá, em 2014 dois meses antes de minha formatura sofri um ataque de milícias/capangas de ruralistas de uma fazenda, meu povo tinha feito a retomada de uma área próximo a Itaporã, eu estava fazendo a cobertura no audiovisual e fui atacada. Tentei dialogar com a coordenação do curso e meu pedido foi negado, tive que me ausentar da faculdade no último semestre do curso para minha segurança e da minha filha, fiquei muito triste e fora da universidade por quase três anos, percebi que a universidade não foi feita para nós indígenas, não respeitam a nossa maneira de ser, cheia de regras e burocracias que dificultam a caminhada, uma disputa de ego, poder, etc, aquelas salas brancas, com pisos brancos em uma região de terra vermelha, mas que também havia pessoas como eu que resistia lá em busca de conhecimento.

Em 2018 re-ingressei na UFGD e em 2019, concluí a graduação de ciências sociais. Não é fácil ser mulher, indígena, mãe e militante, mas também não é difícil, pois se tudo fosse fácil, o calor da luta e da resistência estaria amortecida, a luta é diária, seguimos em frente.

Nós estamos localizados no Cone Sul do estado de MS, centro oeste do Brasil, somos a segunda maior população indígena do país, (dados de abril de 2019 da Secretaria Especial de Saúde Indígena - SESAI), somos em 58 mil Guarani e Kaiowá. É a população indígena que vive intensamente a disputa territorial sangrenta com os fazendeiros, onde quem morre são sempre o nosso povo.

Minha comunidade está localizada onde os conflitos pela terra deixaram muitas mortes em vários Tekoha (terra sagrada Guarani e Kaiowá). Em meados de 1917 foram criados no governo de Getúlio Vargas oito Reservas Indígenas, e assim começou a dizimação dos Guarani e Kaiowá. Cada reserva indígena tem um espaço limitado de 3.600 hectares e é cercada pelos arames farpados sul-mato-grossense, não pode ser ampliada, e pertence à União, não é demarcada, mas de "usufruto exclusivo" das comunidades indígenas segundo a Constituição Federal de 88.

Dessa forma o nosso povo foi retirado de suas terras e obrigados a sobreviver em Reservas Indígenas. Logo todas as nossas terras indígenas passaram a ser invadidas, loteadas, vendidas e privatizadas. Iniciou-se então a migração de não indígenas de todos os lugares para trabalhar e construir suas famílias em terras Guarani e Kaiowá. Com a constituição de 1988, nos art. 231 que garante aos povos indígenas seus direitos constitucionais, foi um respiro para a luta dos Kaiowá e Guarani que nunca se sentiram bem em confinamento no espaço das Reservas Indígenas. Iniciou-se em 1980 (relatos da comunidade) as retomadas, o retorno para a terra onde morou os nossos ancestrais. Porém, essas terras já estavam ocupadas por fazendeiros, que diziam ter comprado e possuir o título da terra.

Assim continua o martírio Guarani e kaiowá por décadas e décadas pelo direito à terra, aos costumes e à organização. Algumas terras indígenas foram homologadas e demarcadas, porém nos últimos governos que em tempos modernos exploram, envenenam e em cima de nossas terras continuam alimentando o capitalismo bruto e selvagem, e mais nenhuma terra indígena dos Guarani e Kaiowá foi demarcada.

Hoje as Reservas Indígenas se encontram superlotadas, não há espaço para as próximas gerações, não é do interesse do governo dialogar com os povos indígenas sobre a questão fundiária. Sim, dialogar com os fazendeiros com o discurso que o agro é a economia do país, o governo atual do presidente Jair Bolsonaro, continua insistindo nos pacotes de leis anti indígenas que exploram, liberam mineração, hidrelétricas, desmatamentos, poluição de rios em terras indígenas.

É secular a nossa luta, e nunca foi garantido como queremos os nossos direitos, preservar os povos indígenas é preservar as matas, os rios, a vida, o planeta. Defender esses projetos de exploração é dar fim à vida da população brasileira.

Até os tratados internacionais que constam na Convenção 169 da OIT, estão sendo ignorados, os povos indígenas não são consultados, não possuem voz quando está tramitando uma decisão política que envolve os mesmos e suas terras no Congresso Nacional Brasileiro.

Nós mulheres Guarani e Kaiowá, e vários outros líderes indígenas que estão constantemente mediando entre a aldeia, a cidade e o estado, estamos há tempo na mira do calibre do agro. Somos nós que acompanhamos, denunciemos e estamos o tempo todo lembrando a eles que temos direitos constitucionais e que não é um favor, e sim é um dever do estado cumprir com suas obrigações. Insistimos que a demarcação e homologação de nossas terras é urgente, quantos

crimes do estado brasileiro contra os nossos corpos já denunciemos, nossas vozes ecoam para quem quer ouvir, menos para o governo federal. Nunca desistimos de lutar, seguimos com a nossa comunidade enquanto estivermos vivas. A polícia nesse governo é uma das informantes do presidente e dos fazendeiros, a FUNAI (Fundação Nacional Do Índio), órgão indigenista que trabalha em defesa da população indígena virou uma organização ruralista, está de posse de delegados, missionários, militares e coronéis nas coordenações da FUNAI. Estamos vivendo tempos de ódio, que mata, que encarcera as mulheres, a população indígena, negra, LGBTQ+, pobres, etc.

Nós mulheres indígenas na linha de frente estamos constantemente sofrendo ataques, dialogamos com o estado em defesa do nosso povo, seguimos em frente enquanto mulheres indígenas em defesa do nosso povo, em luta pelo futuro de nossos filhos e da nossa comunidade.

Essa é um pouco das narrativas de Kuña Aranduhá - Jaqueline Gonçalves Porto, mãe da pequena Kuña Jeguaka Aju, defensora de direitos humanos, ativista do povo Kaiowá, que grita ao mundo implorando por socorro, que olhem, protejam e garantam os direitos originários e constitucionais dos povos Guarani e Kaiowá.

A nossa resistência é diária e aqui a boiada não passa enquanto estivermos. Confesso que escrever isso me traz uma sensação muito forte de choro, porém não podemos desistir, nós ativistas indígenas em ameaça de morte precisamos sempre de um cantinho, tempo de se recuperar fisicamente, psicologicamente, e aos poucos ir se fortalecendo.

E enquanto houver o som da mbaraka e do takuapu haverá luta! Demarcação já! Vida aos povos indígenas! Vida às Mulheres Indígenas! Salve todas as lutas! Nossas vidas importam!

Flavia Arino Nunes



Sou a Flávia Arino Nunes tenho 24 anos da etnia Kaiowá sou naturalidade de Bela Vista nasci na terra Indígena Pirakua sou acadêmica de Língua portuguesa & Espanhol pela Universidade Unifaveni, também sou acadêmica de Perícia Criminal pelo Portal Educação, faço parte do movimento da mulheres kunhangue Aty guasu Grande Assembleia das mulheres Guarani Kaiowá desde de 2006 quando eu tinha apenas 10 anos quando iniciou movimento kunhangue Aty guasu na terra Indígena nhanderu Marangatu, desde aquele movimento das mulheres nunca mais sai do movimento desde aquilo continuei em defesa dos direitos dos povos indígenas principalmente em defesa de território da minha Etnia Guarani Kaiowá, em 2017 entrei na Universidade UNIP iniciei minha primeira faculdade de auxiliar de Administrativas EAD, nada e fácil na minha luta mas não vou desistir em 2017 numa Assembleia das mulheres Guarani Kaiowá teve votação pra CCNAGUA (Conselho Continental de Nação Guria) que é uma organização Internacional do povo Guarani Kaiowá nesse dia entrei pra fazer parte do executivo da CCNAGUA (Conselho Continental de Nação Guarani) mas em defesa das mulheres Guarani Kaiowá sempre me empenho pra defender a vida das mulheres de luta, tenho filho de 9 anos estuda e faz parte do movimento sempre comigo está aprendendo desde de criança já a defender direitos dos povos indígenas, comecei a fazer mapeamento das violências contra mulheres indígenas desde da época eu comecei a sofrer violência do meu ex companheiro em 2014 sofri vários tipos de violência, violência física, violência moral, violência Patrimônio, violência de abuso sexual, violência de tentativa feminicídio a 4 vezes, na época não sabia pra quem pedir ajuda eu era muita perseguida pelos ruralistas na época por causa que eu morava na Retomada numa área não demarcada como eu não podia fazer denuncia na delegacia porque eu sofria perseguição

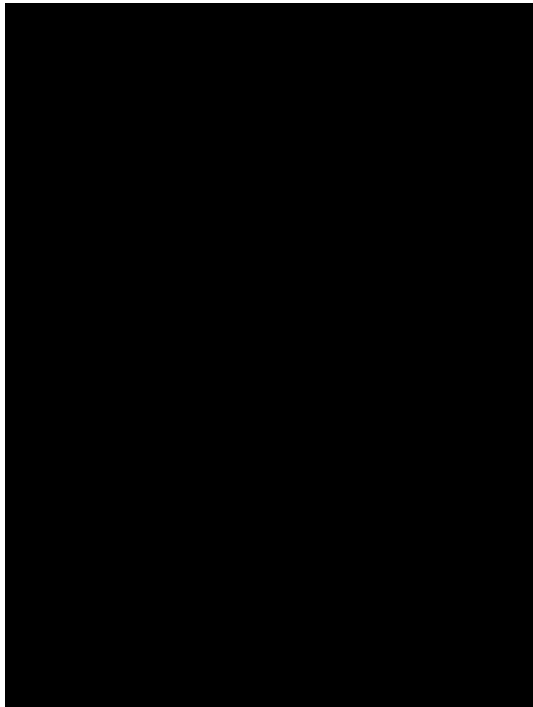
das polícia militares, todas vez que sofria violência era muito difícil eu achava que em qualquer momento eu poderia ser morta pelo meu ex marido e deixa meu filho sem mãe essa era meu maior medo, até um dia resolvi mudar de aldeia porque eu não queria mais sofre violência do meu ex marido e nei dos ruralista, mudei pra Dourados onde consegui concluir meu ensino médio, lá foi onde conheci várias companheira de luta começou a me motiva sobre direitos das mulheres, naquele dia comecei a pensar quantas mulheres que poderia estar sofrendo a mesma violência que eu estava passado onde comecei a criar força pra luta contra violência que as mulheres indígenas estava passando e ainda até hoje várias mulheres está sendo violada de várias formas, fiquei 7 anos sozinha sem pode casar novamente porque até hoje tenho muita trauma de toda violência que eu já passei e ainda estou perseguida pelo ex marido por causa do meu filho que ele quer leva a força de mim então a violência psicológica continua, me lembro quando eu ia me mudar pra Dourados ele emprestou uma arma de fogo calibre 38 para me mata naquele noite para mim não me muda de Aldeia então era única maneira para sobreviver era fugir dele assim consegui salvar a minha vida, eu consegui escapar de tardezinha e fui embora pra Dourados de Caarapó de carona com um amigo que me ajudou a fugir dele, me sinto Insegura até hoje tenho trauma de tudo, mas hoje já salvei a vida de várias mulheres por isso porque a violência ela acaba com a vida de várias mulheres.

Alenir Aquino

Sou Alenir Aquino Ximendes nasci na aldeia de Amambai, meus filhos se chamam Istees Aquino Lemes, Kimber Naiana Aquino Lemes, Mayumi Aquino Lemes, Kevellyn Aquino, Alex Nelson Aquino Lemes. Sou avó de seis netos, agora moro na retomada Ñanderu Marangatu. Vim à aldeia Ñanderu Marangatu para trabalhar como professor, terminei o ensino superior na UEMS de Amambai em 2006. Eu comecei a trabalhar de 2001 a 2002 na missão evangélica kaiowá de



Amambai como Zeladora da escola. Em 2003 comecei trabalhar de professora na escola Guarani em Amambai, em 2004 trabalhei de professora na aldeia Limão verde como professora, substituindo uma professora que pegou licença maternidade, em 2005 trabalhei de Professora na retomada Kokue'i, município de Ponta Porã . Em 2006 trabalhei de professora na Ñanderu marangatu, em 2015 depois da reocupação das nossas terras faço parte da comissão de liderança na aldeia. Também faço parte da comissão do kuñangue Aty Guasu, para defender os direitos das mulheres indígenas .



Vanderleia Rocha

Meu nome é Vanderleia Rocha, meu nome indígena é Kuña Apyka Rendy'i, 25 anos de idade, pertencço ao povo/etnia indígena Guarani Kaiowá. Desde 2014, sou uma das lideranças de frente da organização política da juventude do povo Guarani e Kaiowá do Mato Grosso do Sul-Brasil. Minha função como porta-voz das mulheres Guarani e Kaiowá são representantes de mulheres indígenas, nos âmbitos governamentais e não-governamentais, em todas as partes do

Brasil, levando os interesses e demandas de milhares de jovens, anciões/ parteira, indígena Guarani e Kaiowá. Além disso, com frequência cobramos a efetivação

dos direitos indígenas constitucionais para que o governo e a justiça do Brasil cumpram os seus deveres.

Nasci, cresci e moro até hoje na aldeia Rancho Jacaré, município de Laguna-Carapã- Mato Grosso do Sul-Brasil. Meu nome é Vanderleia Rocha-nome indígena: Kuña Apyka Rendy'i, 25 anos de idade. Hoje sou professora primária, formada em 2018. Desde fevereiro de 2019 sou aluna universitária cursando o curso Ciências Humanas na Universidade Federal da Grande Dourados-UFGD.

Gostaria de resumir a trajetória e história da minha família extensa que foi atacada e expulsa com violência pelos fazendeiros da nossa aldeia tradicional Rancho Jacaré, em 1978, em plena ação da Ditadura Militar. A minha família foi expulsa dessa aldeia e transportada em três caminhões para outra área localizada a mais de 1.000 KM da aldeia Rancho Jacaré. Um (01) ano depois as minhas famílias sofreram e foram expulsas, mas voltaram a reocupar essa mesma aldeia. Resistiram e lutaram muito para retornar a recuperar essa nossa aldeia, 5 anos depois, em 1984, essa nossa aldeia Rancho Jacaré foi demarcada oficialmente pelo governo. Aqui começaram as lutas difíceis da minha família pela demarcação da terra, a partir de 1978. Durante a luta pela demarcação de nossa terra indígena Rancho Jacaré, muitos meus parentes morreram lutando. Essa história é da minha família e da recuperação da minha aldeia relatada para mim pela minha avó e minha mãe. Essa trajetória de luta pela demarcação da minha aldeia foi relatada para mim, ouvi desde criança, que é fundamental para mim hoje para lutar pela demarcação das terras e os direitos das mulheres exigir junto com outras lideranças mulheres na linha de frente lutando pelo povo Guarani e Kaiowá. Visto que eu nasci, cresci e estudei no contexto de lutas difíceis da minha família e de meu povo, por isso desde da minha infância com 12 anos de idade acompanhei a minha mãe, pai nas assembleias gerais do povo Guarani e Kaiowa a Aty Guasu (<https://pt-br.facebook.com/aty.guasu>) onde discutiram a demarcação das terras, destruição da floresta, violação de direitos indígena, história de expulsão indígenas das terras. Outros temas interesses pela educação e saúde indígena,

discutiam e demandam atendimentos adequados ao povo indígena, entre outros debates. Tudo isso ouvia nas reuniões como criança, e à noite participava dos rituais religiosos (jeroxy) e rituais festivos (kotyhu) que são práticas culturais tradicionais indígenas Guarani e Kaiowá. Assim começou minha primeira experiência desde criança.

A longo de anos 2000 até 2012, mais de uma década os jovens indígenas Guarani e Kaiowá decidiram e tomaram frente da luta pela reocupação da terras indígenas, participaram diretamente as ações de reocupação e retomadas físicas das terras tradicionais (tekoha), juntamente com os adultos, os jovens sofriam ataques, os jovens que eram atacados feridos durante ataques a tiros às famílias, muitos jovens foram feridos. As lideranças foram assassinadas frente aos jovens indígenas. Assim participavam de todos os movimentos, protestos e manifestações com adultos contra a violência promovida pelos fazendeiros ruralistas anti-indígenas, a maioria era formada por jovens indígenas Guarani e Kaiowá. Diante disso os jovens discutiram com as lideranças adultas e instituíram uma organização própria do jovem vinculada às organizações mais antigas Assembleia geral (Aty Guasu), Assembleia Geral das Mulheres Guarani e Kaiowa(Kuñangue Aty Guasu). https://nacoesunidas.org/onu-participa-do-aty-kuna-grande-assembleia-das-mulheres-indigenas-em-mato-grosso-do-sul/22048110_1449133945136028_4525281566736604781_o/.

A partir de 2012, pela primeira vez, nós mulheres jovens indígenas Guarani e Kaiowá debatemos criamos organização do jovem Guarani e Kaiowá, com nome "RAJ" Retomada Aty Jovem (Assembleia dos Jovens Guarani e Kaiowá): <https://www.facebook.com/rajretomadaatyjovem/>

Nesse ocasião foi criado o Conselho de líderes jovem, composto somente pelo jovem escolhido (as) na assembleia geral, eleitos pelas lideranças religiosas Guarani e Kaiowá. Assim as lideranças tradicionais decidiram instituir e escolher representantes da organização do jovem indígena Guarani e Kaiowá, aprovados

pelos líderes religiosos na assembléia geral para assumir como representante da “RAJ” e os demais dos jovens como articuladores da organização da juventude guarani e kaiowá.

Em 2017, na ocasião, assumiu como porta-voz das mulheres indígenas Guarani e Kaiowá no cone sul. A partir daí comecei atuar na linha de frente como liderança de mulher trilhando na luta pela luta difícil pela defesa da vida de mulheres indígenas Guarani e Kaiowá.

Vou relatar as violências que ocorreram comigo, durante a minha atuação política sofri várias formas de violência contra mim. Assim como quero afirmar que no dia 08 de março de 2020, sofri uma violência pressão psicológica de machista, são equipe de capitão, eles tem uma forma de punir usar violência contra sua própria comunidades, o sistema de capitania são dessa forma, machista, violador de direitos, são de maridos, namorados, policiais, pelo órgão público federal, estadual etc.

Ao longo de três anos que ocorreu a violação institucional, a forma que a secretaria do município, juntamente com equipe de capitão do local são violador de direitos na educação escolar indígenas. Diante disso, nós três mulheres de linha de frente denunciemos ao MPF Ministério Público Federal, para monitorar a Escola indígenas, para que os direitos na educação seja respeitadas conforme já garante na Constituição Federal, art; 231 e 232. para consultar as comunidades indígena quando envolver os interesse do coletivo do povo Guarani e kaiowá. as irregularidades que ocorreu na educação escolar indígenas Guarani e Kaiowá ao longo do anos. Fizemos denúncia contra contratação irregular e ilegal dos professores indígenas pela secretaria de educação Municipal de Laguna Carapã, que ocorrido em Fevereiro/2019 e julho de 2019.

Diante disso, nós lideranças mulheres de linha de frente, fomos perseguidas pela equipe de capitão, pela instituição, queria nos silenciar para não fazer denúncia. Sofremos violência torturas psicológicas, por defender e exigir os nossos direitos que sejam respeitados. Numa ocasião de reunião, dia

internacional de mulheres do Brasil. Marcou a minha história de vida fui humilhadas diante de machista/equipe de capitão querendo no calar boca, ser xingada pelos homem colocando me inferior diante do poder de capitão, isso foi mais covarde que aconteceu comigo , sofri pressão psicológica, me sentir violada pelo machista que são torturador de psicológica. Neste contexto que sofri , busquei todas as forças de rede para fortalecer a nossa luta pela defesa das mulheres. Eu como liderança de frente denunciei ao MPF, pela tortura psicológica, perseguição política interna , equipe de capitão. Diante disso exigir que respeitasse meus direitos como mulher indígena Guarani, também que seja respeitada a luta das mulheres indígena pela vida das mulheres.

Leila Rocha - Kuna Kuarahy, liderança da retomada Yvy Katu Potrerito - Japora/MS.



Dona Leila Rocha, é uma liderança de frente da retomada Yvy Katu Potrerito - Japora/MS, membra da Kunangue Aty Guasu, da etnia Guarani Nhandeva. Uma guerreira nata que luta incansavelmente pela conquista e proteção do seu território. Atualmente ela é uma das lideranças do povo Kaiowa e Guarani em situação de ameaça de morte.

A luta pelo território, perseguições, ameaças, trouxe inúmeras violências extremamente graves na vida da dona Leila. São tantas violências que ela enfrentou em sua caminhada como líder de sua comunidade, assim como: violência psicológica, violência doméstica, assassinatos de mulheres indígenas,

perseguição, ameaças de mortes, etc. O reconhecimento do lugar da mulher pelo homem ainda está longe de acontecer segundo dona Leila: “ele quer ter espaço e calar a voz da mulher...”.

Para dona Leila é urgente a proteção das mulheres indígenas, porque a lei Maria da Penha, não protege, e o homem aproveita dessa lei frágil e segue violando as mulheres, pois se essa lei protegesse as mulheres de fato, não teria tantos assassinatos de mulheres. Ela traz a questão de quem vai proteger as mulheres na luta pela terra que estão ameaçadas de morte?

O desmonte dos direitos dos povos indígenas, resulta em consequências graves na saúde mental das mulheres indígenas, pois se sentem inseguras com tantas leis naturalizando a violência contra seus corpos. E o governo deveria proteger, mas ao contrário, ele viola os povos indígenas cotidianamente. Dona Leila diz que a segurança pública (Polícia Federal) em vez de proteger está perseguindo os povos indígenas, as lideranças e organizações indígenas com apoio do governo federal, a FUNAI e por traz a bancada ruralista. Quando o agressor da mulher é denunciado, é solicitado a "proteção da vítima", mas na prática não funciona, porque a medida protetiva em território não passa de letras em papel. E logo que agressor é “libertado” a vítima é perseguida, torturada e assassinada.

Uma violência de extrema gravidade que está acontecendo atualmente é a criminalização dos defensores (as) de Direitos Humanos, que com ajuda da FUNAI atuando contra os Direitos dos Povos Indígenas, estão investindo no encarceramento de vozes e corpos que se levantam em defesa dos direitos originários e constitucionais de nosso povo. A “nova FUNAI”, a serviço do presidente, está atuando com a velha política ditadora colonial, denunciou a nossa grande liderança Sonia Guajajara, uma mulher que luta incansavelmente pela efetivação dos direitos dos povos indígenas. E a polícia federal, iniciou fortemente a perseguição com autorização do governo, querem acabar com o nosso modo de se organizar e lutar. Nós temos o direito de lutar e defender o

nosso território. Os karai (não indígena) no poder, representantes do estado deveriam garantir os nossos direitos, pois nós somos humanos como eles.

A Funai não se cansa de buscar motivos para aprisionar as nossas lideranças como Sônia Guajajara e tantos outros líderes que estão na lista de perseguição. Dona Leila relata sobre a companheira de luta chorando, em situação de ameaças constantes “isso não pode mais acontecer”.

Essa nova gestão da FUNAI assusta a dona Leila, pois sabem da sua luta pelo território. A perseguição é para silenciar/calar: “enquanto isso eles avançam contra nossos direitos todos os dias”. Dona Leila envia essa mensagem de resiliência a todas as mulheres em luta:

“Eu sei que todas as mulheres estão em luta. E quando uma é violentada, todas nós somos atingidas. Quando uma mulher é assassinada, é mais uma parte de nós que morre junto. O governo tem o dever de nos reconhecer, pois somos os primeiros habitantes desse país, e estamos em todos os lugares. Nós somos a raiz dessa terra, e os demais são os nossos galhos e folhas, pense comigo, em uma árvore quantos pássaros já pousaram? Nós somos como a árvore, e muitos pássaros pousaram em nossos galhos, fizeram seus ninhos, e depois junto com seus filhotes se espalharam, e voltaram depois para assassinar a própria raiz. é preciso mais união das mulheres para trabalhar juntas, pois cotidianamente ouvimos que tantas mulheres se encontram em situação de emergência, e nós temos que chegar até elas e passar a mensagem para não desistir. Porque nós somos as árvores nativas, só não somos reconhecidas. E muitos que pousaram em nossos galhos não se cansam de querer derrubar a árvore nativa há décadas. Nós somos como a árvore, e que todas as mulheres fiquem firmes e sempre lutando, porque nós somos a árvore nativa e a nossa raiz não pode acabar e apodrecer. Mulheres lutem sempre no que vocês acreditam, assim como eu estou lutando. Eu sei que ser mulher liderança é um desafio, eu sei que muitos não irão me ouvir, que muitos se levantaram contra mim. Eu sei que não me reconhecem como mulher lutadora. Mas sou grata às nhandesys e aos nhanderus, que caminham comigo. Eu tenho muito reconhecimento de pessoas fora do meu Tekoha, eu sei que não estou sozinha, às vezes penso em desistir, estou cansada, mas logo eu fico firme novamente e sigo lutando. Sou guerreira Guarani Nhandeva e ninguém vai me cooptar, e enquanto eu estiver viva vou seguir lutando pela minha terra.”

Eu conheço a minha história e desejo que todas as mulheres indígenas continuem batalhando, não desistam. Vamos lutar independente de onde estivermos, por nossos direitos e pelo nosso território que pertence a nós!”

Rosicleide Vilhalva



Meu nome é Rosicleide Vilhalva tenho 24 anos, sou da etnia Kaiowá, meu nome em guarani é Kuña Jeguaka Poty Rendy í. Moro na aldeia Rancho jacaré município de Laguna Carapã, meu pai e Antônio Oliveira e minha mãe e Roberta Vilhalva, tenho cinco irmãos somente kaiowá e duas irmãs já misturada com nhandeva, sou acadêmica da licenciatura intercultural indígena teko arandu na faind (UFGD) da turma de 2019, e também sou formada no magistério

indígena ára verá para alfabetização na língua materna guarani pelo (SEMED) em 2018 e como meu tcc escrevi sobre o movimento das mulheres indígena kaiowá e guarani 2017 a 2018 , também faço parte do conselho do movimento da retomada aty jovem desde 2014(RAJ) e voluntária do kuñangue aty guasu movimento das mulheres indígenas desde 2018.

O meu envolvimento com as causas indígenas começou ativamente em 2014 desde então não parei mais , durante essa caminhada tive bastante desafio, tanto por parte adaptação a nova forma de vida que é sair da minha zona de conforto e da resistência da família que não aceitava esse meu desejo de falar pelas mulheres jovens e criança que precisava de nós, também porque sou mulher achavam que eu era indefesa que isso era coisa do momento, que logo ia

passar essa fase, mas não, o meu objetivo foi ficando cada vez mais forte e mais intensa, por que fazer parte dessa luta não é fácil.

Colocar minha vida em risco o tempo todo, teve vários momentos em que durante essa minha caminhada em defesa do meu povo, tive que usar o meu corpo para proteger o direito e exigir melhoria no atendimento para as comunidades indígenas. Teve momentos muito importantes em que estávamos fazendo a nossa caminhada em Dourados/MS, nunca vou esquecer. Foi quando entrei na frente de um ônibus junto com a professora kátia e quando entramos nós duas demos as mão e percebi que a mão dela começou a ficar fria, pude sentir que ela estava com medo assim como eu estava, mas nós duas sabíamos que se saísse da frente o ônibus ia avançar em cima das pessoas que estava fazendo passeata. Não me recordo muito como que eu consegui aguentar ficar de frente para o ônibus que estava ameaçando avançar pra cima da gente.

É claro que existem outras situações que foram bem mais perigosas, resolvi destacar isso porque de fato foi a primeira vez que senti um medo muito grande que precisava ser superada, pois para mim era uma forma também de me preparar para os inúmeros desafios que virão depois disso que estarei detalhando em outra oportunidade.

É lógico que a minha família no início não aprovou nem um pouco essa minha decisão em ser uma defensora, mas aos poucos vem aceitando a escolha que eu fiz para minha vida, eles não entendem, mas respeitar isso pra mim é suficiente. Sabemos que os defensores vem sofrendo grande perseguição e por esse motivo prefiro que meus familiares fiquem por fora das coisas que eu faço ou daquilo que estou participando nas organizações indígenas em defesa do meu povo.

Meu primeiro trabalho como acadêmica no magistério indígena Ará Verá foi o tcc que escrevi sobre as lutas das mulheres kaiowá e guarani, e durante a minha pesquisa pude acompanhar de perto essas mulheres que estava sofrendo a violência ou que já sofreram de alguma forma e em vários momentos. Durante

essa minha pesquisa pude relatar a necessidade que elas tinham em buscar uma forma de defesa e de justiça, nessa busca pela defesa são os primeiro passo essencial para que possam se defender e também defender aquelas que ainda não consegue se defender sozinha, a nossa luta é coletiva e pelas mulheres, pelo nosso corpo, saúde, saúde mental, educação, segurança e pelo nosso grande território. E durante esses anos (2014 a 2020) aprendi muitas coisas e já vi muitas coisa que não queria, mas com a força das nhandesys, tem dado muita força ensinando as mulheres jovens a se defender através do canto e da reza, ensinando remédio de cura tradicional para a cura do nosso corpo, e também palavras de fortalecimentos sabias que sempre nos orienta nessa caminhada. Elas tem sido grande incentivadora na defesa do nosso corpo, território e pela sobrevivência dos nossos povos que vem sofrendo grande violação de direitos humanos, apesar de sermos esquecido pelo governo e estado diante dessa pandemia em que estamos vivendo a nossa sobrevivência tem sido através de apoio, com equipamento de EPIs e alimentação doado pelos apoiadores, isso tem sido de grande ajuda para a população kaiowá e guarani.



Valdineia Jorge Aquino

Sou Valdineia Jorge Aquino, meu nome nativo é Kuna Potyru'a, minha etnia é Kaiowá, sou professora no Tekoha Panambizinho - MS, filha da Nhandesy Rosely, membra da Kunangue Aty Guasu, mãe de um casal de adolescentes. Aqui venho deixar registrado a minha história.

Durante muitos anos/períodos, foram tantas trocas aqui nas escritas, foram tantas páginas narrando as violências praticadas contra as nhandesys. Apesar de muitas dores, houveram

também muitas lutas e resistências frente às violências em territórios Kaiowá e Guarani. Venho acompanhando e sentindo na pele as ameaças, e no trabalho da rede da kunangue Aty Guasu venho escrevendo sobre as violências que acontecem com as nhandesys há muito tempo nos territórios kaiowá e Guarani.

As violências acontecem de várias formas, e uma das violências é a queima das casas de rezas e a perseguição das casas medicinais. Essas violências vêm acompanhadas de torturas, e parte dos grupos das igrejas presentes nas aldeias vem ameaçando, acusando elas de bruxaria e feitiçaria.

As nhandesys relatam durante a assembleia online da kunhangue Aty Guasu 2020, que quando pessoas vêm a óbitos nas comunidades, elas são acusadas de serem as bruxas, assassinas, isso é uma violência, é crime intolerância religiosa.

No tekoha de Panambizinho - MS, essas ameaças são praticadas há muito tempo, pelo grupo das igrejas, contra as famílias das Nhandesy Rozeli concianza Jorge e Ivone Argemiro Jorge. Elas vêm sendo acusadas há muito tempo de "bruxarias e feitiços". E no ano de 2020, aconteceu que uma família inteira veio a óbito em um acidente na rodovia entre Dourados-MS e Panambizinho-MS, e elas foram acusadas gravemente, julgadas como assassinas. A rede da kunhangue presenciou as tantas ameaças de práticas de feitiços, difamações contra a Nhandesy Rozeli. As famílias que acusaram, foram até a casa da Nhandesy a noite, torturaram e violentaram a Nhandesy Ivone, junto com seu filho naquela noite, e continuam as ameaças em território.

O cotidiano das Nhandesys é conectar-se com o seu povo, trazendo o bem e afastando os males. Uma sabedoria ancestral de energias boas vindas da alma em conexão com a terra, união de forças e luz sagradas, conectadas com a medicina nativa que cura e liberta, nas forças das medicinas da florestas e a reza, ao som do takuapu, mbaraka e dança.

As lutas continuam, elas vem enfrentando muitas dificuldades durante a pandemia covid19. Estiveram presentes fazendo orientações e rituais em apoio às barreiras sanitárias formadas em território com a chegada da pandemia. Muitos remédios foram feitos pelas nhandesys, a procura para o cuidado com o corpo doente foi muito grande, indígenas e não indígenas buscaram/buscam pela cura e proteção, e elas mesmo em meio a tantas ameaças seguem com os cuidados tradicionais.

As nhandesys relatam que sentem muito medo, diante de tantas ameaças, correm riscos de serem torturadas e mortas, “é muito comum” e perigosa as tantas violências que elas sofrem. Todas as ameaças foram denunciadas, foram encaminhadas aos órgãos públicos, e mesmo assim as práticas de violências continuam em territórios.

No dia 12 de janeiro de 2021 recebemos a notícia da nhandesy mais tradicional do tekoha Panambizinho, filha grande hechakary Pai Chiquito, a Elza Pedro foi internada no hospital indígena kaiowá com o fêmur fraturado. A rede kunhague visitou ela, e a mesma tinha muitas dificuldades de informar os fatos, devido a sua família sempre estar vigiando. Ela tinha muita dificuldade de movimentar as pernas e o corpo. Segundo informações que recebemos, foi um cachorro que derrubou ela na sua casa, e ela foi forçada pela família a ir na igreja, sofrendo intolerância religiosa.

As igrejas dentro da comunidade geram muitos debates e desafios pelos defensores de direitos humanos, o contexto é de violência, e há um avanço da pentecostal dentro das aldeias e nas áreas de retomadas. As violações de direito são cada vez mais frequentes, violências são cometidas por grupos evangélicos contra rezadores tradicionais Guaranis e kaiowás e tem forte ligação com políticos e fazendeiros. As igrejas vem entrando em massa nas comunidades indígenas, inferiorizando a cultura tradicional e desvalorizando os conhecimentos tradicionais. Eles, os pastores usam as igrejas como instrumento para impedir e

desorganizar uma estrutura tradicional que os kaiowá ao longo do tempo vem construindo. Mesmo assim, a organização social e tradicional ainda segue como um dos pilares principais que existe nas comunidades indígenas .

Os Kaiowá e Guarani estão sempre retomando suas áreas tradicionais, e a igreja para impedir difamam os cuidados nativos se dirigindo como “coisa de satanás e diabo”. Os seguidores da pentecostal estão presos nas igrejas, a inserção da religião pentecostal nas comunidades indígenas não se cansam de difamar os rezadores tradicionais.

As denúncias de intolerâncias religiosas contra rezadores, raramente são registradas, porque muitas vezes o agressor faz parte da família, muito próximo a vítima como: filhas (os) e netas (os). E as anciãs têm muita dificuldade de relatar, elas nem tem condições de sair das aldeias para buscar ajuda.

A rede Kuñangue Aty Guasu, já registrou relatos de Nhandesys, que suas roupas tradicionais e instrumentos de rezas, foram queimadas por pessoas de sua própria família, seguidores da pentecostal. A rede Kuñangue Aty Guasu, segue investindo no fortalecimento dos espaços tradicionais, como as ogusu (casas de reza) e casas de cura, medicinas tradicionais, farmácias vivas e reflorestamento. Mas tudo isso está sob ameaça, corre risco de serem queimadas. A violência, o crime de intolerância religiosa está presente em todas as comunidades Kaiowá e Guarani, e aumentou muito nos anos de 2020 e 2021.

No ano de 2020 eu sobrevivi rastejando a violência e a intolerância religiosa. Meu ex-marido faz parte da igreja, foi batizado na Pentecostal, falava o tempo todo que a palavra da bíblia prega que a “autoridade máxima” dentro da casa é o homem, e a mulher tem que fazer tudo que “esposo” deseja, inclusive virar crente da pentecostal. Ele me impedia de estar presente em vários rituais tradicionais, eu tinha colares kaiowá no meu pescoço, ele arrancava a força sempre. Dizia que tinha diabo no colar, por isso sempre escondia minha roupa tradicional e outros colares que eu produzia.

Eu fui violentada todos os dias, era muita pressão e ameaças de morte. Atualmente ele responde por feminicídio na justiça, assassinou cruelmente sua amante, eu mesmo angustiada e sob ameaça sigo caminhando. Durante a assembleia VII kuñangue Aty Guasu, reunião virtual, a qual faço parte da organização, a transmissão da live acontecia, e eu acompanhando na minha aldeia, atuando como intérprete, eu fui violentada por ele, ele me agrediu fortemente, me trancou na casa, no dia seguinte tentou me inforçar com fio de energia na frente da minha filha, eu consegui fugir mesmo toda machucada. Eu fui acolhida pela rede da Kunangue Aty Guasu, e já em segurança eu denunciei ele. Eu permaneci em segurança num espaço fora da aldeia, cuidada por tantas mulheres. Hoje ele mora numa aldeia próxima a minha, sigo com medo, as consequências a vida, ao psicológico de uma mulher violada é enorme. Sigo resistindo, em luta!



Clara Barbosa

Sou da etnia Kaiowá moro na areia retomada do tekoha Laranjeira nhanderu município de Rio Brillhante MS

Me chamo Mbo'y jeguaju Araru'i em poertugues Clara Barbosa de Almeida. sou socióloga.

Sou a porta voz das mulheres Kaiowa e Guarani do Estado de Mato Grosso do Sul.

faço parte das conselheiras do kunhangue Aty Guasu

grande assembleia ´da mulheres kaiowa e guarani.

entre na luta depois que eu passei muitas descriminação na universidade quando estava fazendo graduação na universidade UFGD, muitos homens não indígenas ou indígenas sempre não respeitavam as mulheres onde as mulheres se

encontravam muitas vezes sofremos calados não sabemos onde recorreremos os nossos direito. Na universidade, rua, na aldeias, nas cidades não importa os lugares onde estamos sofremos agressões verbais ou psicológicas.

Então resolvi vestir camisa de lutas contras violências contras mulheres indefesa.

Hoje sou a voz das mulheres que não consegue falar das violências nas retomadas o que estão passando quando retomam suas terras tradicionais e também violência domesticas.

A violência e o conjunto de tudo, isso me fez coragem de esta lutar juntas com as mulheres kaiowa e guarani que necessitam da minha ajuda.

Contunarei sendo instrumento das peca principal da luta contar violencia contra as mulheres

aguyje obrigado a todas as guerreiras,

O Mapeamento da Violência contra a vida das mulheres Kaiowá e Guarani

O mapeamento da violência contra as Mulheres kaiowá e Guarani é uma demanda da Grande Assembléia de Mulheres Kuñangue Aty Guasu, sendo realizado por nós mulheres deste povo. Aqui viemos abordar a violência que ocorre em territórios indígenas contra a vida das Mulheres indígenas localizadas no Cone Sul do estado de Mato Grosso Do Sul, centro oeste do Brasil. Trabalho a passos de formiguinha, mas construído coletivamente trazendo o olhar, o grito, a voz dessas mulheres indígenas Guarani e Kaiowá. Para que isso fosse possível, foi construída uma equipe de mulheres indígenas de várias regiões do estado, que compõem o conselho da Kuñangue Aty Guasu para que fosse realizado os levantamentos em suas comunidades.

Com a finalidade de desenvolver este trabalho de mapeamento violência contra mulheres indígenas kaiowá e Guarani, entrevista e visitaçao in loco as terra indígenas, áreas de retomadas. Durante as coletas de informacoes, ocorreram diversas violencia contra mulheres Guarani e kaiowá no cone sul, bem como tortura psicologica, violência fisica, preconceitos, humilhação, violência

patrimonial, ameaças de mortes, assassinatos de líderes mulheres promovidas pelos seus maridos, namorados, pelo equipe de capitão, pela polícia, pela instância pública e pela universidade.

O objetivo desse relatório, é registrar e socializar várias violências sofridas pelas mulheres Guarani e Kaiowá no contexto atual. Para que sejam ouvidas e atendidas as demandas das mulheres indígenas Guarani e Kaiowá no Mato Grosso do Sul. A fim de continuar a descrição da violência praticada contra as mulheres Guarani e Kaiowa em curso, destacamos que o mapeamento continuará após a conclusão dessa primeira etapa. Seguirá identificando a sistematização de tipos de violência física e psicológica/mental contra as mulheres e situação das famílias vítimas de violências nas aldeias/Reservas e nas Terras Indígenas em situação de conflito.

Mapear e indexar um banco de dados específico das lutas das lideranças mulheres através de tecnologia apropriada, servirão de base para realização dos apoios às demandas das mulheres, e sobretudo para a realização de denúncias consistentes de violências contra as mulheres indígenas.

Ao longo do fim do ano de 2019 e início de 2020 aconteceu a visita in loco, uma vez por semana às aldeias/reservas e às terras indígenas reocupadas e em processo de litígio, locais em que ocorreram diversos tipos de violência contra as mulheres. Nas terras retomadas correram os ataques a estas famílias, juntamente com massacres, torturas e assassinatos das lideranças promovidos pelos jagunços contratados pelos fazendeiros.

Desse modo, foram realizadas as atividades/primeiros passos do mapeamento, que tem interesse em compreender e registrar as histórias, lutas e condições das mulheres e lideranças mulheres, levantamento de dados pessoais das famílias sofridas. Por fim, para atingir o objetivo do levantamento de violência contra as mulheres, ao longo de 1º semestre de 2020.

Serão realizadas pela equipe do levantamento as segundas e terceiras visitas já programadas (uma vez por semana) às aldeias e as Terras Indígenas em

foco, no intuito de filmar, mapear e sistematizar a situação das mulheres e famílias vítimas de violências nas aldeias/Reservas e nas Terras Indígenas em situação de conflito.

As atividades programadas de consulta e acesso aos processos investigativos em andamento nos órgãos competentes, tais como Ministério Público Estadual, Federal e Justiça Estadual e Federal têm por objetivo acompanhar e mapear o atendimento às demandas, denúncias indígenas, bem como verificar as fases em que se encontram as investigações dos crimes cometidos contra as mulheres indígenas, sobretudo, em relação às demandas das suas famílias.

Durante a visitação in loco às terras indígenas em litígio, as lideranças femininas foram escutadas, suas demandas acolhidas e denúncias mais urgentes priorizadas e encaminhadas imediatamente às autoridades governamentais competentes e ao Ministério Público Federal para que fossem tomadas as devidas providências em caráter de urgência.

Por fim, através deste levantamento da situação das mulheres e famílias nas áreas indígenas, foram sugeridas também a realização de encontro ou reunião das mulheres vítimas de violência juntamente com as lideranças de Kunangue Aty Guasu para debater os temas preocupantes e buscar soluções legais juntos aos órgãos competentes para que as demandas das mulheres indígenas Guarani e Kaiowá sejam socializadas, visibilizadas, divulgadas e por fim efetivadas.

Com esse mapeamento esperamos obter o mapeamento detalhado das condições, lutas e das justas demandas das mulheres e famílias de Terras Indígenas que estão registradas, divulgadas e apresentadas para autoridades competentes. Em atenção para as diversas demandas das mulheres indígenas “invisíveis” estão envolvidos os poderes públicos municipais, estaduais e federais, em parceria com os órgãos internacionais de direitos humanos e indígenas.

Os relatórios e dados sistematizados deverão gerar uma discussão, socialização ampla e reflexão profícua construtiva sobre o avanço e a dificuldade na aplicação e efetivação de direitos das mulheres Guarani e Kaiowá.

O que é a violência para as mulheres Kaiowa e Guarani

Uma breve análise do que as mulheres do povo Guarani e Kaiowá entendem como violência e como isso atinge/atravessam seus corpos/vidas de diferentes formas. Violência é uma palavra que os não indígenas (Karai) se referem a quebra de um pacto/acordo social na visão ocidental. Violência é uma palavra que não tem tradução na língua Guarani e Kaiowá. O cotidiano das mulheres Guarani e Kaiowá que residem no estado de Mato Grosso Do Sul é atravessado pela violência, o que chegaria mais próximo à tradução desta palavra seria o Reko vaí (viver/comportar-se de forma ruim/negativa).

Espancar/bater nas mulheres Kaiowá e Guarani, xingamento, negação de direito a defesa a vida, a existência, dizer que a natureza precisa gerar lucro, que uma criança tem prazer de ser estuprada ou durante o estupro, dizer que os indígenas só gera prejuízo para o desenvolvimento da economia do estado, que somos invasores das terra e não plantamos, isso é violência contra os nossos corpos.

Para nós indígenas a terra não é para gerar lucro, e sim estamos preservando a natureza para a sobrevivência da humanidade e do mundo e retiramos da natureza somente o necessário para a nossa subsistência, então não estamos agredindo a terra com agrotóxico e desmatamento ao contrário estamos tentando preservar para o bem de todo, cuidar da natureza sempre foi e sempre será a nossa missão como povo da floresta.

Muitas das vezes a nossa cultura e nosso modo de falar em Kaiowá e Guarani em espaço público, é motivo de olhares racista e maldosos ou que é

proibido mesmo em alguns espaços públicos, e como mulheres indígenas Kaiowá e Guarani, nos sentimos violadas pela sociedade. Temos que usar roupa de acordo com a padronização do conservadorismo da sociedade, nem toda violência é somente física também e mental, aquele que é mais letal e o que mais se pratica.

Uma das violências mais cruéis contra as mulheres Kaiowá e Guarani é a Violência psicológica, começa devagar, vai evoluindo aos poucos, e quando se percebe já está na sua fase bem avançada no limite do corpo da mulher Kaiowá e Guarani.

Começa assim: “você é a única”. A pessoa faz questão de dizer que somente ele nota o valor que você tem e ninguém mais, que somente ele pode te ajudar, te proteger, que ele nunca vai deixar faltar nada para você, que para isso ele está trabalhando, que é para sustentar vocês dois, que você não precisa trabalhar, que ele vai vir/vem do trabalho pra te levar ao supermercado, até a loja, até a casa da sua mãe.

Aos poucos isso se torna uma rotina sufocadora, que não te deixa ser você mesma, aos poucos ele vai dizendo: “por que você quer se arrumar, não vai sair”. Começa a proibir os passeios, se torna grosseiro, começa a falar alto, te deixa pra baixo, começa a mexer com a sua saúde psicológica, destruindo aos poucos a sua forma de ver a vida e seus sonhos. A mulher passa a não poder mais postar sua foto sozinha na internet, não pode curtir ou comentar as fotografias e postagens de outros, por que ele é teu marido e você precisa obedecer. Pois se não cumprir as ordens, ele vai brigar com você por causa disso, liga a cada meio em meia hora querendo relatório completo do que você está fazendo, com quem você está, com quem está conversando, que a comida precisa estar pronta na hora certa.

Tentamos falar para nossas famílias, a resposta que chega até nós é, que foi

a mulher que procurou, que agora quem tem que agüentar. E na verdade não é isso que queremos ouvir, voltamos para casa sem nenhuma solução, apoio moral e físico. Pensamos um monte de coisas até acabar com a nossa vida. As coisas vão piorando até chegar ao extremo do qual ele inicia a violência física, espancar/bater, humilhar de maneira mais covarde. Fazendo a mulher Kaiowá e Guarani se sentir culpada de tudo a sua volta. A pressão é tanta que realmente acabamos acreditando que a nossa pessoa é a pior pessoa do mundo, e finalmente ele consegue destruir a mulher por dentro, e aceitamos que seja dessa forma, porém já tão sensíveis e vulneráveis, e se torna difícil sair dessa.

Não é impossível quando temos apoio, partir do momento que você dá o basta você consegue, existem tantas mulheres que nesse exato momento está sofrendo algum tipo de violência, então nós mulheres Kaiowá e Guarani estamos sempre cercados por todos os tipos de violências diárias, e muitas das vezes já naturalizamos para o nosso dia a dia, tornando ela parte da nossa vida e isso não é normal.

Existem ajudas nesses casos? Quem está do nosso lado? a quem recorrer? São tantas perguntas que nem sabemos por onde começar, você se sente acuada, com medo, triste, magoada, desrespeitada, violada e destruída. Como buscar forças ou de onde possamos tirar essa força que necessitamos para sair dessas situações violadoras/sufocantes?

A Kuñangue Aty Guasu e outros espaços de assembléia possibilitam os diálogos, ecoando a voz das mulheres Indígenas, sendo escuta e caminhando na trincheira sempre juntas. A violência de acordo com os últimos relatórios da Kuñangue Aty Guasu, teve um aumento nas áreas de confinamento indígena (Reservas Indígenas) e nas áreas de retomadas/acampamentos indígenas nos últimos dez anos contra a vida da comunidade.

Todas as lideranças mulheres Guarani e Kaiowá trazem relatos avassaladores de violências ocorridas em seus territórios, em suas lutas como

mulheres, elas resistem a violência interna e externa que ultrapassam seus corpos, ameaçam, isolam, assassinam e deixam sequelas que seguem de geração em geração.

Os dados que temos hoje são da SESAI (Secretaria especial de saúde indígena), da FUNAI (Fundação Nacional do índio) e do CIMI (Conselho Indigenista Missionário), ambos órgãos indigenistas que atuam diretamente com os povos indígenas. Já protocolados no poder público, mas pouco retorno há do estado brasileiro que insiste em não acatar as demandas do povo Guarani e Kaiowá e defender a vida das Mulheres que estão cercadas pelos arames farpados que a violentam cotidianamente exiladas em seu próprio território.

Quantos documentos da voz das mulheres indígenas, vindas diretamente dos territórios indígenas são engavetados, arquivados, sem valor aos olhos do poder legislativo, judiciário e executivo.

“Foi na década de 1915 a 1925 que iniciou a violência externa (Violência vinda do estado brasileiro) contra a vida dos povos Guarani e Kaiowá, que tiveram seus caminhos (oguata) impedidos e limitados em 3.600 hectares, onde iniciou-se a exploração, loteamento e privatização das terras Guarani e Kaiowá.” Relatos da anciã Ilma Savala.

Hoje já impossibilitados de seguir o seu Oguata (caminhada do povo Guarani e Kaiowá), cercados pelo latifúndio que crescem absurdamente nas terras que pertencem aos povos Guarani e Kaiowá, confinados próximos às cidades que constroem imensos muros, mulheres resistem cotidianamente em todos os espaços. Em seus Tekoha, não há muitas políticas públicas construídas com elas, que respeitem a língua, os costumes e as tradições dessas mulheres.

Tipos de violência constatada, autores e mentores.

Nas aldeias/retomadas indígenas, as mulheres Kaiowá e Guarani relataram diversas violências praticadas contra mulheres Guarani e Kaiowá, diferente situação acontece com as mulheres Guarani e Kaiowá.

Através do relato de ***yvoty¹** etnia Kaiowá que relatou triste fato acontecidos que ela sofreu violência obstétrica também pelo próprio motorista da ambulância. Ela relatou que durante ao retornar para sua casa, após parto acompanhada pela sua mãe, ela foi obrigada pelo motorista fazer ela descer na estrada com seu filho recém-nascido. Ela disse que a justificativa é que estava chovendo muito, e no barro. Isso é uma violência institucional racista, que viola os direitos das mulheres Guarani e kaiowá. Mas opressor não foi punido.

***gua'a**, etnia Kaiowá, parteira moradora Rancho Jacaré município de Laguna Carapã MS, relatou também que sofreu violência psicológica pelo motorista branco do mercado ao longo de 20 anos, mas não consegue denunciar por sofrer humilhação e preconceitos, ela relata que as mulheres idosas aposentadas sofrer xingamentos, elas ficam em silêncio por não falar bem em português, não sabe discutir, ou seja se defender diante disso, por não entender bem português. Isso é uma violação de direitos que as mulheres Guarani e kaiowá sofrem diariamente. Elas não conseguem denunciar os agressores/ autores que praticam atos contra as mulheres idosas. Elas dizem que muitas vezes ficam em silêncio todas xingamentos, humilhação, preconceitos que sofrem pelos motoristas branco, que são violadores de direitos, não respeita os direitos das mulheres idosas.

Rezadora ***amberemi** originária de Jaguapiré Município de Tacuru-MS, sofreu várias violências psicológicas ameaça por ser rezadora/nhandesy, ela tinha uma casa de sapé, tipo uma casa de reza onde guarda os pertences dela tradicional que se chama xiru (são muito sagrado pelo Guarani e kaiowá. Onde

¹ Foram utilizados nomes fictícios a fim de preservar as identidades das pessoas envolvidas.

ela fazia ritual pela defesa do povo, pela vida das mulheres, foram queimadas as casa de reza dela, sofrem intolerância religiosa, esse fato ocorrido acompanha a denúncia que foi feita ao MPF de Naviraí (Ministério Público Federal). Mas até agora não foi punido pelos autores do crime. Através de seu relato consegui aprofundar a minha pesquisa sobre as violências que as mulheres viúvas sofreram e lutaram para reocupar sua terra tradicional e narrar de uma forma cruel a retirados dos grupos Kaiowá da sua própria terra. Perderam seus pais durante o processo de luta pela demarcação de terra.

***jaguarete** conta os tristes acontecimentos cruéis que sofreram durante a retirada. Um capataz da fazenda deu a quantia de cruzeiros para a liderança se dividir com sua comunidade, porém, não compartilhou com a comunidade. Fomos retirados cruelmente como se fossemos gados do nosso próprio lugar tinha três filhos meu marido era tinha um homem que enfrentavam ele tomava frente e uma grande liderança se chamava **iy'y**, etnia Kaiowá que ajudou os grupos para se fortalecer na luta. que eles falavam para nós assim eles vão vim para matar todos vocês dizia mas a gente morava ali um dia que numa tardezinha já vieram os capataz dos fazendeiros, primeiros chamaram todos mundo num lugar no meio dos cora ela disse não sabíamos falar em português única pessoas que entendia um pouco era ***kaguaré** e ***ynambu** quando nos juntaram num lugar só como gado enquanto isso já tinham queimados a nossas casa , vieram levar com três gaiola ,única coisa podíamos salvar as panelas e animais domésticas.

Quando chegamos em Dourados - MS, na ida, pousamos lá, a gente ficou todos mutuados naquele lugar para descansar uma noite depois prosseguia a viagem. Tinha carne de gados que os capatazes deram nessa viagem para a gente se alimentar durante a viagem. Fomos despejados no meio Xavante dos Kadiwéu, fomos ameaçados de morte, sofremos muita pressão psicológica naquela época. Sofri fratura no meu pé esquerdo mesmo assim continuei andando sem descansar não havia como parar na estrada sem tratamento, mas com a dor imensa e

resistindo conseguia sobreviver a única coisa só podia fazer a reza para aliviar a dor, com toda força e fé esperança continuei firme na luta. Passei no processo de a violência, ameaça, fome, faleceu o Marciano Aquino por falta de comida ele era grande líder espiritual que rezava juntos com seus grupos, os xavante não gostava dos Kaiowá vieram ameaçava nós de morte através, da reza conseguimos sobreviver fomos cercados, também marciano Aquino faleceu por falta de alimentação foi enterrados em tarumã então continuamos a caminhada em até em Bodoquena os demais ia de caminhão o que não cabia dentro caminhão ia a pé em Bodoquena, a gente achou no caminho jabuti matamos para comer fomos até onde e o territórios dos kadiwéu, lá é bem difícil plantar porque a terra não era boa para plantar. Na volta fiquei muito doente quase morri tinha muito diarreia vômito porque tomei água poluindo por isso fiquei muito doente quem cuidava dos meus filhos era meu marido **ky'y**, mas ao pouco fui melhorando de saúde demoramos 6 meses na estrada para chegar de novo aqui Rancho jacaré foi uma luta incansável pela nossa terra conseguimos demarcar os nossos territórios. (a fala de * **jaguarete**, agosto de 2018)

Os territórios e sagrados para o guarani e kaiowá, no relato acima tenho percebido que os grupos resistiram diversas formas de violência durante a despejo, sendo assim ela ficava doente ninguém podia socorrer o grupo o que podia fazer nesse momento apenas fazer reza para curar a dor do paciente, sendo assim, a espiritualidade para nós é essências do nosso modo de viver e ser, a reza é considerado uma arma principal que nós indígenas Kaiowá e Guarani usa para se defender, as mulheres são principal importante que lutaram e lutam ainda contra diversas formas de violação de direitos humanos que afeta diretamente a vida das mulheres Guarani e Kaiowá no cone sul.

Trajetória de luta e resistência das mulheres rezadeiras nhandesy/ parteiras Guarani e kaiowá sofreram e sofrem violência física, ameaça de morte, expulsão de todas Reservas/ em processo de Litígio, assim as rezadeiras continua rezando pelo bem viver do povo originário. Diante das impunidades desses crimes, as

mulheres de líderes de frente junto com as rezadeiras, parteiras, resistem tentar fazer denúncias, demandando a justiça. Mas os depoimentos das mulheres / rezadeiras foram silenciadas e ignoradas pelas instituições estaduais/federais do governo Brasileiros. As demandas das mulheres Guarani e Kaiowá continuam silenciadas pelo poder público. Diante de tanto violação às mulheres /nhandesys, parteiras incansavelmente exigindo seus direitos para que sejam ouvidas e atendidas. Também as líderes de mulheres de frente caracterizam genocidas etnocidas .

Constatamos que as mulheres Guarani e Kaiowá sofreram e sofrem diversos tipos de violência física e psicológica, violação de direitos em diferentes locais, praticados pelas diversas pessoas indígenas e não indígena (ver os documentos finais de violência promovida contra as mulheres indígenas). Nas aldeias indígenas, os autores de violência foram e são os maridos, namorados, “equipe do capitão” e polícia.

Fora das aldeias, os autores de violência foram funcionários públicos que ocupam órgãos públicos diretamente ligados às comunidades indígenas. Diante dessa diversa violência constatadas contra as mulheres indígenas, durante a pesquisa de campo e a visitação in loco às aldeias e às terras indígenas em litígio, as lideranças femininas foram e são entrevistadas e escutadas, as demandas e denúncias mais urgentes foram priorizadas e encaminhadas imediatamente às autoridades governamentais competentes, ao Ministério Público Federal, FUNAI, SESAI, Polícia e Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos para que sejam tomadas as devidas providências em caráter de urgência.

Como já é resultado parcial, em atenção aos nossos encaminhamentos o MPF recebeu e ouviu a equipe de levantamento. A equipe do Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos agenda para dia 09/10 a vinda ao MS para se reunir com as lideranças femininas ameaçadas, para tentar protegê-las.

A violência contra as mulheres Guarani e Kaiowá tem sido há décadas silenciosa, percebemos que neste trabalho de campo é difícil não se indignar com tantas injustiças que fere cotidianamente as mulheres Guarani e Kaiowá. Em alguns momentos temos dificuldades de olhares mais distanciados da realidade para compreender melhor, por que somos parte desse martírio.

A violência em diversos olhares/vozes/escritas da mulher Kaiowá e Guarani

"A violência é um tema bastante debatido em nossas assembleias que acontecem anualmente em Tekoha do Cone Sul de MS. Acontecem muitos encaminhamentos para o poder público, para as organizações indígenas e indigenistas, porém poucos são os retornos. Trazer a violência contra a vida das mulheres do nosso povo de uma forma escrita é dar voz a elas, é trazer a dor, a indignação, a impotência, a tristeza, o choro e a resistência delas há 519 anos."

"A violência tem vários significados, vários jeito de se pronunciar, acontecem terrores tortura psicológica, violência física, violência moral, violência patrimonial, espancamentos e perseguições, e os machista querer calar a boca das mulheres, nos chingam, ofendem, não deixa as mulheres livres fazer o que elas quiserem."

"Eu considero a violência como extremamente complicado, porque várias mulheres não pensam igual existem mulheres que sofrem violência todos os dias mas ela não sabe que isso é uma violência por exemplo todos os dias as mulheres sofrem maus tratos de palavra do seu próprio marido família e pela luta que as mulheres têm a seu dia a dia."

"Eu já sofri muitas violências, várias violência diferentes, já sofri violência psicológica do meu ex marido, já sofri tentativa de estupro do ex marido, sofri violência física, violência moral, violência patrimonial, violência tentativa de morte, ameaça e perseguição. Isso tudo do ex marido **mboi chini**, também já sofri a violência por causa da minha luta pelo Guarani Kaiowá vários latifundiário já tentaram me matar me

perseguiam até hoje não consigo mais ter aquela liberdade que eu tinha

"Pra mim tem que ter uma casa de acolhimento para esses tipos de mulheres que sofre a violência, porque assim que a mulher sofre um grave violência ela é perseguida pelo agressor se ela não se retirar do local isso é extremamente perigoso para ela, as leis precisa ser mais rigorosa para esses tipo de pessoa que cometem crimes contra as mulheres, e precisamos de organização de própria mulheres indígenas pra meche só com as violência doméstica para isso precisamos de muito recurso."

"Hoje dia 13 de outubro/2020 ouvi a dona ***hovy**, que relatou que a sua filha ***amba'y** de 27 anos, que está sofrendo na mão do esposo que é ***ka'i**, de 26 anos. Ela relatou que a sua filha desde que se amigou com ele, sofre violências domésticas na sua casa, e segundo a mãe a ***amba'y** recebia ameaças do esposo que se separar dele ia matar os filho dela, mas o mais grave que ela estava gestante de 7 meses, e o bebe foi a óbito depois que ela levou a surra do seu esposo. Segundo a mãe ***amba'y** foi pedir ajuda pra ela, porque o seu esposo já estava surrando já de novo ela. E hoje por volta das 7 horas a dona ***hovy** me procurou me pedindo ajuda."

"A maioria das vítimas procuram as lideranças, mas em alguns casos nem as lideranças da aldeia nhanderu marangatu não sabem dar apoio às vítimas porque nós daqui da aldeia não temos capacitação de como agir nesses casos."

"Temos um caso de uma mulher que se chama ***po'y** de 17 anos, foi abusada e espancada, violentada dentro da própria casa. Mas a moça foi dar queixa e até agora não teve mais resposta e o abusador ainda está solto e ele já é acostumado a fazer isso com as moças solteiras. E as lideranças indígenas não vêem esses casos aqui dentro da aldeia."

"Isso aconteceu com nossa ancião ***dona ka'aty**, jary da nossa aldeia. E o ñanderu sunu foi ameaçado, e junto a sua família inteira, até chegou a morrer um filho deles. Segundo a mãe, mataram o filho dela, e o jogaram na frente do carro

para ficar como se fosse um acidente. Não teve apoio das lideranças locais."

"Geralmente violência é uma palavra que tem bastante significado, mas há vários modos de entender as tantas violências, uma delas é a violência física e a verbal, que são muito praticada dentro da aldeia."

"Sim, como lideranças da aldeia já sofri sim violência dos próprios da comunidade e dos próprios colegas assim fisicamente e tanto verbal mas como sou professora e lideranças eu sei como agir com isso."

A violência contra as mulheres ainda é um problema grave no mundo todo. Os índices melhoram com o passar do tempo, mas ainda há muito para ser superado. Infelizmente, na sociedade em geral, ainda há uma visão de que os homens são superiores às mulheres, ainda se sustenta um pensamento de que o homem tem o direito de impor suas vontades às mulheres. O que quase não se percebe é que isso é gerado pela própria forma de educar os meninos e as meninas. Homens que tratam a mulher de uma forma agressiva provavelmente foram incentivados a valorizar a agressividade, a força física, a ação, a dominação. Já as meninas, são valorizadas pela beleza, delicadeza, sedução, submissão, dependência, sentimentalismo, passividade e o cuidado com os outros. Infelizmente, muitos casos de violência ficam impunes porque as mulheres têm medo de tomar uma atitude. Um dos principais motivos que as leva a não ter ação é que elas dependem do homem financeiramente ou emocionalmente, ou temem pela vida de seus filhos, ou porque não querem prejudicar o agressor, que pode ser preso ou condenado.

"Aqui na minha casa, o meu marido melhorou muito, não me bate mais, mas foi para outro caminho: sai e chega bêbado, quebrando tudo. No dia seguinte é como se nada tivesse acontecido. Já denunciei meu marido, mas meus filhos quase me abandonaram, pois ficaram a favor do pai." (**sayju***).

"*tajy índia guarani de 32 anos, se arrepende de ter abandonado a escola e de ter saído da casa da mãe cedo para casar. Ela conta que seu marido trabalha, mas não compra nada para a casa com o dinheiro que recebe. Ela já o mandou embora, mas ele diz que a casa é dele. "Quando casei, meu marido me prometeu mil maravilhas, eu ainda era menor de idade, hoje ele vem em casa e quer tudo na mão, chega toma seu banho, veste a roupa limpa e sai sem hora para voltar, não sei aonde ele vai, mas sei que respeito por mim, enquanto mãe dos filhos dele, ele não tem. Se reclamo, se exijo meus direitos, ele me agride fisicamente e psicologicamente. E se vou embora ele vai me buscar, não sei mais o que fazer."

"mbotyha, indígena de 21 anos casada há seis anos, disse que a violência mais grave que sofreu foi quando seu marido a traiu e depois transmitiu a ela uma DST (Doença Sexualmente Transmissível). "Hoje faço tratamento e, apesar da dor da separação e da briga na justiça pela guarda dos filhos, sou independente e feliz. Só penso agora em trabalhar para garantir o futuro dos meus dois filhos. Assim como eu, todas as mulheres têm direitos e têm capacidade de lutar. Tudo é muito ruim, mas a gente supera".

A voz de mulheres estão sendo silenciadas de diversas formas, já ao longo do século até hoje. em seguida quero relatar as violência ocorrida contra mim. Por ser liderança mulheres já sofrer, violência física psicológica, violência patrimonial, violência institucional etc.

"É com muita tristeza, eu venho relatar as violência sofrida por mim, já fui obrigada entrar em acordo para obedecer regra de "casal". No mundo machista, querer me mudar para obedecer regras de "casal", são muito rígidos, abusivos, violentos, acontece muita manipulação, acham que dessa forma vão te dominar. Tentativa de tirar a minha autonomia, cheguei a um ponto que queria me mudar com porrada para que eu obedecesse as "regras". Isso me tornava extremamente baixa estima, em crise de depressão. Nesse momento pensamos que é impossível sair desse buraco sem saída, nesse momento importante buscar força espiritual e

profissional. A cabeça do machista tem um pensamento de dominar e transformar ela, do jeito que ele quer. Ter posse, controlar 24hrs, exclusiva sobre você, com certeza para alguns homens consegue dominar com pressão, muitas vezes as mulheres não conseguem sair dessa, então, única que resta viver se conformar a vida que elas estão levando. Compreendo dessa forma.”

"Ouvi desde criança que a partir quando casar é uma construção de nova família, tem regra de casamento com a família extensa. De qualquer forma entendo que cada família extensa tem sua educação, forma de regra. A minha família extensa ainda tem linha de pensamentos, casar uma vez e construir uma família, tem que obedecer sim seu marido, isso é uma regra tradicional. Então, é muito difícil desonrar a minha família extensa. A partir da minha visão que não pode ser assim, as mulheres também têm a importante função de ocupar os espaços onde ela quiser, mas o machismo é difícil, a caminhada de desconstruir a linha de pensamentos de machista chega ser inútil para nós. Transformar do jeito que ele quer que seja, já observei durante a minha caminhada de vida, alguns homem mais velhos querem me comprar por dinheiro ou pelo bem estar, mas muitas vezes a gente acaba se naturalizando. Durante ao longo do tempo as mulheres já sofriam varias violencia, as violencias fisicas que sofri dos homens, verbalmente também, tortura psicológica que passei, continuo sofrendo, ficará na minha trajetória de vida. Sempre há uma dolorosa lembrança de uma cena horrível. Mas pretendo seguir a minha caminhada difícil pela vida das mulheres indígenas Guarani e Kaiowá."

O estado Brasileiro e a violência contra nossos corpos com a chegada do COVID-19 em territórios indígenas Kaiowá e Guarani

A invasão colonial carregou muitas epidemias gulosas de carne humana que chegaram com os brancos como a varíola, a gripe e o sarampo, e que junto à violência brutal da escravização, foi a causa do genocídio de diversas sociedades ameríndias de *Abya Yala* e de povos africanos. Diante disso, para os Kaiowá e



Guarani a chegada e expansão da pandemia do Coronavírus tem se somado ao genocídio e a precarização territorial instituído pelo necropoder do Estado e do agronegócio nos territórios ancestrais, que são as grandes produtoras de epidemias/pandemias e de degradação do trabalho. Várias formas foram e continuam maquiando a situação dos povos indígenas, como discursos de que essa pandemia “é

uma gripezinha”, e mais um modo de afirmar uma prática legitimada pelo estado brasileiro conservador de continuar se escondendo por detrás de uma prática econômica, social, político e cultural abusivas, se colocando acima da lei, ignorando o real.

Atualmente a nossa saúde indígena, segue sendo sucateada, a gestão da SESAI (Secretaria De Saúde Indígena) está tomada por militares, destruindo, demitindo a nossa rede de cuidado em Territórios indígenas. Por nove meses através de doações, de forma autônoma mantivemos barreiras sanitárias educativas nas entradas dos territórios.

Com a chegada da vacina CoronaVac em 2021, o desafio é imunizar todos os povos indígenas. Pensar no pós Pandemia é necessário, para assegurar que o que restou de nossas comunidades indígenas sejam protegidos. Para isso é importante a garantia da proteção de nossos territórios, uma política de segurança das comunidades indígenas, uma desapropriação agrária de nossas terras, proteção dos nossos biomas, proteção da vida de mulheres indígenas em luta, efetivação dos nossos direitos, saúde e educação.

Falar delas em situação de violência é ainda mais urgente, são/foram tantas vozes silenciadas. Em 2020 enfrentamos o coronavírus em nossos territórios, mais

uma vez violentando nossos corpos, deixando marcas profundas de ruínas nas comunidades.

As Mulheres Kaiowá e Guarani, enfrentam essa pandemia coronavírus em seus Tekoha, diante de uma infraestrutura precária, onde o acesso aos direitos Guarani e Kaiowá estão cada vez mais distante. Seus corpos são expostos em mais de 73 barreiras sanitárias Guarani e Kaiowá, isolamento para quem? Quem tem o privilégio de ficar em casa? Privilégio de isolamento para quem mesmo?

E é em meio a essa pandemia coronavírus que nós concluímos a primeira fase do relatório do Mapeamento da Violência sofrida pelas Mulheres Kaiowá e Guarani. De acordo com os levantamentos da Articulação Dos Povos Indígenas Do Brasil (APIB), os casos de COVID-19 no Brasil entre populações indígenas, já ultrapassam **35840** confirmados (<https://covid19.socioambiental.org/>), 844 mortes e 158 povos afetados. Enfrentamos um dos piores governos das últimas décadas.

O Estado brasileiro mais uma vez viola os povos indígenas negando 16 vetos em Junho/2020, a resistência se levanta, se dá as mãos, a solidariedade se encontra, e até a conclusão dessa primeira fase do relatório já fazem sete meses desde março de 2020, que continuam em luta, mantidas através de doações.

O que são essas recomendações de "ficar em casa" "lavem as mãos" "mantenha a distância social"? Mais uma vez uma pandemia chega matando, e nem as recomendações da Organização Mundial De Saúde os povos indígenas se enquadram, alguém já perguntou se temos água para lavar as mãos? Quais são as recomendações, as portarias e a nossa real situação?

Há quanto tempo os povos indígenas existem e vivem isolados, não se enquadram, não se adaptam a esse mundo karai que hoje somos obrigados a sobreviver. Uso corretos de EPI 's? Descarte corretos de EPI 's? Uso correto de máscaras, álcool 70? Ao menos se perguntaram como essas informações chegam nas comunidades indígenas? Ou não chegam? Quem tem acesso a essas informações? O que é mesmo EPI 's para os povos indígenas?

O mundo moderno e a tecnologia avançada estão sendo muito úteis em tempos covidianos, o nosso povo Kaiowa e Guarani ainda vive o isolamento digital, mais uma forma de abafar a luta das Mulheres indígenas.

O jrovassa (ritual de espantar o mal) é ao amanhecer e ao entardecer, o Yvyra Pará (instrumento sagrado) está em todas as barreiras, quando usamos esse instrumento estamos indo para a guerra, uma guerra silenciosa, o mbaraka e o takuapu continuam ali, batendo todos os dias, nessa terra vermelha Guarani e Kaiowá, levantando poeira, e assim mais um dia se encerra, mas a noite ainda vai ter pessoas nas barreiras sanitárias Guarani e Kaiowá. O frio da madrugada, o vento, a chuva e o calor estão presentes nesses corpos que tem que suportar tudo, e continuar bloqueando o acesso aos territórios Guarani e Kaiowá, por que se o corona vírus chegar, onde irão recorrer?



A medicina tradicional está há tanto tempo ameaçada, florestas e rios privatizados, mas o vice-presidente da República disse que não falta água para os

povos indígenas porque eles têm os rios. Onde estão os rios? e nas mãos de quem em Mato Grosso Do Sul?

Povos indígenas vivem tempos de guerras, tudo o que foi conquistado com muito suor, luta e garra está ameaçado por uma política que não nos consideram humanos.

A pandemia está matando quem? quem são os corpos enterrados? Vamos falar de humanos, de não humanos? Em tempos covidianos que são considerados como humanos? Quem são "tratados" como humanos? Quem são humanos e deveriam ter um tratamento humano e quem são humanos mas não são humanos? o que é humano mesmo?

Racismo, essa palavra nem tem tradução na língua Guarani e Kaiowá. A lei diz que racismo é crime, mas quem foi criminalizado em tempos de pandemia por racismo contra os povos indígenas? A sociedade ocidental não costuma sustentar a lógica de que o "índio é vagabundo"?

Nas comunidades Guarani e Kaiowá, os primeiros casos positivos foram de trabalhadores Guarani e Kaiowá da JBS - Seara Alimentos. Não foi o primeiro caso positivo de COVID19 na cidade de Dourados, mas foi sustentado o discurso racista de que são os indígenas que estão trazendo o vírus para a cidade. Os primeiros casos positivos na aldeia Tey Kuê em Caarapó foram de trabalhadores Guarani e kaiowá de usinas, os primeiros casos positivos em Douradina, na comunidade de Guyra Camby'í foram de trabalhadores Guarani e Kaiowá trabalhadores da JBS - Seara Alimentos, os dez primeiros casos positivos na última semana de Julho de 2020 diagnosticados no Tekohá de Sassoró foi de trabalhadores Guarani e Kaiowá que trabalhavam em usinas. Continuo dizendo para quem? Quem consegue? quem tem condições de ficar em casa? E essa lógica dominante de racismo que o índio é vagabundo? Como os "direitos"garantem que fiquemos em nossos Tekoha.

É interessante as tantas formas de racismos, pregadas no peito da sociedade ocidental, e contínua de geração em geração, desde uma atividade em

plena pandemia para alunos da terceira série em uma cidade onde está a Reserva Indígena mais populosa do estado, com 17 mil Guarani e Kaiowá.

Como desconstruir todas essas lógicas racistas em tempos covidianos? Onde se rompem os privilégios, quem pode aparecer? mas quem aparece e não é visto? Quem tem acesso aos melhores planos de saúde e quem implora por um leito na UTI?

Quem hoje se levanta pelos seus? Quem está cuidando do custo humano? Quem cuida dos restos, dos detritos que sobraram de uma família? de um povo? Não é uma guerra? ou é...

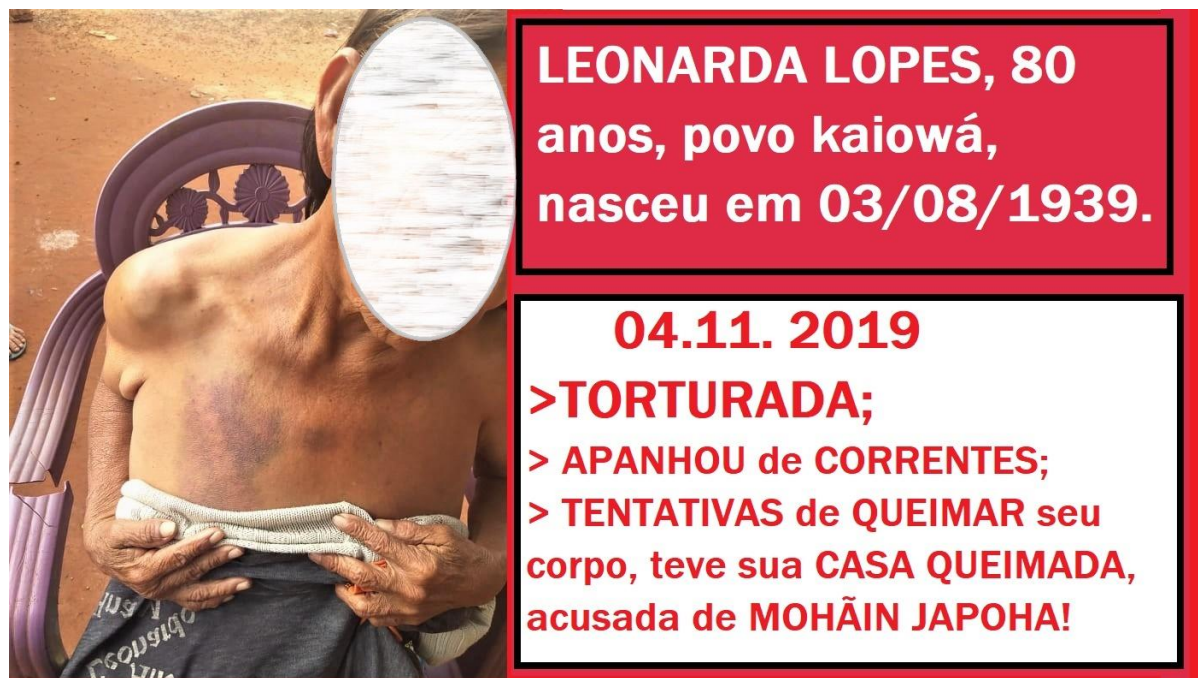
(mais uma fotografia das barreiras Kaiowá e Guarani)

Sobrevivemos a esse solo tóxico, de abandono, invisível aos olhos dos "humanos". O que esperar de um mundo de fome, de morte, de invasão de um domínio político? Infelizmente a nossa luta ainda não é por liberdade mas por sobrevivência.

Falar de mulheres indígenas é urgente! Falar delas, do lugar delas, do cotidiano delas é agora. Kuñangue Aty Guasu (Grande Assembleia das Mulheres Guarani e Kaiowá) pede licença às Mulheres Guarani e Kaiowá, pois agora o assunto é vocês/elas/nós por nós.

"Se você rezar o nosso protetor vem", assim relata a Ñandesy Guarani e Kaiowá R.A.C, ela se refere ao tempos de pandemia e como devemos nos proteger, nos cuidar frente essa pandemia que ultrapassam os nossos corpos, os nossos territórios e nos assassinam, e somos enterrados como não humanos.

O crime de intolerância religiosa: A violência/demonização contra rezadores e rezadeiras.



A demonização da cultura Guarani e Kaiowás, costumes e tradições vem de um processo histórico de colonização muito forte. A criação das oito Reservas Indígenas Guarani e Kaiowá contribuiu muito para que houvesse uma dizimação e demonização das nossas ancestralidades Guarani e Kaiowá.

Casas de rezas estão sendo incendiadas, mulheres anciãs e anciões estão sendo criminalizadas pelo discurso da igreja, tidos como feiticeiras, bruxas, torturadas, estupradas, até ameaçadas de serem queimadas. O nosso sagrado está sendo atacado de uma forma muito violenta, e também denunciei isso em 2019, e acredito que seja esse um dos motivos de ataque e perseguição a minha pessoa. A.K/2019 - Inserir na parte de relatos a intolerância religiosa.

Essa violência hoje se estendeu muito a ponto de voltar a época da ditadura militar, mulheres indígenas, anciãs e anciões estão sendo perseguidas e

criminalizadas. E o povo com características de crentes da igreja pentecostal estão agredindo fisicamente, torturando, perseguindo e cada vez mais demonizando o nosso povo.

Essa violência imposta pela classe dominante, pois foram eles (karai) que trouxeram a igreja para dentro das Reservas Indígenas, nós não somos contra a igreja, desde que eles nos respeitem enquanto um povo tradicional. Mas esse respeito não existe, o que segue é a violência contra o nosso povo tradicional.

A igreja na voz das mulheres Guarani e Kaiowá (relatos colhidos na VI assembléia da Kuñangue Aty Guasu/2017) é uma privação da liberdade e prisão. Mulheres seguem uma doutrina rígida, precisam cobrir seus joelhos com uma saia, homens usar ternos e camisas e mulheres camisas e saias. Elas não podem usar nenhum calçado com maiores detalhes, não podem cortar os cabelos e prega o fim do mundo, o céu como salvação, o inferno como a condenação dos indígenas que não seguir essa igreja e condenam a cultura tradicional dos povo Guarani e Kaiowá, se referindo as Nhandesys que trazem em seus relatos que são tidas como bruxas feiticeiras na visão da igreja pentecostal.

As igrejas avançam fortemente dentro das Reservas Indígenas, e mulheres indígenas trazem relatos de que doam 30% da sua Bolsa Família como Dízimo, um meio de se manter fiel aquela religião. Elas trazem relatos de que a igreja sim oferece um meio de força em meio a todos os desafios do confinamento da RID, mas que é uma extrema pregação que causa medo no futuro.

O grande rezador Guarani e Kaiowá **Chuva**, relata que por inúmeras vezes sofreu perseguições de intolerância religiosa, o que ele se refere como perseguição por ele rezar, praticar a cultura tradicional Guarani e Kaiowá. Ñamoi A. e a Ñandesy A. relatam a Kuñangue Aty Guasu que a igreja é uma forma de calar o indígena frente a sua luta, pois diante de um processo de retomada, quando o povo reivindica e ocupa a terra que pertence ao seu povo originário, a

seus antepassados a igreja não está presente, e sim o rezador, a rezadora, as mulheres que não são crentes, jovens e crianças que não frequentam a igreja pentecostal. E é através do Nhembo'e que conseguem conquistar a terra, fazer dela o caminho de luta e resistência frente ao processo de demarcação e homologação das terras indígenas Guarani e Kaiowá.

***Dona mimbimi** Ñandesy relata que a igreja pentecostal já levou alguns jovens ao suicídio, devido a família seguir aquela religião o jovem e a jovem também são obrigadxs a seguir. Porém no auge da sua juventude privados pela doutrina da igreja, muitos jovens *amigam (termo usado quando o jovem e a jovem vão morar juntos em uma relação conjugal). Outros acabam saindo de casa, e no momento da desvinculação da família acontece o *desvio (quando não segue mais a doutrina da igreja), neste momento o jovem e a jovem estão mais vulneráveis, e onde acontece o suicídio, relatou a Ñandesy.

A relação do homem com sua esposa nas igrejas pentecostais é totalmente *patriarcal, quem toma posse do microfone são os homens, quem prega o evangelho da Bíblia são os homens, quem faz o ritual da *Santa Ceia (quando os crentes praticam a antropofagia que é bebendo vinho e pão como se fosse o sangue e o corpo de Jesus Cristo) é os homens. A mulher tem direito uma vez na semana em fazer o culto dominado somente pelas mulheres, assim como a juventude tem direito uma vez e que seja de preferência no sábado.

Pela cidade, pelas ruas, pelas aldeias, nos deparamos com muitos corpos Guarani e Kaiowá cobertos e dominados pela doutrina da igreja pentecostal. Sujeito a isso de geração em geração as meninas e mulheres não tem liberdade sobre o conhecimento do seu corpo, não tem liberdade do seu corpo, tem vergonha do seu corpo.

O sexo, a menstruação é ainda um tabu dentro dos territórios indígenas, são poucas as aldeias que tem o ritual do Koty, ritual da primeira menstruação

onde a menina fica trancada de cinco a sete dias durante a menstruação, recebendo rezas e remédios do Mato, o Pohã Roysã, ritual esse que prepara o corpo dela fisicamente e espiritualmente. Na igreja não existe esse ritual do Koty, não tem preparo nenhum no modo de ser Guarani e Kaiowá da menina na primeira menstruação.

Em três entrevistas de intolerância religiosa, que a Kuñangue Aty Guasu acompanhou teve três depoimentos muito forte, eis parte do depoimento abaixo:

"Março de 2020 Kuñangue Aty Guasu recebeu a denúncia de que nhandesys e Nhanderu da cultura tradicional Guarani e Kaiowá sofreram a violência de intolerância religiosa. Informações chegaram com fotografias que **dona hyvi**. foi espancada antes e após desmaiar no Território Indígena Panambizinho que pertence ao distrito de Panambi-MS.

Na quarta feira 18 de Março de 2020, as nove horas da manhã o conselho da Kuñangue Aty Guasu representada por uma das organizadoras da Assembleia da Kuñangue Aty Guasu Kuña Aranduhá esteve se deslocando para o território indígena Panambizinho para apurar os ocorridos do **Crime de intolerância Religiosa**.

A primeira escuta foi com a Ñandesy **mainomby** 58 anos, da etnia Kaiowá, que relatou que houve um acidente no Anel viário na noite do dia 14 de Março de 2020, onde vieram a óbito cinco indígenas que estavam se deslocando de carro pelo anel viário onde em circunstâncias apuradas pela polícia local ocorreu o acidente onde o carro bateu de frente com um caminhão bitrem que faz o transporte de cana de açúcar, o caminhão com o impacto da batida arrastou o carro por aproximadamente cinquenta metros, todos os passageiros do carro vieram a óbito, o motorista do caminhão sobreviveu.

Dona Jasy relata que diante desse ocorrido, por ela fazer parte de um tronco familiar de rezadores, e o seu esposo **Kuarahy**, 61 anos, da etnia Kaiowá, ser liderança indígena, foram acusados de terem feito o mal Mohãin Japohá (feitiço/macumbaria). Quem faz essa acusação é a **dona Jasuka**. e sua família, ambos também residentes na Terra Indígena de Panambizinho, ambos acusaram durante o velório em público **dona Jasy** e **seu Kuarahy** de serem os assassinos das cinco vidas que vieram a óbito no acidente. Ela vem de um histórico de violência praticadas contra as Ñandesys, e foi pertencente a Pentecostal Deus é amor.

Dona Mbopi traz em sua fala a repressão que a igreja dentro de territórios indígenas faz à cultura Guarani e Kaiowá. A demonização de rezadores é nítida em sua fala, que acusou dona **Dona Mbopi** do primeiro caso de levar nomes da comunidade às assembléias indígenas para praticar o mal de forma espiritual a essas pessoas, criminalizando o movimento indígena Guarani e Kaiowá.

Dona **Dona Mbopi** faz ameaças de morte e junto traz calúnias e difamação em público a família de **dona Jasy** e **seu Kuarahy**. A ñandesy relata que diante das ameaças fortes que recebeu durante o velório ela se retirou indo para sua casa, pois ficou com medo do que poderia vir acontecer no decorrer da noite.

Em outra situação de crime de intolerância religiosa, após saída da Ñandesy **dona Jasy** e sua família do local os ataques verbais passarão a ser direcionados às demais Nhandesys que também participam ativamente de Aty Guasu e Kuñangue Aty Guasu, ambos assembléias Guarani e Kaiowá, espaços de decisões importantes do nosso povo.

A Ñandesy **dona Ita Verá**, 59 anos, ficou no velório realizando o ritual da Reza, cuidados espirituais fúnebres. A família de dona **Mirim** começou a atacar verbalmente **dona Ita Verá** e sua família. Acusando-a de feiticeira, bruxa, assassina, etc. Dona **dona Ita Verá**. disse que quando percebeu que seu filho

estava sendo atacado fisicamente, percebeu que o mesmo já estava desmaiado diante das pancadas que levou do esposo da **dona Mirim**, o senhor **Yryvu**.

Dona **Ita Verá** então se aproximou e pediu para **Yryvu** parar de espancar o filho dela, quando imediatamente ele partiu para cima de dona **Yryvu** e a golpeou com um soco do lado direito do seu rim, a deixando sem fôlego, e imediatamente segurou em seu pescoço, apertando sua garganta com as mãos, esganando dona **Ita Verá** que aos poucos foi perdendo a força física, logo ele soltou e começou a dar vários socos na cabeça de dona **Ita Verá**. e batendo sua cabeça contra o chão, e soltando várias palavras e frases de calúnias e difamação. **Yryvu** e **dona Mirim** gritavam ao público que ela deveria morrer, que eles matariam ela e sua família, acusando a mesma da prática do Mohan Japinha (feiticeira).

Dona **Ita Verá** disse que outro filho dela chegou e mediante a isso conseguiu com que a violência, o espancamento, o crime de intolerância religiosa, violência doméstica fosse cessada ali. Porém a violência verbal continuou, e dona **Ita Verá** conseguiu ir para sua casa.

As Ñandesy relatam que a família de **dona Mirim** é extensa, e continuam fazendo ameaças de morte à família das duas. A Ñandesy do relato II, afirma que não é a primeira vez que agride ela fisicamente e verbalmente. Que já tiveram outras vezes onde ela foi agredida e teve lesões no corpo. Porém ela nunca teve condições de chegar até a delegacia para denunciar, devido a distância da delegacia da mulher do Território Indígena e a não condição de chegar até o local.

As não providências em relação aos casos de intolerância religiosa faz com que as rezas, os rituais tradicionais, sejam abafadas/silenciadas. Pois não há uma discussão legal de proteção as Ñandesys em situação de violência.

O terceiro caso de situação de Intolerância religiosa aconteceu em 2019, e mediante denúncias da Kuñangue Aty Guasu, o Brasil inteiro teve acesso ao vídeo onde a Ñandesy é torturada, espancada a ponta de faca na companhia de sua filha, ambas torturadas por seis homens e uma mulher, crentes da igreja pentecostal Deus é Amor.

Abaixo descrevemos/traduzimos as cenas do ocorrido que foi gravado e divulgado pelas comunidades/organizações indígena.

Traduzindo o vídeo - Tortura contra duas mulheres na região de Taquaperi. Uma suposta acusação de feitiço contra um irmão de um dos crentes o de camiseta Lllás, estilo crente de pentecostais que aparece primeiro no vídeo:

Homem de camiseta lilás estilo crente de pentecostal: O que foi que sua mãe soltou na água? soltou pregos na água! Depois que soltou as pernas do meu irmão parece estar pegando fogo (uma voz de mulher fala no fundo "já sarou um lado as pernas"). Estamos sendo bom com vocês, se não já pegaria a faca para degolar vocês! Você gosta da sua família, eu gosto do meu irmão, da minha mãe e dos meus parentes assim como vocês. Você sabe "minha irmã" (coloca as mãos na cabeça da mulher de camiseta listrada, inclinando a cabeça dela para trás) que a sua mãe faz isso e você nega.

A mulher de camiseta listrada se defende: "Se a minha mãe fizer isso, é claro que eu vou contar para vocês. O homem de camiseta lilás estilo crente de pentecostes continua ... ela disse que você trabalha com ela (se referindo a mulher de camiseta listrada).

A mulher de camiseta listrada se defende: Ela está mentindo.

O homem de camiseta Lilás estilo crente de pentecostal vira a senhora de camiseta azul e diz: "Você me disse senhora que essa mulher aqui trabalha com você. E meu irmão viu que vocês são em três pessoas. Ela (se refere a mulher de camiseta listrada) amarra a cabeça e você coloca venda nos olhos.

(“A voz de uma mulher diz no fundo: “é ela que eu conheço bem, ela e a outra...”

O homem de camiseta Lilás estilo crente de pentecostal insiste: tem um velhinho junto que não conheci - (se referia/ reproduzindo a fala de outra pessoa que disse conhecer as três supostas pessoas)“)

O homem de camiseta preta, boné e óculos escuro entra na conversa e diz: “ quem é essa pessoa” (se refere a terceira pessoa, o senhor idoso já mencionado acima), quem é essa pessoa, são três pessoas, onde estão?

A senhora de azul pressionada responde: “eu não sei quem é, não sei quem é...”

Outra mulher no fundo responde: “ É um velhinho que sempre está com os olhos vendados deve ser o esposo dela (se referindo a senhora de camiseta azul).

O cara de roupa social de crente camiseta branca diz: “ é aquele que mora perto da casa dela, quem é? quem é a pessoa que mora perto de sua casa? (aponta o dedo para a senhora de azul).

A senhora de camiseta azul responde: “Mas não tem ninguém morando próximo a minha casa.

O cara de roupa social de crente camiseta branca continua: não é aquele próximo a sua casa, é próximo a casa do “irmão”.

Outra mulher reforça a fala para a senhora de camiseta azul: “ quem é a pessoa que mora próximo a sua casa próximo a casa do irmão?

“O cara de roupa social de crente camiseta branca insiste “: tem seu sócio, tem seu sócio...”

O cara de camiseta preta, boné e óculos escuro afirma: “ depois do meio dia, vocês já vão confessar um pouco , podem confessar se vocês amam a vida de vocês.

Outra voz masculina fala no fundo: “ contém logo, contém tudo...”

O cara de camiseta preta, boné e óculos escuro continua: “ contém tudo, contém tudo para vocês irem tomar tereré, ir para casa tranquilo e para quem está doente curar tranquilo.

(várias vozes pressionam as duas mulheres...

Uma voz masculina no fundo diz: “ quem aí tem faca? vou arrancar as orelhas delas.

Nesse momento o cara de roupa social de crente pentecostal com um facão na mão chega na frente da senhora de azul aponta o facão para ela e diz: quem é a outra pessoa, quem é a outra pessoa? como é o nome dessa pessoa...

a mulher de azul sem defesa nenhuma diz “: eu não sei o nome, não sei quem é...

O cara de roupa social de crente pentecostal ameaça/leva o facão em direção ao pescoço da mulher, como se fosse degolar...

e a senhora de camiseta azul responde: **Poty.**

E o cara de roupa social de crente pentecostal aponta para a mulher de camiseta listrada e diz: “ Ela também trabalha com você?

A senhora de camiseta azul responde: “ Não.

E a cara da roupa social de crente pentecostal continua: “ e quem é a outra sua filha?

O povo no fundo diz “ mas quem é **Poty**? Amélia ou América?

Uma voz feminina no fundo diz: “ por que está contando tudo errado, está mentindo, conte a verdade.

Outra voz de outra mulher de vestido amarelo diz “ Quem mora perto de sua casa que chama Amélia?

A senhora de camiseta azul responde: “ SIM.

A mulher de vestido amarelo insiste: “Essa mulher que trabalha com você?

A senhora de camiseta azul responde: “ NÃO!

E o cara de roupa social de crente pentecostal que ameaçou a senhora de camiseta azul de facão diz: “ eu quero que me falem a verdade não fique culpando os outros.

Clima tenso e a senhora de azul respondeu: “ não tem outra pessoa é somente eu. Neste momento o outro cara de camiseta amarela e boné preto diz para a mulher de camiseta listrada: “ e você também trabalha? confessa que você trabalha também. Ele encosta a faca próximo o pescoço da mulher de camiseta listrada, pressiona ela e bate nas costas da mulher do lado esquerdo com o lado contrário do facão dizendo: conta para mim, você trabalha também? Eu não gosto de ficar insistindo/não tenho paciência, você trabalha também?

E a mulher de camiseta listrada acuada massageia as costas com a mão esquerda e responde: Eu não trabalho.

E o cara de camiseta amarela e boné preto continua: “ E como que o cara que está doente viu vocês? foram vocês que ele viu.

Outra voz feminina no fundo diz: “ Ela é assim mesmo, ela não vai contar (se referindo a mulher de camiseta listrada).

“E o cara de camiseta amarela e boné preto diz “: Ela é assim, ela não vai confessar.

Outra voz feminina no fundo diz: Degola logo ela!

Kuñangue Aty Guasu também acompanhou mais dois casos de crimes contra rezadores e rezadeiras em plena pandemia COVID19.

A organização de mulheres indígenas **Kuñangue Aty Guasu** - Grande Assembléia Das Mulheres Guarani e Kaiowá vem através desta denunciar ao Ministério Público Federal e buscar proteção para duas Jarys Nhandesys (Rezadeiras) **Ita Verá, Jacy** e o Nhamõi Nhanderu **Kuarahy**, ambos residentes no Território Indígena Panambizinho, localizado no Distrito de Panambi, município de Dourados-MS.

Infelizmente estamos diante de uma pandemia que ronda o mundo, o COVID19, fazendo várias vítimas, porém nós com todos os cuidados continuamos a nossa caminhada, pois tem ajudas humanas que não podem parar. Não sabemos como estão funcionando os atendimentos do MPF de Dourados-MS. Mas aqui vimos encaminhar a denúncia onde essas duas mulheres anciãs indígenas citadas acima e o Nhanderu estão em situação de risco, segundo relatos levantados pela Kuñangue Aty Guasu em 18 de Março de 2020, podem ser assassinadas a qualquer momento.

Perseguições/homicídios/feminicídio

Aranduha, foi até a Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) fazer o processo seletivo para o mestrado em Antropologia. Quando voltou para casa, em 8 deste mês, na aldeia Aldeia Jaguapiru, região de Dourados, (MS), encontrou a moradia desorganizada, remexida, com as janelas quebradas, com cordas e gasolina espalhada pelo chão. Ela já sofreu quatro tentativas de assassinato. Com 29 anos e uma filha de oito, está fora da aldeia devido às perseguições. Ambas estão em perigo e não possuem mais residência fixa. (<https://catarinas.info/ruralistas-apoiados-pela-forca-nacional-perseguem-indigenas-no-mato-grosso-do-sul/>)"

Crianças indígenas e a violência silenciosa - "ele mexeu comigo enquanto mamãe estava no hospital"

Kunangue Aty Guasu colheu depoimentos de mulheres que foram abusadas sexualmente dentro de casa pelo pai, tio ou padrasto. Muitas carregam consigo o trauma e medo até os dias atuais. Muitas relatam a dificuldade de estar em estado vulnerável, desamparadas, o medo de contar para alguém o que

sentia, o que estava acontecendo. Elas relatam que os abusos aconteciam durante a madrugada, durante a ida da mãe ao hospital, durante elas ficarem sozinhas em casa com o “responsável”.

Um triste caso: a jovem indígena Guarani-Kaiowá **Já’emi** tem 17 anos, mora em Dourados e anda pelas ruas, sobrevivendo com os restos de comida que consegue nos restaurantes da cidade. Ela contou que o pai abusava dela desde que ela tinha oito anos. **Já’emi** não quis contar detalhes, mas se mostrou muito triste e irritada com o assunto. Disse ainda que a mãe nunca ligou, escondia a menina. Então, quando tinha dez anos, a mãe dela saiu e o pai novamente ia abusar dela quando ela conseguiu fugir de casa e foi para a rua. Ela disse que não sabia para onde ir e, como era final de semana, ela foi para a Feira, que acontecia todos os finais de semana na rua Cuiabá, em Dourados-MS, pois sempre ia lá com a mãe e sabia que lá ela teria o que comer. **Já’emi** passou o final de semana na Feira, sua mãe a encontrou e levou-a de volta para a casa. Ela fugiu de novo, a mãe a encontrou e isso se repetiu várias vezes até que sua mãe acabou desistindo. Hoje ela vive na rua, dorme na rua ou na casa dos colegas, disse que a sua vida é isso. "Não tenho um futuro que gostaria de ter, pois o meu futuro foi jogado no lixo junto com a minha honra", lamenta a jovem.

O que fazer com tantas violências silenciosas, os pais escondem, a mãe nega, e quem sofre é a criança. Uma senhora da etnia Guarani-Ñandeva, que mora na Aldeia Bororó, se dispôs a dar um depoimento, mas não quis que o seu nome fosse divulgado. Ela contou de uma sobrinha que foi abusada sexualmente, maltratada e que o Conselho Tutelar a recolheu e hoje ela vive em abrigo. Ela disse ter percebido que o comportamento da menina mudava quando ela olhava para o autor dos abusos. Ela baixava a cabeça, sentia uma tristeza. Certo dia a menina contou, então a família procurou ajuda e ela foi recolhida. "Pessoa como esse homem que maltratou a minha sobrinha é um bicho para mim, ele aproveitou e chantageou uma menina indefesa. Que a mão de Deus faça justiça

na vida desse homem", desabafa a senhora. Nas comunidades indígenas o caso da violência sexual ainda é um tabu, as pessoas sentem receio só de ouvir falar no assunto, é que quando a vítima é adolescente não denuncia porque fica com vergonha de ser mal falada, não arrumar um namorado e outros casos. Temos que ganhar confiança das mães, que muitas vezes não denunciam por ameaças que sofrem.



#Paremdenosmatar #nossasvidasimportam #Raissavive_emNós #KunangueAtyGuasu

**Elas buscam forças em nós,
e nós não temos mais forças para aguentar juntxs...**

Uma companheira precisa ser dilacerada, para que os caminhos sejam "costurados novamente" na Reserva Indígena mais populosa do país. Mas muitos ainda não sentem as nossas dores no conforto de seus privilégios."

Quantas de nós fomos dilaceradas ao longo da vida?

Ela foi violentada até a morte, desde a sua existência, é uma "menina", é uma "criança" é uma de nós... 11 anos, um instrumento de sexo. Como? Isso mesmo,

uma de nós, ou menos uma de nós, que suportou até ontem toda a violência em seu corpo.

Ela não está aqui, e como imaginar que ela teve direito a uma infância. Ah não, ela não teve direito... o que é direito? O que é direito para quem cresce debaixo da lona, vendo o espaço urbano crescer absurdamente, vendo tudo que pertence a ela virando cinzas, inclusive a sua existência.

Ahh, eu precisei chorar, eu precisei lutar comigo mesma, precisei buscar respostas... onde ter respostas?

O corpo está debaixo da terra, é uma criança, poderia ser a minha filha, poderia ser a sua vizinha, poderia ser a sua irmã, poderia ser a sua amiga... poderia ser... você!

Foram cinco "machos", buscando seus prazeres em uma vida de 11 anos, indefesa, dopada. Ahhh... ela pediu socorro, seus olhos pediam socorro. A gente não chegou a tempo de dar as mãos para ela... de dizer... "oi, estou aqui, ofereço meu abraço, vem, se aconchega, estou contigo..."

Chegamos onde o estado não chega, mas não a víamos, não a ouvimos, não a sentimos, não chegamos a tempo.

Anus e vagina dilacerada, galeraaaaaaaaaaaaa, é anus e vagina, são cinco homens e uma menina de 11 anos! Qual é o sentido disso?

Mas e o estado e sua responsabilidade para com a proteção de nossos corpos?

Ela nunca mais voltará! Ela nunca sorriu para nós! Tudo foi interrompido, ela só queria existir. Mas ... foi apagada!

Um corpo silenciado, uma voz presente!

A família, busca apoio em nós, e nós buscamos há dois dias se levantar, porém seguimos rastejando... sem forças, tentando como ela tentou buscar uma luz.

e percebemos que...

... nós não temos mais forças para aguentarmxs juntas... também estamos indo lentamente... seguimxs juntxs, de luto em luta!

Terra indígena Apika'i: A trajetória de lutas/resistências e sobrevivências da viúva Damiana Cavanha, liderança Kaiowa a beira da rodovia.

A Kuñangue Aty Guasu dedica esse momento/página, especificamente da trajetória de luta pela sobrevivência em meio ao calibre do agro, da viúva **Pytāmi**, pertencente ao povo Kaiowá de Tekoha Apyka'i, localizada no município de Dourados-MS. Há mais de 30 anos, a comunidade Kaiowá, liderada pela **Pytāmi**, reivindica a demarcação da terra de ocupação tradicional Tekoha Apyka'i.

Por causa dessa luta pela demarcação da terra tradicional de Apyka'i, a comunidade Kaiowá vêm sofrendo com frequência diversos ataques genocidas, massacres, ameaças de mortes, diversos tipos de violências contra estas famílias, e sobretudo, com a utilização de torturas e assassinatos de lideranças - fatos que têm aumentado nos últimos 30 anos. Os ataques genocidas e as violências diversas contra as comunidades e a família de Damiana iniciaram-se a partir do final de 1990 que continua em curso até os dias atuais.

Apresentamos a seguir mais de 04 (quatro) ataques genocidas promovidos pelos fazendeiros e empresários da Usina de Álcool contra essas famílias Kaiowa, ocorridos entre os anos de 2000 a 2020. Assim, relato a trajetória das comunidades Kaiowá do tekoha Apyka'i, hoje é liderada pela viúva **Pytāmi**.

Essas famílias da **Pytāmi** foram atacadas, expulsas, massacradas pela equipe de segurança particular das fazendas. Em julho de 2016, as comunidades

da **Pytãmi** foram despejadas e jogada à margem da rodovia pela justiça federal, a mando dos fazendeiros. Em decorrência disso, na situação atual as famílias da **Pytãmi** se encontram nas situações de miséria, pobreza, sem água potável para consumir, sem espaço de terra para produzir sua lavoura e criação de animais. Não receber atendimento à saúde por parte dos órgãos públicos municipais, estaduais e federais, e sobretudo a comunidade indígena é abandonada pelos poderes públicos. Nesse contexto em que a comunidade Kaiowá de tekoha Apyka'í sobrevive, resiste e luta pela demarcação da terra indígena tradicional. A seguir apresento a história de violência promovida pelos fazendeiros e empresários contra as famílias da viúva Damiana.

Em meados de 1990, a comunidade Kaiowá ocupou um pequeno espaço de terra tradicional tekoha Apyka'í e reivindicou a demarcação de terra indígena tekoha Apyka'í, no município de Dourados-MS. Por conta disso, pela primeira vez, no final de 1990, dezenas de homens armados das fazendas atacaram a comunidade indígena do tekoha Apyka'í, queimaram todas as casas e destruíram as plantações e animais domésticos dos indígenas.

Os homens fortemente armados despejaram e largaram a comunidade indígena à margem da rodovia. Alguns dias depois, da margem da rodovia, a comunidade despejada retornou ao tekoha Apyka'í, quando começou a sofrer novamente cerco de pistoleiros contratados. Na época, a liderança religiosa idoso, esposo da **Pytãmi**, foi atropelado e dilacerado pelo veículo. O cadáver dessa liderança foi sepultado no tekoha Apyka'í.

Damiana, a viúva desse líder atropelado e morto, assumiu a liderança da comunidade do tekoha Apyka'í. Em 2009, um dos fazendeiros conseguiu uma ordem de despejo judicial dos indígenas do tekoha Apyka'í. A ordem judicial foi executada pela força policial em 2009. A comunidade Guarani e Kaiowá novamente foi largada à margem da rodovia, onde não tem água para beber, nem há espaço de terra para plantar ou criar animais domésticos. Sobretudo, as

famílias são monitoradas pela equipe de segurança particular das fazendas até os dias de hoje.

No final de 2010, a comunidade Guarani e Kaiowá, pela segunda vez, retornou ao tekoha Apyka'i, mas foi atacada e retirada pela equipe de segurança particular das fazendas. Naquele momento, uma liderança viúva foi torturada e um dos filhos foi machucado e assassinado. Pela terceira vez, a comunidade foi atacada, torturada e expulsa de sua terra tradicional Apyka'i. Os grupos armados despejaram a comunidade à margem da rodovia. Em 2011, um dos filhos da viúva **Pytãmi** foi atropelado e dilacerado pelo carro da fazenda.

Em 2013, a comunidade indígena, mais uma vez, retornou ao tekoha Apyka'i, onde pôde contar com a água da mina d'água, e construiu suas barracas, ficando distante da margem da rodovia.

Em julho de 2016, dezenas de pessoas da equipe das forças policiais federais atacaram e expulsaram a comunidade indígena do tekoha Apyka'i, queimando todas as casas e destruindo as plantações e animais domésticos das famílias. Os policiais fortemente armados despejaram e largaram a comunidade indígena à margem da rodovia novamente, onde os Guarani e Kaiowá resistem e lutam pela demarcação da terra tekoha Apyka'i, liderados pela viúva que permanece demandando a demarcação da terra indígena até os dias de hoje.

Há mais de 20 anos, a comunidade Kaiowá e Guarani reivindicam a demarcação do Tekoha Apyka'i. Em 2008, a mando da Usina de Álcool São Fernando e fazendeiros, dezenas de pistoleiros atacaram a comunidade Guarani Kaiowá e queimaram todas as ocas/casas e destruíram as plantações e animais domésticos dos indígenas. Os pistoleiros renderam e torturaram todos os integrantes da comunidade indígena, fraturaram as pernas e os braços dos Kaiowa e Guarani. Os homens fortemente armados despejaram e largaram indígenas à margem da rodovia. Alguns dias depois, da margem da rodovia, a comunidade despejada retornou ao tekoha Apyka'i quando começou a sofrer cerco de pistoleiros contratados. Na época, a liderança religiosa idoso da

comunidade Guarani Kaiowá foi atropelada e dilacerada pelo veículo da fazenda. O cadáver da liderança foi sepultado no tekoha Apyka'í.

A viúva **Pytāmi** assumiu a liderança da comunidade. Em 2009, a Usina São Fernando e fazendeiros conseguiram uma ordem de despejo judicial dos indígenas do tekoha Apyka'í. A ordem judicial foi executada pela força policial em 2009. A comunidade Kaiowá e Guarani novamente foi largada à margem da rodovia onde não tinha água para ingerir e monitorada pelos pistoleiros.

No final de 2010, a comunidade Kaiowá e Guarani pela segunda vez retornou ao tekoha Apyka'í, mas foi atacada e retirada pelos pistoleiros da Usina de Álcool, no momento em que mais uma liderança foi torturada e assassinada pelos pistoleiros da fazenda. Pela terceira vez a comunidade foi atacada, torturada e expulsa de sua terra tradicional Apyka'í. Os pistoleiros despejaram a comunidade à margem da rodovia.

Em 2011, um dos filhos da **Pytāmi** foi atropelado e dilacerado pelo carro da fazenda. Em 2012, à margem da rodovia, em suas barracas, a comunidade inteira começou a sofrer ameaça de morte, mais uma criança foi atropelada pelo veículo da fazenda. Em 2013, uma indígena idosa morreu intoxicada pelo veneno lançado pelo avião da Usina de álcool São Fernando. Em 2013, mais uma criança foi dilacerada pelo carro da Usina São Fernando. Em agosto de 2013 todas as barracas foram incendiadas pelos homens da Usina de Álcool. Na margem da rodovia, a comunidade, além de sofrer ameaça de morte, bebia água poluída, passando miséria e fome.

Em setembro de 2013, a comunidade Kaiowá e Guarani mais uma vez retornou ao tekoha Apyka'í onde tem água da mina d'água, a comunidade construiu as suas barracas, ficando distante da margem da rodovia. Desde setembro de 2013 a comunidade do tekoha Apyka'í passou a sofrer ameaça de morte. Uma das comunidades Kaiowá e Guarani mais ameaçada e sofrida nos últimos 20 anos no município de Dourados-MS. Esses fatos acontecidos com a comunidade Apyka'í, nos últimos anos, já foram divulgados amplamente nas

imprensas nacionais e internacionais. Em 2014, desde janeiro de 2014 a comunidade Kaiowá e Guarani do tekoha Apyka'i mais uma vez foi notificada pela Justiça Federal (TRF3/SP) para ser expulsa de sua terra tradicional, autorizando a força policial para despejar os indígenas do Apyka'i.

Em julho de 2016, a mando da Justiça Federal, dezenas de fazendeiros e a equipe das forças policiais federais atacaram e expulsaram a comunidade indígena do tekoha Apyka'i, queimando todas as casas e destruindo as plantações e animais domésticos das famílias. Os policiais fortemente armados despejaram e largaram a comunidade indígena à margem da rodovia novamente, onde comunidades Kaiowá, liderada pela **Pytãmi**, resistem e lutam pela demarcação da terra tekoha Apyka'i. A liderança viúva se encontra à margem da rodovia BR que liga a cidade de Dourados a Ponta Porã onde permanece lutando e demandando a demarcação da terra indígena Apyka'i que perdura até os dias de hoje.

Cito e traduzo a declaração da liderança viúva **Pytãmi** ameaçada de morte falou assim: "o meu pai, o meu marido e meus filhos já foram massacrados, atacados, assassinados e enterrados aqui no tekoha Apyka'i, eles foram assassinados pelos fazendeiros", "eu e a comunidade sobreviventes vamos morrer lutando aqui pela justiça e demarcação de nossa terra Apyka'i. Não vamos desistir de lutar. "Na condição de mulher-viúva, meu marido morreu lutando pela terra.

Violência obstétrica

Foram identificadas situações de violência obstétrica contra gestantes, sendo fundamental o fortalecimento das ações pela humanização do parto e nascimento. As mulheres Guarani e Kaiowá desconhecem essa linguagem médica Karai, é a palavra da paciente contra as justificativas do médico.

É preciso avançar no respeito aos direitos humanos e no enfrentamento às violências de gênero, com destaque para as violências obstétricas contra as mulheres indígenas. A assistência à saúde no pré-natal, parto, nascimento e pós-parto ainda está marcada tanto pela ausência de cuidados quanto por intervenções desnecessárias, tais como: desinformação, falta de privacidade, comentários, excesso de toques vaginais, parto na posição horizontal, ausência de acompanhante, ausência de doulas, cesárea de rotina, além do desrespeito às especificidades étnico-raciais, evidências científicas e legislações nacionais e estadual.

O respeito aos princípios da dignidade da pessoa humana, da igualdade, o direito à saúde e à vida das mulheres, previstos na Constituição Federal, o respeito ao protagonismo das mulheres e ao próprio corpo, o respeito aos saberes e formas de cuidado tradicionais (rezadeiras e parteiras) em diálogo com as boas práticas no parto e nascimento (referendadas pela Organização Mundial de Saúde e pelo Ministério da Saúde), o direito ao acompanhante de livre escolha (Lei nº 11.108, de 2005), o direito a conhecimento e vinculação à maternidade de referência (Lei nº 11.634, de 2007), e o direito à proteção contra as violências obstétricas (Lei estadual nº 5217 de 2018) são desafios urgentes na proteção da vida de nossas mulheres e crianças.

“é preciso descolonizar o discurso institucional quando se trata de mulheres indígenas e negras. Os desafios para o enfrentamento da violência e do racismo institucional precisam ser discutidos”. Aranduhá kaiowá.

“Dar vida a uma vida não é um momento de tristeza, mas o parto tem se tornado um momento de muitas violências entre nós. Desde que nossas parteiras foram proibidas de atuar do nosso jeito tradicional, tendo que fazer os trabalho escondidos e que fomos obrigadas a parir nos hospitais e fazer o pré natal do jeito da medicina não indígena, as

violações ao nosso conhecimento tradicional, nossos remédios, nossas mulheres ñandesy, têm culminado com a morte de nossas parentes durante o parto nos hospitais. Nós mulheres guarani e kaiowá sabemos como ter e cuidar de nossos filhos. Nossa medicina tradicional e a reza são muito importantes para a saúde da mulher indígena e para o crescimento saudável da criança. Nós sofremos enquanto mulher indígena sofre muito nas mãos dos médicos não indígenas, sendo que as parteiras e nhandesy têm reza e remédio para a mulher indígena na hora do parto, para sofrer menos no momento do nascimento da criança.” **Vy’a**, Pandui/Amambai-MS.

O hospital

As minhas experiências de ajuda nos atendimentos/escuta a todos (as) indígenas que acompanhei no HU-UFGD em 2018. Percebi todos os dias, o quanto há uma imensa necessidade de os profissionais de saúde se aproximarem e entenderem as questões indígenas. Isso ajudaria no atendimento aos Guarani e Kaiowá que chegam de diversas regiões do Cone Sul de MS.

Há uma resistência do indígena ao espaço do hospital, pois é um espaço físico não adaptado aos costumes, tradições e línguas desse povo. Estamos no estado onde temos a segunda maior população indígena do país, e cada vez mais o espaço dos hospitais tem sido a única alternativa em casos de emergência. Há uma necessidade urgente de profissionais em todos os setores do HU estarem capacitados para atender a população indígena.

Percorrendo os corredores do HU, me deparei com indígenas que tentam decifrar a linguagem médica, e os procedimentos que estão sendo feitos em seus corpos. Ao olhar Guarani e Kaiowá a cirurgia não é compreensível, a alimentação

do hospital e os cuidados biomédicos na maternidade ainda são bastantes questionados.

Aplicado o questionário de avaliação via Núcleo de Saúde Saúde indígena, as avaliações a partir do olhar Kaiowá e Guarani relacionado ao atendimento, orientações, permanência no hospital e refeições, os resultados foram: A linguagem biomédica foi a mais questionada, não há retorno ao paciente em uma linguagem simples e compreensível sobre os medicamentos e procedimentos que estão/foram realizados. As acompanhantes que ficam no hospital por mais tempo se queixaram de ter um espaço melhor para dormirem.

Os Guarani e Kaiowá estão acostumados a ingerir bastante alimentos, o hospital precisa seguir as regras, há um limite de temperos, quantidades, etc. Pacientes pedem que durante a noite haja uma quantidade maior de alimentos, e as mães na pediatria se queixaram de que a comida que chegam até a elas são para pessoas doentes, sendo que as mesmas são acompanhantes e querem se alimentar sem as restrições dos alimentos. Houve queixas em relação aos profissionais, falta de sensibilidade, respeito e simpatia com os indígenas. Houve avanços no HU-UFGD, mas enquanto o hospital não estiver preparado para atender os povos indígenas de acordo com suas especificidades as queixas continuam.

"A violência dentro dos territórios indígenas"

No que chamamos de violência interna, as mulheres indígenas entendem como violência dentro do confinamento e nas retomadas, sempre existiram e continuam amordaçando mulheres Guarani e Kaiowá.

Dentro de casa, mulheres, crianças e meninas sofrem a violência física, psicológica e sexual, porém nem todas conseguem ter apoio e acolhimento. As que conseguem são acompanhadas pela SESAI (Secretaria Especial de Saúde Indígena), Conselho tutelar, FUNAI (Fundação Nacional do Índio), e outros.

Nem todas conseguem denunciar, justamente por que não tem para onde ir, onde recomeçar, onde ter perspectivas de vidas longe da violência. É lá que elas têm que se reinventar para continuar seguindo vivas e proteger suas famílias como podem enquanto estiverem vivas.

As delegacias são longes, as lideranças a maioria homens, os policiais quando chamados para atender uma mulher que está com a medida protetiva dentro da lei Maria Da Penha, muitas vezes não conseguem se fazer presente para proteger a vítima, pois se trata de um território indígena, que muitas vezes não há sinal de telefone, ou um telefone para pedir socorro.

Para além de identificar as violências, problematizar o encarceramento é urgente, por mais que as prisões enfrentam uma lotação no Brasil, ainda é a única alternativa como punição a quem praticou a quebra do “acordo social”. Vivemos num país onde a violência aumenta absurdamente contra a vida de mulheres, mas os encarcerados tem classe econômica, gênero e cor de pele. São negros, indígenas, favelados, pobres e homossexuais.

As violências de espancamentos, torturas psicológicas, violência física e violência moral.

* **Jara** de 28 anos, **Jakaira** de 56 anos e **Jasuka sy** de 34 anos. Os encaminhamentos das violências foram todos registrados da PM de Bela Vista. Denúncia feita pelo celular via Whatsapp quem fez a denúncia foi **Potyguemi**.

Três casos de estupro em 2018, 2019 e 2020, na aldeia Pirakua, município de Antônio João. A menor **Hyvikuemi** de 12 anos, foi estuprada por **Ysó** de 32 anos. **Jeguamirim** foi estuprada por **Kangué** de 29 anos. **Jeguamirim** foi estuprada por **Pochy**. Todos os casos foram registrados na PM de Bela Vista. No caso da **Jeguamirim** ela não quis fazer denúncia por causa de ameaças que sofreu do estuproador.

***Jechakary**, Kaiowá, 25 anos e sofreu violência por volta das 22 horas da noite.

Dia 6 de Agosto de 2020 uma Mulher de 25 ano sofreu um grave violência do marido os vizinhos relata que escuto choro da mulher resolveram fazer denúncia para minha pessoa sem a vítima saber. em seguida quando a denúncia chegou a minha pessoa **Potyguemi** resolvi chamar a PM de Bela vista, fizemos a denuncia agressor se encontra foragido da PM.

***Katumi**, kaiowá, 17 anos,

Depois de duas Semanas no dia 18 de Agosto atendi outro caso de violência doméstica por volta das 8 horas da noite sofreu a violência do próprio irmão mais velho caso foi denuncia pra PM de Bela vista agressor se encontra preso.

***Katupyry**, Kaiowá, 32 anos sofreu violência do ex marido quando volto da casa da sua mãe depois do jantar da família, ex Marido encontrou ela no caminho da casa dela e resolver agredir ela gravemente eles é separado a mais de 8 meses mais a perseguição do ex contínua fizemos a denúncia para PM de Bela vista, agressor não foi preso continua fugindo das polícias.

***Ponchito**, Kaiowá, 29 anos,

atendi Kelly por volta das 14 horas da tarde sofreu violência do marido dia 7 de Setembro de 2020. Por medo a **Ponchito** não quis fazer a denúncia para MP.

Jeguamirim

***Potyguemi**, kaiowá, 35 anos

Potyguemi sofreu a violência do marido quando foi pra casa dela almoçar ela é funcionária da Escola sofreu violência muito grave teve perna dela

ferido, quando cheguei no local ela já tinha ido para hospital de Bela vista foi encaminhado para hospital São vicente no caso da **Potyguemi** eu não tenho foto dela dela só peguei o relato do sogra dela.

***Hyvikume**, Kaiowá, 12 anos.

Foi estuprada por **Pochy** de 28 anos não fizemos a foto na noite que Adriana sofreu essa violência mas eu fui como intérprete no fórum de Bela vista no dia que teve audiência para julgamento do **Pochy**.

A negação de direitos dos Povos Indígenas pelo estado Brasileiro

A maior violência contra a vida das populações indígenas vem do Estado Brasileiro, o Judiciário, executivo e legislativo é que estão com o poder de decisão nas mãos. Porém nos encontramos diante de um judiciário Karai que julga, encaminham questões indígenas. O cenário atual do Brasil não é nada favorável às questões indígenas.

O sucateamento de órgãos indigenistas como a Fundação Nacional do Índio, a Secretaria Especial De Saúde Indígena, ambos órgãos indigenistas que tem como objetivo defender e atuar em favor dos povos indígenas, se encontram dominadas pela bancada anti-indígena, a bancada ruralista, militar e evangélica.

“A judicialização dos processos de demarcação de nossos tekoha é uma afronta a nossa luta. Não aceitamos a indenização aos fazendeiros, repudiamos esse meio em que o Estado tem que pagar aqueles que roubaram as nossas terras e nos confinaram nos chiqueiros.” Fala da liderança de Yvy Katu L.R.

Vivemos a insegurança pública no nosso cotidiano, tendo que lidar com o racismo, o preconceito, a violação de nossos corpos e de nossa cultura, com as violências dos não indígenas quando tentamos utilizar os dispositivos do estado

que oficialmente deveriam nos proteger enquanto mulheres. Somos mulheres guarani e kaiowá e temos que ter a garantia dos nossos direitos que levem em consideração as nossas especificidades culturais, para que assim não nos deixe como vítimas da violência do estado e da sociedade brasileira. Sem a demarcação das nossas terras, nós mulheres guarani e kaiowá não poderemos ter uma vida livre da violência. E resistiremos para que possamos ter uma vida com liberdade junto com nossos filhos, nosso povo, em nossa terra. A saúde pública também não está do nosso lado. Somos nós mulheres que damos a vida e temos o direito de viver. Estamos cansadas de perder as nossas irmãs guarani e kaiowá durante o trabalho de parto.

“Eu já fui atacada, perseguida, sofri tortura psicológica por várias vezes, desde 2016 eu não consigo mais viver numa casa fixa, sempre os ruralistas encontram a minha casa, sou atacada, perseguida, saqueiam a minha casa, e nunca teve nenhum retorno que punice eles de todas as denúncias protocoladas na polícia.” A.K/2019. “Nesse momento, eu A.K está fora de sua comunidade, novamente em 08 de Janeiro de 2020 atacaram a minha casa, após denúncia do ataque de fazendeiros, polícia e pistoleiros nas comunidades Guarani e Kaiowá em 3 de Janeiro de 2020. Meus livros, meus arquivos de campo foram extraviados, trabalhos e memórias da Kuñangue Aty Guasu e vários outros foram consumidos pela gasolina que jogaram na minha casa, roupas, camas, geladeira detonada, janelas totalmente destruídas, até corda havia no local. A sensação era de que queriam nos matar, torturar, estuprar, etc.

Aqui em Mato Grosso do Sul, a polícia tem atacado muito o nosso povo, eu registrei o Boletim de Ocorrência, assim que vi o estrago na minha casa, a perícia da polícia não teve vontade de aprofundar na investigação, apenas fotografou. Mediante a isso, o pouco que restou da minha casa que não foi consumido pela gasolina e nem extraviado foi para residência de amigos, e eu por medida de segurança tive que me ausentar, passei dias muito mal, não conseguia me alimentar, chorava, entrei numa depressão que só ficava

trancada. Consegui fazer isso 21 dias após o ataque a minha casa, não consegui nem entrar, nem fazer a mudança de tanto trauma que fiquei.

Aqui viemos na trincheira cotidianamente, os ataques genocidas ao nosso povo está sendo diário, é um cenário de guerra que vive o povo Guarani e Kaiowá, a polícia é enviada para nos atacar, pistoleiros é enviados para nos matar, fazendeiros tem apoio do estado e acesso livre em terras indígenas. A.K/2019

É triste demais viver escondida, exilada, e ameaçada de morte em nossas próprias terras, não desejo isso para ninguém, sou mãe, quero que minha filha viva, quero continuar vivendo também, mas é quase que impossível se manter viva e continuar lutando, mas enquanto estivermos vivas a luta continua. A.k

*Relatos das Nhandesys durante a assembleias da Kuñangue Aty Guasu
2018: O que é violência para as Nhandesys*

*Dona Helena Limão Verde/Amambai-MS.

“Violência é levar os nossos filhos para o abrigo (se refere a crianças em acolhimento).

Hélida: Violência é levarem meu filho aos sete dias de vida para o abrigo e nunca mais me devolver, e hoje o juiz ainda me pede que construa uma casa boa para receber de volta meu filho em casa (ela mora na retomada Nhu verá).”

*Dona Damiana Apykay/Dourados-MS.

“Violência é assassinar nove pessoas do meu Tekohá e nos expulsar dizer que foi acidente e ficar impunes, nos despejar de nossas terras e hoje somos obrigados a morar a beira de rodovia...”

*Dona Teresinha Teresinha Bororó/Dourados-MS.

“Violência é dizer que eu sou bruxa, que eu faço o mal para os outros, é a ameaça que recebo de algumas pessoas na comunidade ameaçando de botar fogo na minha casa de reza.”

*Nhandesy Adelaide Limão Verde

“Uma das piores ruínas que fizeram contra nós foi retirar o nosso direito sobre as nossas terras, mas juntas lutaremos, pois é um direito nosso e de lá não sairemos.

O estado e suas práticas de violência contra os Kaiowá e Guarani.

As Reservas Indígenas:

Estamos localizados no Cone Sul do estado de MS, centro oeste do Brasil, somos a segunda maior população indígena do país, (dados de abril de 2019 da Secretaria Especial de Saúde Indígena - SESAI), somos em 51 mil Guarani e Kaiowá. É a população indígena que vive intensamente a disputa territorial sangrenta com os fazendeiros/latifundiários.

No confinamento da Reserva Indígena, “os chiqueiros” como dizem as Nhadesis (anciãs do cuidado tradicional) temos o machismo que segue forte e viola crianças, meninas e mulheres cotidianamente. O patriarcado predomina fortemente nas Reservas Indígenas, a capitania, herança deixada pelo SPI, pouco dialogam com as mulheres indígenas sobre seus direitos e deveres e formas de protegê-las.

Nos últimos anos os conflitos pela terra deixaram muitas mortes em vários Tekoha (terra sagrada Guarani e Kaiowá). Em meados de 1917 foram criados no governo de Getúlio Vargas oito Reservas Indígenas, e assim começou a dizimação

dos Guarani e Kaiowá. Cada reserva indígena tem um espaço limitado de 3.600 hectares e é cercada pelos arames farpados sul-mato-grossense, não pode ser ampliada, e pertence a União, não é demarcada.

Assim os Guarani e Kaiowá foram retirados de suas terras e obrigados a sobreviver em Reservas Indígenas, logo todas as terras indígenas passaram a ser loteadas, vendidas e privatizadas. Iniciou-se então a migração de não indígenas de todos os lugares para trabalhar e construir suas famílias em terras Guarani e Kaiowá.

Com a constituição de 1988, nos arts. 231 e 232 que garante aos povos indígenas seus direitos, foi um respiro para a luta dos Guarani Kaiowá que nunca se sentiram bem em confinamento no espaço das Reservas Indígenas. Iniciou-se então o processo de retomadas, o retorno para a terra onde morou os nossos ancestrais, porém essas terras já estavam ocupadas por fazendeiros, que diziam ter comprado e tinham o título da terra.

Assim continua o martírio Guarani e kaiowá por décadas e décadas pelo direito à terra, aos costumes e organização. Algumas terras indígenas foram homologadas e demarcadas , porém nos últimos governos que em tempos modernos exploram, envenenam e em cima de nossas terras continuam alimentando o capitalismo bruto e selvagem, mais nenhuma terra indígena dos Guarani e Kaiowá foi demarcada.

Hoje as Reservas Indígenas se encontram superlotadas, não há espaço para as próximas gerações, mas não é do interesse do governo dialogar com os povos indígenas sobre a questão fundiária. Sim, dialoga com os fazendeiros com o discurso que o agro é a economia do país, o governo atual do presidente Jair Bolsonaro continua insistindo nos pacotes de leis anti-indigenas que explora, libera mineração, hidrelétricas, desmatamento, poluição de rios, etc em terras indígenas.

Estamos lentamente morrendo a cada dia com essa política ecocida e genocida. A constituição federal de 1988, passou a ser papel higiênico para esse

governo. Os Guarani e Kaiowá seguem com seu sangue, mbaraka e reza fazendo a demarcação de suas terras, enfrentando esse governo de peito aberto.

É secular a nossa luta, e nunca foi garantido como queremos os nossos direitos, preservar os povos indígenas é preservar as matas, os rios, a vida, o planeta. Defender esse projeto de exploração é dar fim a vida da população brasileira. Até os tratados internacionais que constam na Convenção 169 da OIT, estão sendo ignorados, os povos indígenas não são chamados, não tem voz quando está tendo uma decisão política que envolve os mesmos e suas terras.

Relatos da ***Yjara** Tekohá Laranjeira I

"Nós mulheres Guarani e Kaiowá, e vários outros líderes indígenas que estão constantemente mediando entre a aldeia, a cidade e o estado, estamos faz tempo na mira do calibre do agro. Por que nós acompanhamos, denunciemos e estamos o tempo todo lembrando a eles que temos direito constitucionais e que não é um favor é um dever do estado cumprir com suas obrigações. Insistimos que a demarcação e homologação de nossas terras é urgente, quantos crimes do estado brasileiro contra os nossos corpos já denunciemos, mas nossas vozes ecoam para quem quer ouvir, menos para o governo, então seguimos lutando com a nossa comunidade enquanto estivermos vivos."

***Piro'y** Jaguapiru/Dourados-MS.

"Eu já fui atacada, perseguida, sofri tortura psicológica por várias vezes, desde 2016 eu não consigo mais viver numa casa fixa, sempre os ruralistas encontram a minha casa, sou atacada, perseguida, saqueiam a minha casa, e nunca teve nenhum retorno que punisse eles de todas as denúncias protocoladas na polícia."

Em meados de 1980 antropólogos sob a responsabilidade da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) iniciam a perícia antropológica, registrando de como o povo Guarani e Kaiowá foram expulsos de seus Tekoha. A perícia antropológica são levantamentos feitos pelos antropólogos

que conhecem o povo local que está pesquisando, registrando seus modos, costumes, organização social (política) e lugares de pertencimentos. Dessa forma, antropólogos Karai (não indígenas), defensores dos direitos humanos, que lutam com os povos nativos em defesa de direitos garantidos na Constituição Federal de 1988, art. 231 e 232, atuam/atuaram corajosamente no levantamento da perícia antropológica que resultou em laudos de identificação de terras indígenas Guarani e Kaiowá. Esses levantamentos e identificação de terras indígenas através de perícia antropológica têm sido cada vez mais perigosos, pois há uma perseguição do estado que acolhe as demandas ruralistas e vai contra as demandas dos povos indígenas.

O território indígena no atual governo de Jair Bolsonaro (2019 a 2022) sofre uma das maiores perseguições de não identificação de territórios e não garantia de direitos indígenas. Sendo assim os antropólogos cada vez mais intimidados e impedidos de realizar os trabalhos de campo, e os laudos se tornarão uma decisão política anti-indígena. A perseguição política feita por ruralistas, federações e sindicatos segundo o artigo de Tônico Benites se levantarão fortemente contra os laudos antropológicos. Isso se fará com a conclusão de relatórios se houver, convocando-os ou dificultando judicialmente o trabalho dos antropólogos.

Hoje em 2020, quatro décadas depois a maioria das terras indígenas continuam sob posse do latifúndio, que através de portarias, PECs (propostas de emendas à constituição), reintegração de posses, liminares, e a tão temida pelos Guarani e Kaiowá Tese do Marco Temporal, continuam descumprindo o preceito constitucional com apoio do estado brasileiro. Com isso entendemos que o sistema do karai, da política da propriedade privada, do sistema capitalista seguem engavetando, dificultando as perícias antropológicas e anulando laudos antropológicos por décadas e décadas, não dando continuidade aos processo de demarcação dos territórios do povo Guarani e Kaiowá.

As anulações e não reconhecimento de laudos contribuem para o epistemicídio do povo Guarani e Kaiowá, pois são estes os documentos que vão

contra os argumentos dos fazendeiros que insistem no título da terra comprovado em cartório, anulando qualquer prova de que está de posse daquelas terras mediante a expulsão dos povos originários Guarani e Kaiowá. Em 1980 os estudos antropológicos comprovaram que as terras que ocupavam os Guarani e Kaiowá é território indígena há séculos, iniciando assim a batalha judicial de fazendeiros na justiça pela posse da terra. Com essa comprovação os antropólogos passam a ser acusados de incitar a “invasão de propriedade privada” e os indígenas são acusados de invasores, formação de quadrilha, etc, discurso da mídia, dos fazendeiros, do capitalismo, dos ruralistas, do judiciário branco de classe alta que julga corpos indígenas e pobres.

O antropólogo é entendido como um opositor dos fazendeiros. O antropólogo é tido como culpado pela reivindicação de demarcação das terras pelos povos indígenas. Nesse contexto litigioso e complexo, a maioria dos antropólogos demonstra receio de assumir a sua vinculação aos estudos da antropologia, por medo de sofrer ameaças de morte. (Benites, Tônico. 2016. “Trajetória e atuação de um antropólogo indígena”. Pg. 61)

Benites traz a importância de ter indígenas formados e atuando na antropologia, pois ao longo de sua trajetória acadêmica ele se deparou com livros didáticos usados em salas de aulas falando dos povos indígenas de formas negativas, maquiando sua verdadeira história. Narrativas dos Karai que tentam o tempo todo higienizar a verdade sobre o que se vive, se escreve e observam sobre os povos Guarani e Kaiowá. O que geram opiniões, sustentam o ódio, preconceitos, racismos, discursos de ódio, repressão, violência, punição, encarceramento e genocídio desse povo nativo exilados e cercados pelos arames farpados do latifúndio de Mato Grosso Do Sul.

Não há incentivo, muito menos esforço em mudar essas escritas que já foram hierarquizadas nas esferas social, jurídicas, políticas e moral. São inúmeras formas de genocídio e epistemicídio, uma negação de direitos, geográfica, identitária e criminalização do povo Guarani e Kaiowá, que segue de geração em

geração. Ao mesmo tempo que os antropólogos indígenas são autores de sua própria história, na escrita, metodologia e referenciais teóricos eles pertencem àquele povo fornecendo olhares e novos conhecimentos, produzindo o etnoconhecimento.

Atualmente a FUNAI que atuava em favor dos povos indígenas, hoje demonstra claramente seu desinteresse em defender os povos nativos. Recentemente o atual presidente da FUNAI em seu discurso disse que não governará para garantir as demarcações de terras indígenas, e sim atender a bancada ruralista. Cargo de confiança do presidente, a serviço do estado brasileiro, a FUNAI se nega a cumprir a Constituição Federal de 1988. Servidores antropólogos foram exonerados e substituídos, e assumem uma nova gestão sem conhecimento e experiência, sem vontade nenhuma de atuar em defesa dos indígenas do país. Isso enfraquece as perícias antropológicas, e os laudos caminham para serem favoráveis ao fazendeiro.

Com esse propósito de não defender as populações indígenas, em Outubro/2019 a FUNAI editou a portaria nº 534, de 13 de abril de 2005, afirmando assim que os laudos antropológicos não possuem validade sobre a terra "invadida" pelos povos indígenas. A FUNAI passa a praticar a vontade do presidente e da bancada ruralista, exercendo a política anti-indígena, anulando a terra Guarani Kaiowá Remanso Guasu, localizado em Japorã-MS, mediante uma ação movida pelo fazendeiro contra o indígena da etnia Guarani Nandeva de Porto Lindo, favorecendo o fazendeiro através da reintegração de posse. Para o judiciário branco, (2º turma do superior de justiça) que julga corpos indígenas e decide criminalizá-los, os laudos antropológicos reforçariam a "invasão", é contra o judiciário Karai. Afirma o site Consultor Jurídico que é um "afrente ao ordenamento jurídico...".

O Brasil é um país que judicializa, pune e criminaliza corpos indígenas, pretos, pobres, LGBT e favelados, o tiro tem sempre um destino. Quem julga e encarcera são Karai de classes altas, um judiciário branco que desconhece a

história dos povos indígenas. É mais cômodo penalizar e negar direitos a um povo em situação vulnerável, que tem seus direitos e suas histórias/memórias abafados por máquinas e sistemas políticos, um caminho para continuar dizimando a população indígena.

“Nesse momento estou fora da minha comunidade, novamente em 08 de Janeiro de 2020 atacaram a minha casa, após denúncia do ataque de fazendeiros, polícia e pistoleiros nas comunidades Guarani e Kaiowá em 3 de Janeiro de 2020. A sensação era de que queriam nos matar, torturar, estuprar, etc. Aqui em Mato Grosso do Sul, a polícia tem atacado muito o nosso povo, eu registrei o Boletim de Ocorrência, assim que vi o estrago na minha casa, a perícia da polícia não teve vontade de aprofundar na investigação, apenas fotografou. Mediante a isso, o pouco que restou da minha casa que não foi consumido pela gasolina e nem extraviado foi para residência de minha família, e eu por medida de segurança tive que me ausentar, passei dias muito mal, não conseguia me alimentar, chorava, entrei numa depressão que só ficava trancada...” Relatos de perseguição de uma liderança indígena, 30 anos, Dourados-MS.

“A trincheira é cotidiana, os ataques genocidas ao povo Guarani e Kaiowá está sendo diário, o cenário é de guerra que vive o povo Guarani e Kaiowá, a polícia é enviada para atacar, pistoleiros é enviados para nos matar, fazendeiros tem apoio do estado e da polícia, e tem acesso livre em terras indígenas...” Relatos de uma residente na retomada Nú Verá em Dourados-MS, após ataque da polícia em Janeiro de 2019 a sua comunidade.

“Casas de rezas estão sendo incendiadas, mulheres anciãs e anciões estão sendo criminalizadas pelo discurso da igreja, tidos como feiticeiras (os), bruxas (os), torturadas, estupradas, até ameaçadas de serem queimadas. O nosso sagrado está sendo atacado de uma forma muito violenta” Relato de uma jovem que pediu para não ser identificada por medidas de segurança.

“Nossa companheira de trabalho após nos acompanhar na cobertura de imprensa na retomada, fazendo denúncias conosco, nos dando cobertura, também teve sua casa ameaçada, fazendeiros estavam fotografando a casa dela, e

fazendo ameaças de morte. Isso foi um dia após receber a imprensa internacional para fazer a cobertura de todos os ataques ao meu povo Guarani e Kaiowá.” Relatos de uma liderança indígena em Dourados-MS, Janeiro/2020.

“Continuamos na linha de frente e quem enfrenta é alvo do calibre ruralista, o ataque a nós é três vezes maior, dialogamos com o estado em defesa do nosso povo, seguimos em frente enquanto mulheres indígenas em defesa do nosso povo, em luta pelo futuro de nossos filhos e da nossa comunidade.” Relatos de Vanderléia, Rancho Jacaré/Laguna Carapã-MS.

Relatos de uma liderança:

Sou A. do povo kaiowá, há 14 anos lutando pelo meu povo. Em Mato Grosso do Sul, no município de Dourados-MS, os guarani kaiowá foram atacados logo na primeira semana de 2020. Logo mais nossos vizinhos na Terra Indígena Laranjeira tiveram a casa de reza incendiada. Muito sangue já derramou na terra Indígena Nhu Verá Guasu em Dourados, o mundo acompanha o massacre aos povos indígenas no Brasil. O território sagrado guarani kaiowá e os passos para a demarcação das terras tradicionais assassinaram muitos indígenas e continuam assassinando. Nós Mulheres da luta também estamos sendo perseguidas. Minha casa foi invadida, depredaram janelas, reviraram tudo, o cheiro de gasolina era muito forte, até corda artesanal tinha, não roubaram nada mas deixaram o recado. Estamos vivas, Nhanderu nos protegeu para não estar em casa nesse momento de terror.

Afirmo aqui que é o sexto ataque desde 2018 a minha casa, minha pequena de oito anos corre perigo também. Sou uma mulher marcada para morrer, por lutar pelo meu povo Guarani e kaiowá, deixo aqui o meu recado: Lutem sempre, sejam resistência. A luta continua.

Gratidão a todos que lutam conosco.”

Esses relatos acima nos trazem a violência que se entende de geração em geração, praticadas pelo estado Brasileiro. Lideranças indígenas, comunidade em geral, defensoras de direitos humanos, ativistas Guarani e Kaiowá, gritam ao mundo, um pedido de socorro, que olhem para os povos Guarani e Kaiowá, o estado brasileiro continua negando cotidianamente os direitos constitucionais dos povos indígenas.

As Reservas Indígenas criadas pelo estado Brasileiro estão super populosas e não dispõem de condições de vida para a realização do modo de ser Guarani e Kaiowá. Desde os anos 80 matas, rios e nhembo'e/rezas são abafadas.

“Nossa memória apagada, nosso sofrimento é coletivo, enfrentamos situações dolorosas, somos criminalizados e os não indígenas só avançam sobre nossas terras. Frente a isto, repudiamos as incidências anti-indígenas dos ruralistas que estão no poder brasileiro negociando cotidianamente nossos direitos.” Fala da Nhandesy durante a plenária da assembleia da Kuñangue Aty Guasu em 2017, no território indígena Kurusu Amba/Coronel Sapucaia-MS.

O judiciário brasileiro e o art. 231 da Constituição Federal de 1988.

Há 520 anos, lutamos pela demarcação de nossas terras que atualmente estão de posse do latifúndio como propriedades privadas. A demarcação e homologação das terras indígenas é o acesso à educação, saúde, segurança, proteção do meio ambiente, efetivação e garantia dos programas sociais.

Os pacotes de leis anti-indigenas avançam sobre a não garantia de direitos dos povos indígenas do Brasil. O Marco Temporal vem para destruir os povos indígenas.

“Não recuaremos nem um palmo de nossas conquistas, não estamos falando de favor, estamos exigindo a garantia de nossos direitos reconhecidos na Constituição Federal de 1988. Temos água e eles o veneno, temos a terra e eles o dinheiro, viemos para preservar e eles para destruir.” Falas da Nhandesy Adelaide Limão Verde, Kuñangue Aty Guasu 2018, Amambai-MS.

A não demarcação de terras indígenas é uma das maiores violências praticadas pelo estado brasileiro contra os povos indígenas, os relatórios quase nunca são publicados, encontram várias formas judiciais para expulsar triplamente

os Guarani e Kaiowá de suas terras tradicionais, usam o termo “Reintegração de posse”, se apossar das nossas terras.

“...o Kuñangue Aty Guasu vem repudiar e gritar pela demarcação das nossas terras indígenas e pelo cumprimento da constituição federal de 1988. O povo Guarani e Kaiowá resiste, não queremos despejo, queremos os nossos direitos garantidos, queremos de volta a nossa terra que nos foi tirada e dadas aos ruralistas.” Documento final da Kuñangu Aty Guasu em 2018.

As políticas anti-indígenas avançam no congresso nacional. Aplicar a tese do marco temporal é a morte do povo Guarani e kaiowá, é invalidar os nossos direitos pela demarcação de terras indígenas. O governo brasileiro e seus poderes legislativo, executivo e judiciário a cada momento criam novas propostas de leis que de forma inconstitucional sem consulta prévia aos povos indígenas.

A tese do Marco Temporal - Terra é VIDA, Demarcação Já. O chamado Marco temporal é uma ação no Supremo Tribunal Federal (STF) que defende que povos indígenas só podem reivindicar terras onde já estavam no dia 5 de outubro de 1988. Desde março as organizações indígenas Aty Guasu, Kuñangue Aty Guasu e RAJ buscam apoio para fortalecer as comunidades Guarani e Kaiowá atingidos pela pandemia coronavírus.

Hoje Outubro/2020 para além dos militares tomando conta do poder, das conquistas dos povos tradicionais, de órgãos indigenistas que atuam em territórios indígenas, hoje a luta é novamente contra a Tese Genocida do Marco Temporal, que segue tramitando no Congresso Nacional. O julgamento se aproxima, será dia 28 de Outubro de 2020 em Brasília, onde os ministros irão julgar a terra indígena dos Xokleng.

O ministro Edson Fachin é o relator da decisão que pode transformar para sempre a questão indígena no país. Decisão desfavorável pode criar um verdadeiro genocídio.

E o resultado vai de encontro com todas as terras indígenas do Brasil. Marco Temporal representa a morte do Guarani e Kaiowá.



A lei Maria Da Penha

A lei 11.340, mais conhecida como Lei Maria da Penha, é a única lei no Brasil aplicada para proteger mulheres vítimas de violências. Mas ela é uma lei morta quando é para proteger as mulheres indígenas, todas as violências que ambas sofrem não se enquadram na lei Maria Da Penha. Ela não foi criada pelas/para/ com as mulheres indígenas, e o judiciário

usa essa lei, para tentar proteger as mulheres indígenas que sofrem violência nas aldeias, ajuda sim muitas mulheres indígenas, mas não protege como diz a lei.

A lei maria da penha, é uma lei que foi pensada para atender as demandas das mulheres urbanas na cidade, essa lei é aplicada para mulheres não indígenas. Por isso não atende as especificidades de mulheres indígenas Guarani e Kaiowá. Muitas mulheres são violadas de várias formas nas Aldeias, nas áreas de retomadas, em qualquer lugar passam preconceito e racismo.

A lei maria da penha não garante os direitos das mulheres indígenas, por exemplo muitas mulheres querem registrar a denúncia na polícia, mas não são atendidas pelo órgão, acabam silenciadas novamente, as denúncias feitas pelas mulheres Guarani e Kaiowá não são encaminhadas. Importante ressaltar que essa lei maria da penha é uma conquista de mulheres brasileiras, mas esqueceram-se das mulheres indígenas. As mulheres indígenas Guarani e Kaiowá sofreram e sofrem já ao longo do anos diversas formas violência que não se enquadram no judiciário karai. Elas lutam incansavelmente pela defesa da vida das mulheres Guarani e kaiowá..

A lei fala que a Maria da Penha existe para garantir a justiça. Ou seja defender o direito das mulheres e punir seus agressores, isso no contexto urbano talvez funcione, mas enquanto a aldeia onde se encontra as mulheres indígenas que também sofrem vários tipo de violências, essas leis não atingem os seus objetivos, ou não conseguem adequar para a realidade das mulheres indígenas, pois mesmo com essa lei as mulheres estão sendo mortas a cada dia, e fica muito difícil para as mulheres se defender.

Por isso o cuidado das Nhandesys é importante, elas nos ajudam através do cuidado espiritual cuidar de nossas feridas internas, através da reza é também remédio de cura, o pohã roysã. Por que nos Kaiowá e Guarani entendemos que a violência existe, por que o nosso modo de viver foi interrompido ou seja algo que direcionava a nossa vida foi sendo brutalmente modificada, criando nova forma obrigatória de viver de cada uma das comunidades indígenas.

Os nossos anciãos e anciãs falam que algo foi esquecido e literalmente modificado para que sejamos iguais perante a sociedade branco/karai. E fica mais difícil ainda nesse contexto de pandemia em que estamos vivendo, a situação só se agrava por que existem várias dificuldades de deslocamento. Seguir os protocolos Karai não é fácil, fazer corpo de delito em posto de saúde que muitas das vezes não tem técnica de enfermagem, acompanhamento psicológico que em muitas aldeia não tem, ou seja não tem nenhuma ação para orientar e esclarecer ou uma estrutura de apoio para que essas mulheres busquem um meio de defesa para elas, que é possível acreditar que existe alguém lutando por você pela sobrevivência de todas as mulheres.

Essas mulheres Kaiowá e Guarani buscaram ajuda e veja o que aconteceu.

Tekoporá

de 47 anos, mora na aldeia Rancho Jacaré, tem 6 filhos, foi amigado (quando vai morar junto com o namorado) duas vez mas ambas das vezes viveu um relacionamento abusivo e violento, ela relata que nunca recebeu pensão dos filho e sempre ela se virava para dar de comer aos filhos. Em vários momentos passou

fome porque o ex-companheiro nunca quis ajudar ela, mas mesmo assim trabalhou muito duro para não deixar faltar nada em casa para os filhos dela. Os dois companheiros que ela teve batia/espancava e humilhava ela de várias formas, um dos companheiro tentou tirar os filhos dela, e conseguiu a guarda de dois filhos. Assim dois ficaram com ela, a menina o companheiro dela afirmava que não era a filha dele. E o homem colocou a honra dela em dúvida na frente do capitão e sargento, ela não teve outra opção a não ser aceitar o que foi decidido pelo capitão, o filho mais novo só ficou com ela porque era bem pequeno ainda.

O ex companheiro dela e o capitão mostravam claramente, que quem tinha razão no momento eram/são os homens, um discurso extremamente machista, dessa conversa quem saiu como vítima foi ele e ela como a culpada de tudo, mesmo sabendo que ele não a respeitava, ficava com várias outras mulheres que a humilhava, a proibia de sair de casa.

Nota-se claramente que ela passou por vários tipos de violências, e em outros momentos aconteceu a mesma coisa, mas era pior, ela apanhava dele, ele falava que ela o estava traindo. Isso era uma desculpa para ele poder sair para ir em busca de drogas, e ele ficava muito agressivo com ela, não ajudava financeiramente em casa e vendia as coisas dela.

Nesse relacionamento nasceu duas meninas que hoje estão na fase da adolescência, que nunca recebeu algum tipo de ajuda ou carinho do pai, mas sempre teve o carinho e o amor da mãe, isso conforta as duas. Isso não significa que elas não precisam da presença do pai, ao contrário, a mãe dela se esforça muito, para não deixar faltar nada em casa e para as crianças. É óbvio, isso não tira a responsabilidade do pai, para isso existe o direito de que toda criança precisa ser cuidada e alimentada pelos pais independente das condições financeiras.

Recomendações nacionais e internacionais

Plataforma de Beijing +25 Brasil - Agenda 2030: Mulheres Indígenas.

Somos mulheres indígenas em luta, com sede de direitos e justiça, buscamos a visibilidade e reconhecimento de nossos direitos. O que nos restam de 520 anos de resistência são 305 povos indígenas no Brasil, 0,40% da população brasileira (dados IBGE 2019) e 274 línguas. Todas as nossas conquistas nos últimos anos foram mediante muita pressão junto ao Governo Federal e a todas as instâncias que deveriam zelar, proteger e exercer os nossos direitos indígenas garantidos em Lei. Buscamos alianças entre todas as lutas que respeitem os nossos modos, costumes e organizações. Desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, hoje o momento é o mais grave, todas as nossas conquistas estão ameaçadas, enfrentamos a Pandemia Coronavírus que já assassinou centenas de pessoas em nossas comunidades, atingindo 116 povos no Brasil. Para além da Pandemia, em nossos territórios continuam sendo invadidos, nossos biomas se encontram em chamas, explorados por essa política conservadora, violadora e colonialista do Brasil.

Em 32 anos da C.F de 88, os artigos 231 e 232 seguem violados. O Estado segue omissivo quanto às demarcações de terras e não existe vontade política para observância dos nossos direitos. Todas as recomendações feitas pelas instâncias internacionais, como a consulta prévia aos povos indígenas, como recomenda a Convenção 169 da OIT, não têm sido cumpridas. Grandes pacotes de leis que tramitam no congresso nacional, com graves impactos às comunidades indígenas, têm sido aprovadas com sucesso. Mulheres indígenas têm seus corpos violentados diariamente pelo estado, lutando para proteger vidas.

Falar do clima é urgente, proteger os nossos biomas é proteger o futuro da população brasileira. Grandes desastres ambientais estão ocorrendo no Brasil, estamos vivendo um ecocídio, genocídio e epistemicídio. Nossos corpos estão correndo perigos. O nosso momento é de emergência com a chegada da pandemia em meio a uma infraestrutura precária, em termos de saneamento básico e acesso à água potável, em que se encontra o Brasil, sobretudo os povos

indígenas, quilombolas e comunidades de periferia, o que nos revela o racismo ambiental que existe no país.

O discurso de que a pandemia é uma gripezinha, é mais um modo violador às nossas vidas legitimado pelo estado brasileiro conservador, de continuar se escondendo por detrás de uma prática econômica e liberal abusiva, se colocando acima da lei e da Constituição, ignorando a realidade do país. Nós, defensoras de Direitos Humanos, vivemos em constantes ameaças, pedimos proteção urgente.

Considerem o grande trabalho feito junto a ONU Mulheres que é a Voz das Mulheres Indígenas, que traz cinco eixos temáticos importantes a serem considerados pela Plataforma de Beijing+25: 1. violação dos direitos das mulheres indígenas (incluindo a violência contra mulheres e meninas); 2. empoderamento político; 3. direito à terra e processos de retomada; 4. direito à saúde, educação e segurança; e 5. tradições e diálogos intergeracionais.

Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, e as 169 metas que foram anunciadas em 2015 da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, precisam contemplar as especificidades das Mulheres Indígenas. O termo igualdade de gênero precisa ser desconstruído, não queremos ser melhor, ou superior ao homem, queremos que nossos direitos e nossas conquistas sejam exercidos de geração em geração enquanto mulheres indígenas. A Lei 11.342, a Lei Maria da Penha necessita de uma reformulação urgente, atendendo às especificidades das mulheres indígenas, construídas com elas. Discutir o encarceramento de mulheres indígenas é urgente, discutir a violência obstétrica é urgente. Não temos liberdade de escolha e decisão de nossos corpos, o aborto é um tema que avança no Brasil mas com uma dominação e posse sobre o corpo da mulher.

O Relatório Nacional de Revisão do Estado Brasileiro, de implementação da Declaração e Plataforma de Ação de Pequim - Brasil/2019, é vago quanto à proteção e execução de direitos das Mulheres Indígenas. O Estado Brasileiro por se negar a afirmar os nossos direitos indígenas, desconhece a nossa realidade, e

novamente nos viola, afirmando que executa direitos porém na prática a realidade das Mulheres Indígenas é de uma negação de direitos, existem as medidas do governo, existem as demandas dos povos indígenas.

É preciso que a Plataforma de Beijing+25, considere as recomendações do Relatório Especial sobre os Direitos Dos Povos Indígenas Do Brasil, encaminhado pelo Conselho de Direitos Humanos através da Relatora Especial sobre os direitos dos Povos Indígenas, Victoria Tauli-Corpuz em 2016. Um resumo de nossas vozes, reafirmando nossas demandas, relatando através de dados o alto índice de violência contra os Povos Indígenas Do Brasil, um breve reflexo da Justiça Branca, heteronormativa, seletiva e discriminatória. Em 2019 aconteceu um dos julgamentos mais longos de uma grande liderança indígena Guarani e Kaiowá em luta pela Demarcação de terra, por conta de perseguição e discriminação o julgamento ocorreu em São Paulo, isso para dizer o quanto a justiça ainda precisa avançar para nos proteger. Quantas lideranças foram assassinadas em busca de direitos, assim como Xurite Lopes Guarani e Kaiowá, assassinada em 2007 em um conflito com ruralistas, na luta pela conquista de nossas terras.

O governo atual já afirmou que não vai garantir nenhum avanço nos processos de demarcação e homologação de nossas terras, isso causa mais conflitos no campo, criminalização, encarceramento e morte dos povos indígenas.

Recomendamos que considerem todas as 14 recomendações do relatório final da

I Marcha Nacional Das Mulheres Indígenas do Brasil, que aconteceu em 2019.

- 1 - Garantir a demarcação das terras indígenas, pois violar nossa mãe terra é violentar nosso próprio corpo e nossa vida;
- 2 - Assegurar nosso direito à posse plena de nossos territórios, defendendo-os e exigindo do estado brasileiro que proíba a exploração minerária, que nos envenena com mercúrio e outras substâncias tóxicas, o arrendamento e a cobiça

do agronegócio, que nos envenena com agrotóxico, e as invasões ilegais que roubam os nossos recursos naturais e os utilizam apenas para gerar lucro, sem se preocupar com a manutenção da vida no planeta;

3 - Garantir o direito irrestrito ao atendimento diferenciado à saúde a nossos povos, com a manutenção e a qualificação do Subsistema e da Secretaria Especial Saúde Indígena (SESAI). Lutamos e seguiremos lutando pelos serviços públicos oferecidos pelo SUS e pela manutenção e qualificação contínua da Política Nacional de Atendimento à Saúde a nossos povos, seja em nossos territórios, ou em contextos urbanos.

Não aceitamos a privatização, a municipalização ou estadualização do atendimento à saúde dos nossos povos.

Lutamos e lutaremos para que a gestão da SESAI seja exercida por profissionais que reúnam qualificações técnicas e políticas que passem pela compreensão das especificidades envolvidas na prestação dos serviços de saúde aos povos indígenas. Não basta termos uma indígena à frente do órgão. É preciso garantirmos uma gestão sensível a todas as questões que nos são caras no âmbito desse tema, respeitando nossas práticas tradicionais de promoção à saúde, nossas medicinas tradicionais, nossas parteiras e modos de realização de partos naturais, e os saberes de nossas lideranças espirituais. Conforme nossas ciências indígenas, a saúde não provém somente da prescrição de princípios ativos, e a cura é resultado de interações subjetivas, emocionais, culturais, e fundamentalmente espirituais.

4 - Reivindicar ao Supremo Tribunal Federal (STF) que não permita, nem legitime nenhuma reinterpretação retrógrada e restritiva do direito originário às nossas terras tradicionais. Esperamos que, no julgamento do Recurso Extraordinário 1.017.365, relacionado ao caso da Terra Indígena Ibirama Laklanõ, do povo Xokleng, considerado de Repercussão Geral, o STF reafirme a interpretação da Constituição brasileira de acordo com a tese do Indigenato (Direito Originário) e

que exclua, em definitivo, qualquer possibilidade de acolhida da tese do Fato Indígena (Marco Temporal);

5 - Exigir que todo o Poder Judiciário que, no âmbito da igualdade de todos perante a lei, faça valer nosso direito à diferença e, portanto, o nosso direito de acesso à justiça. Garantir uma sociedade justa e democrática significa assegurar o direito à diversidade, também previsto na Constituição. Exigimos o respeito aos tratados internacionais assinados pelo Brasil, que incluem, entre outros, a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), as Convenções da Diversidade Cultural, Biológica e do Clima, a Declaração da ONU sobre os Direitos dos Povos Indígenas e a Declaração Americana dos Direitos dos Povos Indígenas;

6 - Promover o aumento da representatividade das mulheres indígenas nos espaços políticos, dentro e fora das aldeias, e em todos os ambientes que sejam importantes para a implementação dos nossos direitos. Não basta reconhecer nossas narrativas, é preciso reconhecer nossas narradoras. Nossos corpos e nossos espíritos têm que estar presentes nos espaços de decisão;

7 - Combater a discriminação dos indígenas nos espaços de decisão, especialmente das mulheres, que são vítimas não apenas do racismo, mas também do machismo;

8 - Defender o direito de todos os seres humanos a uma alimentação saudável, sem agrotóxicos, e nutrida pelo espírito da mãe terra;

9 - Assegurar o direito a uma educação diferenciada para nossas crianças e jovens, que seja de qualidade e que respeite nossas línguas e valorize nossas tradições. Exigimos a implementação das 25 propostas da segunda Conferência Nacional e dos territórios etnoeducacionais, a recomposição das condições e espaços institucionais, a exemplo da Coordenação Geral de Educação Escolar Indígena na estrutura administrativa do Ministério da Educação para assegurar a nossa incidência na formulação da política de educação escolar indígena e no atendimento das nossas demandas que envolvam, por exemplo, a melhoria da

infraestrutura das escolas indígenas, a formação e contratação dos professores indígenas, a elaboração de material didático diferenciado;

10 - Garantir uma política pública indigenista que contribua efetivamente para a promoção, o fomento, e a garantia de nossos direitos, que planeje, implemente e monitore de forma participativa, dialogada com nossas organizações, ações que considerem nossas diversidades e as pautas prioritárias do Movimento Indígena;

11 - Reafirmar a necessidade de uma legislação específica que combata a violência contra a mulher indígena, culturalmente orientada à realidade dos nossos povos. As políticas públicas precisam ser pautadas nas especificidades, diversidades, e contexto social de cada povo, respeitando nossos conceitos de família, educação, fases da vida, trabalho e pobreza.

12 - Dar prosseguimento ao empoderamento das mulheres indígenas por meio da informação, formação e sensibilização dos nossos direitos, garantindo o pleno acesso das mulheres indígenas à educação formal (ensino básico, médio, universitário) de modo a promover e valorizar também os conhecimentos indígenas das mulheres;

13 - Fortalecer o movimento indígena, agregando conhecimentos de gênero e geracionais;

14 - Combater de forma irreduzível e inegociável, posicionamentos racistas e anti-indígenas. Exigimos o fim da violência, da criminalização e discriminação contra os nossos povos e lideranças, praticadas inclusive por agentes públicos, assegurando a punição dos responsáveis, a reparação dos danos causados e comprometimento das instâncias de governo na proteção das nossas vidas.

Por fim recomendo a Petição da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), protocolada no Supremo Tribunal Federal em 30 de junho de 2020, que é um pedido de socorro de proteção à vida dos povos indígenas do Brasil frente ao Covid 19.

Centro Oeste Do Brasil

Kunangue Aty Guasu, Grande Assembleia das Mulheres Guarani e Kaiowá



A Kunangue Aty Guasu, Grande Assembleia Das Mulheres Guarani e Kaiowá, é uma organização de mulheres indígenas e anciãs indígenas organizadas desde 2006. Estão localizadas no estado de Mato Grosso Do Sul, são 51 mil Guarani e Kaiowá, a segunda maior população indígena do Brasil. Kunangue Aty Guasu, anualmente organiza e encaminha pautas sobre a demarcação e homologação das terras Guarani e Kaiowá, acesso à educação, saúde, segurança, proteção do meio ambiente, efetivação e garantia dos programas sociais, proteção as anciãs readeiras torturadas pelas igrejas em territórios indígenas, exigem uma política específica à saúde da mulher Guarani e Kaiowá, denunciam as tantas violências na vida das mulheres e meninas Guarani e Kaiowá. Enfrentam governos que vem retirando todos os direitos legais, impedindo a existência delas, privatizando a terra, acabando com o meio ambiente.

A Kuñangue Aty Guasu condena todos os tipos de violência contra a vida das mulheres indígenas, é contra todos os pacotes de leis que ferem corpos Guarani e Kaiowá, violam, assassinam e retiram o direito à vida. São mulheres Guarani e kaiowá que denunciam ao mundo que os latifundiários têm violado de todas as formas o povo Guarani e kaiowá. Denunciam que a medicina não indígena avança sobre o corpo da mulher indígena, denunciam as tantas formas de violências obstétricas. Afirmam suas lutas pela medicina tradicional, pela defesa das matas, das nascentes e dos rios.

O cuidado tradicional renasce pelas mãos das mulheres guarani e kaiowá, as jarys, pelo cuidado e em defesa da vida delas que a Kuñangue Aty Guasu luta. Anunciam o futuro ameaçado dos (as) filhas(e), netas(os), do futuro dos Guarani e Kaiowá. Buscam o direito de todos os seres humanos, uma alimentação saudável, o direito a uma educação diferenciada para as crianças e jovens indígenas, a necessidade de uma legislação específica que combata a violência contra a mulher indígena.

Com a chegada da Pandemia nas comunidades Guarani e Kaiowá, é urgente as medidas emergenciais a serem adotadas, é urgente o fortalecimento das bases de saúde indígena, segue as principais recomendações:

- Criar um plano de emergências efetivo o mais rápido possível para atender os povos indígenas,
- O fortalecimento da Secretaria Especial de Saúde Indígena,
- Condições aos profissionais de saúde que estão atuando em territórios indígenas,
- Planos de produção, compras, fornecimento e logística, segurança dos funcionários, apoio financeiro, assim como cuidar de outros assuntos importantes relativos aos planos de emergência e divisão de trabalho.
- Apoio às organizações indígenas que estão na linha de frente na luta contra a covid-19,

- Equipes para ajudar na construção de informações da pandemia e emitir imediatamente avisos de riscos.
- Equipes em territórios indígenas para o monitoramento de saúde dos funcionários,
- Barreiras sanitárias com apoio financeiro em todo território indígena.

Demarcar e homologar as terras indígenas é proteger muitas vidas, o meio ambiente, a medicina tradicional, os animais, as nascentes, e tudo que produz vida. Não é só uma gripezinha, é uma emergência! Vidas Indígenas Importam.

Casa de Medicina Tradicional: Fortalecendo a Saúde da Mulher Kaiowá e Guarani em contexto de violência

Mulheres indígenas anciãs, parteiras, nhandesys estão com as casas de medicina tradicional sendo construídas, Kunangue Aty Guasu dá forças e condições, para a construção do espaço para cuidados com as mulheres gestantes, antes, durante e pós o parto.

As comunidades Guarani e Kaiowá vivem em um contexto onde o atendimento médico é extremamente precarizado, de difícil acesso, e culturalmente inapropriado, e estas casas propõem providenciar um atendimento de saúde a partir das práticas e conhecimentos que compõem a medicina tradicional Guarani e Kaiowá. A presente ação,



tornou se urgente no contexto atual de pandemia global, fortalecendo o acesso que estas comunidades indígenas terão à cuidados do corpo físico, psicológico, e espiritual, contribuindo também para a valorização e reconhecimento da medicina tradicional e das práticas de saúde realizadas pelas parteiras, rezadeiras, e anciãs Guarani e Kaiowá.

As casas proporcionam uma estrutura adequada para o atendimento de pacientes, de acordo com as práticas e saberes da medicina tradicional, e a realização de partos e cuidados ginecológicos e obstétricos para gestantes e outros membros da população. A criação destes ambientes de cuidado de acordo com a sabedoria tradicional, mesclado com uma estrutura higienizada e com instrumentos contemporâneos, contribui para a valorização das parteiras e agentes de medicina tradicional, para a transmissão destes saberes médicos ancestrais, e a garantia dos direitos das comunidades Guarani e Kaiowá de exercer seu paradigma medicinal de acordo com conceitos de saúde culturalmente específicos.



As comunidades indígenas do cone sul, em sua maioria das etnias Guarani e Kaiowá, vivem em uma situação de vulnerabilidade social e falta de condições mínimas de garantia do seu bem viver. Sem poder ter acesso básico e com um atendimento médico deficitário, que não consegue atender às reais demandas que estas comunidades necessitam.



O conselho do Kunhangue Aty Guasu busca sempre construir meios capazes de auxiliar e fomentar espaços de cuidado, cura e autonomia das práticas e medicinas tradicionais. Entre uma série de ações voltadas para o fortalecimento e empoderamento das mulheres Kaiowa e Guarani.

Foi realizado durante a VII Kuñangue Aty Guasu, o I Encontro de Parteiras Guarani e Kaiowá/2019. Neste encontro, buscou-se ouvir as demandas das rezadeiras e parteiras, reconhecendo suas práticas e saberes tradicionais. Num contexto de

pandemia, estas casas acabaram ganhando novos aspectos e funcionalidades. Se tornando uma alternativa importantíssima no cuidado e tratamento dos kaiowá e Guarani em tempos de isolamento social e colapso e sucateamento da SESAI (Secretaria Especial De Saúde Indígena) e SUS. Ao providenciar atendimento de saúde dentro das aldeias, estas casas de medicina também evitam a necessidade das populações saírem de suas aldeias e assim reduzem o risco de exposição ao vírus.



Nas grandes assembleias de mulheres Guarani e Kaiowá tem sido relatado as dificuldades vivenciadas por mulheres indígenas no estado, entre elas intolerância religiosa, ameaça e violência contra as parteiras, desvalorização de parteiras e medicina tradicional, dificuldade de acesso a posto de saúde e atendimento médico, violência obstétrica em atendimento médico na cidade, incluindo o modo que o hospital trata a placenta (e o não-respeito às tradições indígenas de plantar a placenta na terra), autonomia de um povo exercer sua



própria tradição medicinal. O Kunhangue Aty Guasu de 2019 contou com o primeiro encontro de parteiras Kaiowá e Guarani, e em assembleia foi ressaltado a importância da criação de espaços de atendimento de saúde que utiliza medicina tradicional, onde

as parteiras podem ter espaço e recurso para atender seus pacientes, e ser valorizadas enquanto profissionais de saúde.

As construções iniciais das duas casas de medicina estão localizadas na Reserva indígena de Amambai: uma casa de medicina focada em medicinas tradicionais da floresta, e a outra casa focada em medicinas tradicionais do campo. Logo após o início da construção da primeira casa de medicina, a organização internacional “MADRE: *Fighting for feminist futures* se interessou pelo projeto e ofereceu financiamento para mais 2 casas de medicina: uma na aldeia indígena de Panambizinho, e a outra na aldeia de Limão Verde. Em Abril de 2020 finalizou-se a primeira casa de medicina em Amambai (fotos e vídeos e relatos). Com a chegada da COVID-19, estas casas de medicina adquiriram uma importância e urgência nova.

Farmácia Viva

Nas casas de parteiras e medicina tradicional, estão sendo construídos viveiros de plantas medicinais para que as parteiras e rezadeiras possam ter acesso à uma farmácia viva composta por uma variedade de plantas que servirão para a produção dos remédios tradicionais. A necessidade de se criar estes viveiros se deu em virtude de que a maioria das casas de medicina tradicional estão sendo construídas em áreas de degradação ambiental e forte



desmatamento, o que ocasionou nestas áreas a perda de muitas das plantas nativas utilizadas nos tratamentos tradicionais. Com o fomento das farmácias vivas, auxilia para o acesso à uma variedade de plantas medicinais, proporcionando uma rica produção de remédios, além de contribuir para o cuidado da terra e o reflorestamento da área.

Fortalecer as parteiras é proteger vidas e vidas indígenas importam.

- Providenciar atendimento de saúde com medicina tradicional para as mulheres Guarani e Kaiowá dentro de suas comunidades: assim evitando a necessidade de ir para a cidade em busca de atendimento (que já é inadequado) e assim diminuindo o risco de ser infectado pelo coronavírus.
- Providenciar espaços adequados para parteiras tradicionais: assim valorizando o trabalho e conhecimento das parteiras, e também reduzindo circulação para hospitais na cidade e assim reduzindo o risco da COVID-19 nas aldeias.
- Valorização e proteção das parteiras e rezadeiras, que estão sofrendo ameaças cotidianamente
- Fortalecimento da autonomia das comunidades indígenas, em termos de cuidados de sua própria saúde e apoio para diminuir a necessidade de depender no Estado (especialmente importante durante a pandemia).

Documentos finais das Assembléias da Kuñangue ATy Guasu

Documento final Kunangue Aty Guasu 2017

V Kuñangue Aty Guasu Assembleia das Mulheres Kaiowa e Guarani 18 a 22 de Setembro de 2017

Encaminhamentos e propostas Documento final da V Kuñangue Aty Guasu

Aconteceu entre os dias 18 e 22 de Setembro de 2017, no município de Coronel Sapucaia em Mato Grosso do Sul, no Tekoha Kurusu Amba a V Kuñangue Aty Guasu (Assembleia das Mulheres Guarani e Kaiowá) onde estiveram reunidas 600 pessoas entre mulheres, jovens, crianças, nhanderu e nhandesi do povo Guarani e Kaiowá de todos os Tekoha do Mato Grosso do Sul. Discutimos e encaminhamos

aqui todas as pautas que afetam os nossos direitos terra, educação, saúde, segurança, programas sociais, órgãos públicos entre outros. No estado de Mato Grosso do Sul nós povo guarani e kaiowá somamos mais de 50 mil indígenas, nós mulheres indígenas Guarani Kaiowá reunidas na aty kunã das Mulheres Guarani e kaiowá viemos por meio desta expressar sobre a nossa luta e a nossa resistência, e encaminhar as nossas propostas e recomendações. Há 517 anos nós mulheres indígenas lutamos pelos nossos direitos, nossas terras foram invadidas pelos fazendeiros, temos um governo omissos a nossa causa indígena, os retrocessos aos nossos direitos só cresce, a violência contra nosso povo tem sido cada vez maior. O governo brasileiro e seus poderes legislativo, executivo e judiciário a cada momento criam novas propostas de lei que de forma inconstitucionais atinge diretamente a vida dos povos indígenas, desconsiderando 100% a nossa realidade. Hoje a nossa luta o nosso grito é pela demarcação de nossas terras tradicionais, pois, dela fomos expulsos obrigados a viverem confinados em Reservas Indígenas com espaço limitados, o que nos resta é viver amontado em minúsculos espaços de terra, isso nos expõe a vários problemas sociais que atingem e desestruturam o nosso povo Guarani e Kaiowá. Diante de tudo isso, decidimos voltar para os nossos Tekoha's, retornamos as terras que pertenceram aos nossos antepassados e nelas viverão os nossos descendentes. E com isso os desafios de nossas lutas como mulheres são diárias, pois as nossas terras sagradas estão a serviço do agronegócio que envenena e destrói as nossas matas, rios e animais, enquanto isso nós povos indígenas estamos vivendo sem o mínimo de condições humanas para se viver. A elite brasileira toma conta de nossas terras, passam em cima de nossos cemitérios com a soja, cana de açúcar, criam gados, destruindo a nossa casa, a nossa terra. O agronegócio enriquece cada dia mais em cima de nossa única possibilidade de futuro, queremos deixar claro ao governo federal, ao estado brasileiro, aos deputados ruralistas e demais anti indígenas do congresso nacional que as nossas terras não são mercadoria. Nós mulheres Guarani e Kaiowá, estamos vendo nossas terras sendo devastadas

enquanto o que resta para nós são as beiras de rodovias ou as reservas superlotadas para viver com nossas crianças, por isso pedimos a demarcação de nossos Tekohá (Terra tradicional sagrada), para vivermos em paz com nossas crianças em nossas casas, ter o nosso pedacinho de roça, preservar a natureza e assim viver o nosso Teko (modo de ser). Diante de todo este retrocesso que acontece com os direitos do nosso povo, das mulheres indígenas na atual conjuntura política brasileira viemos através da V Kuñangue Aty Guasu (Assembleia das Mulheres Kaiowa e Guarani), exigimos: Que os nossos direitos sejam respeitados e garantidos. Exigimos: Território: - Demarcação já; - aty kunãgue é Guarani e Kaiowá e Aty Guasu é 1000% contra a tese do marco temporal, isso só trará mais mortes para o nosso povo, além de ser inconstitucional ela expõe agente há mais violências. Nós, homens e mulheres indígenas fomos expulsos e expulsas de nossas terras, desde o início do ano 1900, sendo obrigados a viver confinados em Reservas Indígenas sem condições nenhuma de continuar a existir, mas resistimos até aqui e não recuaremos jamais, não é esta tese que irá nos destruir. Continuaremos avançando sobre os nossos tekoha com a autodemarcação, até que esteja sobre a nossa o último de nosso tekohá. Chega do agronegócio enriquecer em nossa casa, enquanto nós povo guarani e kaiowá somos obrigados a viver às margens de rodovias, a nossa história não começa em 1988, repudiamos o marco temporal. A aty kunã dá total apoio a retomada do tekoha triunfo no município de Paranhos, a terra indígena teve portaria declaratória publicada em 2016 com quase 20.000 ha de terra e os verdadeiros donos ainda estão fora de seu lugar sagrado. Essa será só mais uma iniciativa de nosso povo por nossas terras, não vamos recuar jamais. Só queremos os nossos tekohá's se o governo não faz nada, nós vamos continuar fazendo a nossa luta. Demarcação Já! - a imediata revogação do parecer 001/2017 do presidente Michel temer, que sugere a todas instâncias envolvidas no processo demarcatório utilizar o marco temporal como instrumento para a demarcação, não a Súmula vinculante. - A justiça pelas nossas lideranças mortas em nossos

territórios; - O retorno imediato dos grupos técnicos de trabalho da FUNAI em nossos Tekoha; - arquivamento imediato da pec 215, portaria 303 da Advocacia Geral da União (AGU); - Não aceitamos que os estudos de nossas terras saiam da jurisdição da FUNAI a mando da Bancada Ruralista e Evangélica, exigimos demarcação já, pois nossas retomadas não cessarão; - o fortalecimento da funai, e a consulta prévia e informada ao nosso povo antes de qualquer alteração no quadro da funai. - a conclusão integral dos processos demarcatórios inclusos no tac 2007, e o cumprimento integral do CAC MPF/Funai firmado em 2010. - A garantia da segurança das lideranças indígenas, jovens, mulheres e crianças que lutam pelo território; Saúde: - Necessitamos o acesso à saúde básica de qualidade para as mulheres indígenas em nossos Tekoha, assim como equipe médica, postos de saúde, medicamentos e água potável; - Queremos profissionais em nossos Tekoha para a conscientização quanto à gravidez precoce; - Incentivamos o parto normal e humanizado com apoio de parteiras indígenas e remédios tradicionais para as mães em hospitais que atendem os nossos Tekoha. O parto cesáreo tem sido uma frequência e deixado muitas sequelas nas mulheres indígenas Guarani e Kaiowá; - O câncer, diabetes, doenças sexualmente transmissíveis como AIDS, HIV e outras DSTs têm atingido a nossa população indígena, por isso a necessidade de ter atendimento médico nas áreas de retomadas para prevenção da comunidade e acompanhamento dos indígenas que estão doentes; - Precisamos de transportes para deslocar pacientes indígenas até o hospital. Muitas mulheres, homens crianças e idosos indígenas vem a óbito por conta que não conseguem consultar devido a distância entre o posto de saúde e o Tekoha; - Exigimos a valorização da medicina tradicional, por isso necessitamos da demarcação de nossas terras para manter a nossa medicina tradicional em nossas casas, nas matas, próximos os rios, açudes e nascentes; - saneamento básico. Educação: - Muitas das nossas crianças indígenas que estão em áreas de retomadas não estão estudando, enfrentamos o preconceito e discriminação a ponto de as prefeituras negarem a construção de escolas em

nossos Tekoha, - Exigimos a construção de escolas indígenas dentro de nossos Tekoha; a constituição federal nos garante educação diferenciada, por tanto a escola indígena deve estar onde está o povo guarani e kaiowá; - Exigimos que o município e o estado respeitem as nossas decisões e encaminhamentos em relação a educação escolar indígena diferenciada; - Exigimos que o estado e os municípios reconheça o curso de Licenciatura Indígena Intercultural Teko Arandu e o curso de Magistério Indígena Ara Verá para que os acadêmicos indígenas se tornem futuros professores e que sejam contratados para exercer o cargo de professor indígena; - Que o estado execute todos os recursos do MEC que vem destinado para o curso de Magistério Indígena Ara Verá; - Exigimos que o Ministério Público Federal acompanhe e fiscalize o recurso que vem para o estado e município para que seja executado corretamente nos Tekoha novos e atual; Situação econômica das Mulheres Guarani e Kaiowá - Para ter uma situação econômica estável em primeiro lugar exigimos a demarcação de nossas terras, para dela usufruir e tirar o nosso sustento; - Praticamente a única renda que entra mensalmente na casa das famílias Guarani e Kaiowá é a Bolsa Família, mas nem todos tem acesso a esse programa, há uma dificuldade de manter diariamente as crianças nas escolas que é um ponto em que este programa exige devido a distancia da escola e o Tekoha; - É quase que impossível às mulheres indígenas viver apenas da venda do artesanato, devido à falta de matéria prima, pois as matas estão sendo desmatadas e as sementes estão cada vez mais difíceis de encontrar; - A questão de instabilidade econômica resulta também no alto índice de suicídio do povo Guarani e Kaiowa, quase 100% dos casos são de jovens indígenas entre 12 e 25 anos, essa triste realidade se dá principalmente pela falta de acesso ao território; - O tráfico de drogas, prostituição de crianças indígenas, tem crescido nos últimos anos e tem sido a única alternativa devido à falta de emprego e falta de oportunidades para muitos indígenas. Diante de tudo isso exigimos mais oportunidades de trabalho, mais cursos profissionalizantes, mais oportunidades para o povo Guarani e Kaiowá, sobretudo para as mulheres

indígenas; Violência contra as mulheres Guarani e Kaiowá: - As mulheres indígenas têm sofrido vários tipos de violência, assim como violência física, psicológica, moral, verbal, diante dessa realidade em Reservas indígenas. Principalmente nas áreas de retomadas, as leis não têm sentido, não funcionam e não protegem as nossas Mulheres Guarani e Kaiowá; - A lei Maria da Penha não se aplica a realidade das Mulheres Indígenas Guarani e Kaiowá, exigimos que ela seja construída de acordo com a nossa realidade juntamente com nós mulheres Guarani e Kaiowá; - As dificuldades de fazer denúncias sobre as violências sofridas pelas mulheres indígenas, têm sido com muita frequência uma realidade, e na maioria das vezes essas denúncias não chegam há uma delegacia, e se chegam as mulheres não conseguem denunciar pois, a maioria são falantes da língua materna. Diante disso exigimos que tenham mulheres indígenas capacitadas para ser intérpretes na delegacia de mulher para ajudar as nossas mulheres Guarani e Kaiowá a encaminhar as denúncias; - A pensão alimentícia tem sido um grave problema dentre o povo Guarani e Kaiowá, as mulheres não conseguem ter acesso a este direito e as crianças indígenas ficam desamparadas. A Assembleia das Mulheres Indígenas Guarani e Kaiowá vem por meio desta exigir que este direito seja garantido; - O estupro ainda é tabu dentre o povo Guarani e Kaiowá, mas, são temas que precisam ser abordados. Nesse sentido, viemos através da nossa Assembleia afirmar que o estupro tem acontecido, que a denuncia ainda é uma dificuldade e que as instituições precisam trabalhar com o povo Guarani e Kaiowá sobre tal questão; - A Organização das Nações Unidas - ONU Mulheres precisa dialogar com as mulheres Guarani e Kaiowá, sobre as maneiras de como proteger as mulheres da linha da frente na luta pelo território em situação de ameaças por latifundiários; - Também se constitui em uma violência, o direito negado quando nós mulheres indígenas chegamos às instâncias como o Senado Federal, Câmara Federal, Supremo Tribunal Federal e outros órgãos do executivo, legislativo e judiciário, para justamente discutir os direitos das mulheres indígenas e somos barrados e não temos o direito de entrar com o nossos objetos sagrados

como Mbaraka, Takuapu e Xiru, nesse sentido exigimos ser respeitadas e respeitados; Geral: - Precisamos de intérpretes em todos os órgãos públicos, pois temos dificuldades de fazer denúncias de violações do nosso direito enquanto mulheres indígenas, - Queremos o apoio da ONU Mulheres na parte de transporte para a nossa participação em eventos local, regional e nacional de fortalecimentos de nossas lutas; - Queremos o apoio da ONU Mulheres em todas as Assembleias das Mulheres Guarani e Kaiowá (Kuñangue Aty Guassu); - Exigimos que a ONU Mulheres incentive a participação das mulheres indígenas Guarani e Kaiowá em instâncias internacionais, na perspectiva de denunciar as violações de nossos direitos e se fortalecer enquanto mulheres Guarani e Kaiowá; - As mulheres indígenas através da V Kuñangue Aty Guasu exige o fortalecimento da FUNAI (Fundação nacional do índio); - Que sejam respeitadas as nossas decisões encaminhadas via ATY GUASU, KUÑANGUE ATY GUASU E RAJ (Retomada Aty Jovem); - Que qualquer alteração feita nas coordenações Regionais e coordenação Técnicas Local da FUNAI sejam previamente consultadas nas comunidades indígenas de forma local, regional e nacional; - Solicitamos que o Ministério Público continue multando a FUNAI em relação ao TAC (Termo de Ajustamento de Conduta), para que sejam garantidos os estudos dos GTs e as publicações de relatórios dos Peguas (seis grupos de estudos em Mato Grosso do Sul); - Que o estado reconheça o erro e devolva as nossas terras (Potrero Guassu, Nhanderu Marangatu, Sombrerito, Yvy Katu, Arroio Korá), bem como a demarcação e a homologação de nossos Tekoha; - Pedimos ao ministro da justiça, a casa civil e à FUNAI, o fortalecimento das CTLs em Mato Grosso do Sul, assim como condições estruturais (transportes, alimentação, servidores e etc), para melhor atendimento à comunidade indígena, e que as decisões da Aty Guasu sejam respeitadas quanto a indicação dos representantes destes órgãos, a exemplo trazemos a CR de Dourados-MS, onde as indicação política continuam a ser “moeda de troca” dos interesse ruralistas nestes espaços. A V Kuñangue Aty Guasu e Aty Guasu pedem a permanência do servidor e coordenador atual da CR

de Dourados MS José Victor Dalla Nora e um indígena falante da língua materna que a CR atende; - Queremos a garantia da segurança para as lideranças ameaçadas e a punição aos autores que assassinaram as nossas lideranças, professores e mulheres indígenas; Precisamos que os nossos direitos indígenas sejam garantidos, nossas decisões respeitadas e que todas as decisões sobre o nosso povo sejam previamente consultados. ENQUANTO HOVER SOM DA MBARAKA E DO TAKUAPU VAI TER LUTA! DEMARCAÇÃO JÁ! Tekoha Kurusu Amba, Coronel Sapucaia, MS 22 de Setembro de 2017.

Documento final da Kuñangue Aty Guasu 2018

Documento Final da VI Kunãgue Aty Guasu

Ao Senhor Presidente da FUNAI

Ao Ministério Público Federal de Dourados

À Defensoria Pública de Mato Grosso do Sul

Ao curso de Licenciatura Intercultural Indígena

Ao Magistério Indígena Ara Verá

À Secretaria Especial de Saúde Indígena (DSEI - MS)

À Rede de Proteção aos direitos das crianças de MS

Nós mulheres indígenas kaiowá e guarani, juntamente com as lideranças de nossos tekoha reunidos na VI Kuñangue Aty Guasu junto com Aty Guasu e RAJ (Retomada Aty Jovem), realizada entre os dias 10 e 14 de julho de 2018, na Reserva Indígena de Amambai em Mato Grosso do Sul, viemos anunciar todo o nosso apoio a todos os tekoha retomados por nosso povo, pois a nossa terra é ancestral e de lá não sairemos. Fomos retirados forçadamente de nossas terras

pelo estado brasileiro e obrigados a viver confinados nos `chiqueiros `` que são as reservas indígenas que o governo brasileiro criou. Estas reservas estão superpopulosas e não dispõem de condições de vida para a realização de nosso modo de ser. Desde os anos 80, cansados desta realidade, iniciamos as retomadas das terras de nossos antepassados e começamos a recuperar a nossa dignidade humana, o nosso modo de ser, nossas matas, rios e nossas rezas. Com isso, nossas crianças passaram a ter contato efetivo com a nossa cultura, vivendo conosco a memória de nossos parentes. Foi esta a forma que nós indígenas kaiowá e guarani encontramos para nos libertar das cercas do Estado e garantir o futuro de nosso povo. Nosso sofrimento é coletivo, enfrentamos situações dolorosas, somos criminalizados e os não indígenas só avançam sobre nossas terras. Frente a isso, repudiamos as incidências anti-indígenas dos ruralistas que estão no poder brasileiro negociando cotidianamente nossos direitos. As leis anti-indígenas como a PEC 215 e o Marco Temporal vem para destruir os povos indígenas, estamos atentos e conscientes de nossa situação. Não recuaremos nem um palmo de nossas conquistas, não estamos falando de favor, estamos exigindo a garantia de nossos direitos reconhecidos na Constituição Federal de 1988. Estamos cansados de fazer e encaminhar documentos e nunca ter um retorno efetivo de nossas pautas. Nós indígenas já estávamos aqui antes mesmo de existir os brancos, os não indígenas fazem de tudo para nos destruir, por isso temos que fortalecer o nosso corpo e o nosso povo, não aceitamos nenhuma lei vinda dos não indígenas. Temos água e eles, o veneno, temos a terra e eles o dinheiro, viemos para preservar e eles para destruir. Saibam que a terra indígena Guyraroká no município de Dourados-MS é nossa, e se necessário for mobilizamos todos os 50 mil indígenas kaiowá e guarani no Mato Grosso do Sul e se ainda não for suficiente mobilizarmos os 350 mil indígenas dos povos da grande nação guarani continental, mas de lá não sairemos. O tekoha Guyraroka é nosso desde sempre, não é uma tese que atende os interesses dos ruralistas que vai nos tirar de nosso território. Podem até derramar o nosso sangue, mas não sairemos de nossa terra.

Estamos dispostos a morrer em luta com nosso povo. O Kuñangue Aty Guasu repudia a ação do Supremo Tribunal Federal, mais precisamente a votação da segunda turma que anulou o processo demarcatório desta terra, reconhecida pela FUNAI em mais de 9 mil hectares como de ocupação tradicional do povo Kaiowa e Guarani. Reafirmamos o apoio incondicional à Terra Indígena Guyraroka é a nossa terra. Exigimos que o CAC - Compromisso de Ajustamento de Conduta, firmado em 2007 seja cumprido e nossas terras demarcadas e devolvidas a nós, para que nosso povo não continue morrendo na mão do agronegócio, dos latifundiários e do estado. Não aceitamos a negociação dos nossos direitos na calada da noite, nas nossas costas sem sermos consultados de acordo com a lei. Não deixaremos que a nossa terra seja vendida pelo presidente assassino deste país. A publicação dos relatórios de nossas terras tem que avançar, sem tekoha não tem vida. Existe em Mato Grosso do Sul muitos mandatos de reintegração de posse contra nós, estão tentando nos expulsar novamente de nossas terras tradicionais, como tem acontecido em Caarapó e Dourados. Está grave a situação do nosso povo indígena, o Kuñangue Aty Guasu vem repudiar e gritar pela demarcação das nossas terras indígenas e pelo cumprimento da constituição federal de 1988. O povo Guarani e Kaiowá resiste, não queremos despejo, queremos os nossos direitos garantidos, queremos de volta a nossa terra que nos foi tirada e dadas aos ruralistas. Não aceitamos o sucateamento e a criminalização da FUNAI, nem a indicação de representantes da bancada do boi, da bala e da bíblia para ocupar o nosso espaço de representação. A FUNAI não deve ficar como um instrumento nas mãos dos ruralistas. A judicialização dos processos de demarcação de nossos tekoha é uma afronta a nossa luta. Não aceitamos a indenização aos fazendeiros, repudiamos esse meio em que o Estado tem que pagar aqueles que roubaram as nossas terras e nos confinaram nos chiqueiros. Exigimos que os Grupos de Trabalho de Demarcação de nossas Terras avancem em segurança, para que o estudo possa ser feito e o nosso retorno e permanência à terra garantidos. Não aceitamos ações que são realizadas com nosso povo sem

a consulta prévia, pois este é nosso direito garantido e deve ser respeitado. Nós somos os maiores interessados em nossas vidas, e devemos ser ouvidos para quaisquer ações que alterem o nosso cotidiano. Há muitas mortes violentas de mulheres em nossas aldeias, que confinadas entre as cidades e as reservas, não temos onde recorrer. Vivemos a insegurança pública no nosso cotidiano, tendo que lidar com o racismo, o preconceito, a violação de nossos corpos e de nossa cultura, com as violências dos não indígenas quando tentamos utilizar os dispositivos do estado que oficialmente deveriam nos proteger enquanto mulheres. Somos mulheres guarani e kaiowa e temos que ter a garantia dos nossos direitos que levem em consideração as nossas especificidades culturais, para que assim não nos deixe como vítimas da violência do estado e da sociedade brasileira. Sem a demarcação das nossas terras, nós mulheres guarani e kaiowa não poderemos ter uma vida livre da violência. E resistiremos para que possamos ter uma vida com liberdade junto com nossos filhos, nosso povo, em nossa terra. A saúde pública também não está do nosso lado. Somos nós mulheres que damos a vida e temos o direito de viver. Estamos cansadas de perder as nossas irmãs guarani e kaiowa durante o trabalho de parto. Dar vida a uma vida não é um momento de tristeza, mas o parto tem se tornado um momento de muitas violências entre nós. Desde que nossas parteiras foram proibidas de atuar do nosso jeito tradicional, tendo que fazer o seu trabalho escondidas e que fomos obrigadas a parir nos hospitais e fazer o pré natal do jeito da medicina não indígena, as violações ao nosso conhecimento tradicional, nossos remédios, nossas mulheres ñandesy, têm culminado com a morte de nossas parentes durante o parto nos hospitais. Nós mulheres guarani e kaiowá sabemos como ter e cuidar de nossos filhos. Nossa medicina tradicional e a reza são muito importantes para a saúde da mulher indígena e para o crescimento saudável da criança. Nós sofremos enquanto mulher indígena sofre muito nas mãos dos médicos não indígenas, sendo que as parteiras e ñandesy têm reza e remédio para a mulher indígena na hora do parto, para sofrer menos no momento

do nascimento da criança. Os hospitais precisam respeitar a medicina tradicional e as parteiras indígenas, a SESAI tem que dar mais valor ao modo de ser indígena, pois é muita burocracia que viola o nosso direito. Exigimos intérpretes de nossa língua para o nosso atendimento em todos os hospitais, postos de saúde, dentro e fora de nossas aldeias no Mato Grosso do Sul. Não podemos ser atendidas por pessoas que não conhecem o nosso modo de ser e não conseguem se comunicar conosco com dignidade. É preciso que os nossos profissionais de saúde guarani e kaiowá sejam valorizados e contratados para trabalhar com e pelo o nosso povo. Chega de técnicos de outras etnias trabalhando conosco quando temos nossos próprios profissionais especializados à disposição. Não se pode usar a força da mulher indígena como justificativa para violações aos nossos direitos à saúde. Em relação a educação escolar indígena, no Mato Grosso Sul, reiteramos que o nosso magistério indígena o Ara verá deve ser respeitado e seguir o que entendemos como melhor para nós. E o melhor é que o Ara Verá permaneça no Cone Sul, e que nossos filhos nunca mais sejam levados para estudar em Campo Grande ou em qualquer lugar distante de nosso território. O estado e o MEC precisam respeitar as decisões do movimento indígena. A licenciatura intercultural Teko Arandu da UFGD também tem que nos respeitar. Respeitar nossos estudantes e o nosso processo histórico de luta para a conquista deste curso e o nosso acesso e permanência dentro das instituições de educação. Este curso não pode nos afastar do nosso movimento, pois ele foi criado por nós. É preciso que o curso Teko Arandu respeite a vida e as escolhas dos alunas e alunos, e que os professores tenham um perfil adequado para a compreensão da realidade guarani e kaiowa, e que sejam falantes da língua. Para isto, formamos uma comissão de consulta com os membros do Aty Guasu e Kuñangue Aty Guasu que a partir de agora vai acompanhar todos os encaminhamentos realizados no Ara Vera e também no Teko Arandu. Apoiamos a continuidade do programa bolsa permanência para os estudantes indígenas e a continuidade da Ação Saberes Indígena no ano de 2019. Nós entendemos que há várias tentativas de genocídio

contra o nosso povo. Seja a nossa remoção forçada de nossas terras ancestrais e o confinamento nas reservas, seja a tentativa de tirar nossa língua e agora, a insistência do Estado em dizer que não sabemos cuidar dos nossos filhos e a insistência em tirar eles de nós. Atualmente tem 65 crianças indígenas em abrigos em Dourados. Hoje o município de Dourados é a cidade onde há mais incidência de crianças em situação de acolhimento institucional. O estado brasileiro retira a criança da sua família indígena e leva ela para o abrigo. Isso fere a nossa autonomia e culturalidade, pois quando a criança indígena é levada para a cidade é um lugar diferente, costumes diferentes, hábitos diferentes. O Genocídio das nossas crianças está claro, a pobreza não justifica o acolhimento da criança, precisam nos respeitar. Os não indígenas nascem no berço, no hospital, os nossos filhos nascem na aldeia, no nosso tekoha, embaixo da nossa casa na terra, precisam respeitar o nosso modo de ser nativo. Reclamam que nossos filhos são sujos, mas claro, vivemos na terra, cozinhamos no fogo. Não aceitamos a retirada de nossas crianças, a doação delas para não indígenas, não aceitamos o estado intervindo nas nossas formas de vida e cuidado com os nossos. Exigimos que seja construído com a comunidade alternativas dentro de nossas aldeias para lidar com a situação das crianças, para que elas não sejam levadas para longe de nós, para viver e comer com o branco. Temos uma preocupação muito grande com a retirada das crianças. O Artigo 28 do ECA afirma que o acolhimento é a última alternativa, mas sempre é a primeira alternativa da rede de proteção de direitos às crianças. É mais fácil o Estado negar nossos direitos do que se dispor a nos escutar, a dialogar conosco e a respeitar nosso modo de ser. Também reiteramos todo o nosso apoio aos nossos candidatos e candidatas indígenas, já é hora do Brasil voltar para as mãos de seus verdadeiros donos e donas. A Kuñangue Aty Guasu é a organização das mulheres kaiowa e guarani e somos reconhecidas por nossos anciãs (ãos) e rezadeiras (es), assim como nossas lideranças, exigimos: • A imediata revogação do parecer da AGU 001/2017; • O arquivamento da tese do Marco temporal e da PEC 215; • A extinção do Projeto de Lei 6.670/2016, a PL do

veneno; e também a PL 490 que veio para modificar o Estatuto do índio (Lei 6001 de 1973). Toikove Kaiowa ha Guarani Demarcação já! Amambai, 14 de Julho de 2018 Assinamos: Kuñangue Aty Guasu Aty Guasu RAJ - Retomada Aty Jovem

Documento final da Kuñangue Aty Guasu 2019

VII Kuñangue Aty Guasu Grande assembléia das Mulheres Kaiowá e Guarani 16 a 20 de setembro de 2019, Tekohá Yvy Katu Potrerito, Japorã-MS.

Ao presidente da república Jair Bolsonaro

Ao Senhor Presidente da FUNAI

Ao Ministério Público Federal de Dourados

À Defensoria Pública de Mato Grosso do Sul

Ao curso de Licenciatura Intercultural FAIND/UFMG

À Secretaria Especial de Saúde Indígena (DSEI - MS)

À Rede de Proteção aos direitos das crianças de MS

Ao ministro da justiça Sérgio Moro

Ao procurador geral da república

Ao advocacia geral da união

Ao presidente do supremo tribunal federal

Ao presidente da câmara de deputados

Ao presidente do senado e do congresso nacional.

Entre os dias 16 a 20 de setembro de 2019, realizamos a nossa VII Grande assembleia das mulheres Kaiowá e Guarani do cone sul de Mato Grosso Do Sul, a Kuñangue Aty Guasu foi realizada na terra indígena Yvy Katu Potrerito, localizada na fronteira entre Brasil e Paraguai, no município de Japorã-MS. Estiveram reunidas aproximadamente 600 pessoas: nhandesys, nhanderus, crianças, Jarys/ parteiras, Nhamõi e comunidade em geral. Discutimos e encaminhamos pautas sobre a demarcação e homologação de nossas terras, acesso à educação, saúde, segurança, proteção do meio ambiente, efetivação e garantia dos programas sociais, saúde da mulher Guarani e kaiowá, encontro de parteiras do cone sul de MS, violência na vida das mulheres e meninas Guarani e Kaiowá, análise e (re)construção da lei Maria da Penha a partir do olhar da mulher Guarani e Kaiowá, oficinas de enfrentamento à violência contra as mulheres indígenas, empoderamento político e econômico, batismo/nhemôngarai, jeroky e nhembo'e (reza e dança). No estado de Mato Grosso do Sul nós povo guarani e kaiowá somamos mais de 50 mil indígenas, considerada a segunda maior população indígena do Brasil. Aqui organizadas, resistentes e em luta, viemos por meio desta defender os nossos direitos e encaminhar propostas e recomendações de proteção e fortalecimento de nosso povo Guarani e Kaiowá. Há 519 anos nós lutamos pela demarcação de nossas terras que atualmente estão de posse do latifúndio como propriedades privadas. Estamos enfrentando um governos que vem retirando todos os nossos direitos legais, nos impedindo de existir, vendendo tudo o que é nosso, privatizando a terra que nos resta, acabando com o meio ambiente, aos olhos do capitalismo tudo virou mercadoria, se esquecem que todos os recursos naturais também acabam e a vida no planeta está ameaçada. As políticas anti-indígenas avançam no congresso nacional. Aplicar a tese do marco temporal é a morte do povo Guarani e kaiowá, é invalidar os nossos direitos pela demarcação de terras indígenas. O governo brasileiro e seus poderes legislativo, executivo e judiciário a cada momento criam novas propostas de leis que de forma inconstitucional atinge diretamente a vida dos povos indígenas. Hoje a

nossa luta e o nosso grito é pela demarcação de nossas terras tradicionais, pela vida das mulheres indígenas, pela proteção das nascentes, rios, florestas, animais e pelo direito de existir. A assembleia da Kuñangue Aty Guasu acontece anualmente, não é um espaço só de mulheres, mas organizado por elas. A Kuñangue Aty Guasu condena todos os tipos de violência contra a vida das mulheres indígenas, é contra todos os pacotes de leis que ferem os nossos corpos, nos violam, nos assassinam e retiram o nosso direito à vida. Mulheres Guarani e kaiowá denunciam diante da plenária e do poder público, presente na assembléia, que os latifundiários têm violado de todas as formas o povo Guarani e kaiowá. Denunciam que o confinamento no espaço das Reservas Indígenas trouxeram muitas doenças e um atravessamento enorme de modos de vidas e religião. Nhandesys e nhanderus durante o nhembo'é (reza) recebem o recado de nossos protetores e anunciaram que em breve vai aumentar o número de crianças que nascerão com câncer e má formação, terão outras características físicas, terão rabo/cauda, consequências da não proteção do meio ambiente, da maldade humana contra o próximo, de muito agrotóxico que avançam e estão presentes em todos alimentos e na água, atingindo diretamente a vida das pessoas, além dos pulverizados sobre as comunidades como forma de extermínio. Com o avanço do desmatamento, da não demarcação de terras indígenas, queimadas e altas doses de veneno a medicina tradicional está bem enfraquecida, as árvores choram, os rios sangram, a terra arde em chamas e com elas morre lentamente a população indígena desse país. Isso é resultado do avanço do capitalismo que tem a terra como mercadoria, que busca o dinheiro e poder, diferente de nós povos indígenas que somos os protetores da terra sagrada. Nós mulheres indígenas reafirmamos a nossa luta e a nossa resistência na VII Kuñangue Aty Guasu - Grande Assembléia das Mulheres Kaiowa e Guarani de Mato Grosso Do Sul. Nhandesys e parteiras estiveram reunidas em defesa da saúde indígena, afirmando que estamos vivendo tempos de doenças, que em breve irão passar por depressões e que tristezas profundas irão estar presentes. O fortalecimento

da criança no cuidado tradicional desde o seu nascimento é muito importante e emergencial, precisam estar fortes diante de todas as situações que afetam diretamente o nosso povo. Desde o ventre de suas mães necessitam de nhembo'e/reza, após o nascimento ter o nhemongarai/batismo e cuidar delas com pohã roysã/remédios tradicionais. Atualmente a medicina não indígena avança sobre o corpo da mulher indígena, o espaço estranho do hospital assusta, as violências obstétricas continuam quando vidas dão vidas a vidas. A medicina não indígena tem uma concepção diferente do nosso olhar Guarani e Kaiowá, deixam as doenças adormecidas, não tem paciência em cuidar de um corpo indígena onde a pele é da cor da terra, a língua é diferente, os modos e costumes são diferentes. A medicina Guarani e Kaiowá é pouco valorizada, mas cura de verdade, por que é acompanhada da massagem, da reza, da escuta, dos chás que antes passam por cuidados tradicionais e não se cobra para este cuidado. É por essa medicina que lutamos, é pelo fortalecimento dela, pela defesa das matas, das nascentes, dos rios e das árvores. O cuidado tradicional renasce pelas mãos das mulheres guarani e kaiowá, as jarys, pelo cuidado e em defesa da vida delas que a Kuñangue Aty Guasu luta. Há uma grande preocupação com o futuro de nossas filhas(ou), netas(os), de nossas crianças, o que será da vida das mitãs kueras/crianças com tudo sendo destruído. Elas irão sofrer muito, precisam aprender as rezas emergencialmente para resistir, pois as mulheres do conhecimento tradicional já estão idosas e partindo. As parteiras Guarani e Kaiowá pedem espaço e reconhecimento em todos os lugares. A medicina não indígena precisa ser escuta da medicina Guarani e Kaiowá, valorizar as parteiras é o fortalecimento de quem cuida de vidas e vidas nos importam muito. A violência nos fere cotidianamente, e avançamos com mais forças. Mulheres indígenas gestantes apanham dos seus companheiros e não há uma proteção legal efetiva a elas, nos veem como soco rupá/saco de pancada, pedimos socorro, que dentro da Lei Maria da Penha haja um parágrafo que atenda às nossas especificidades como mulheres indígenas. Em nossa aldeia não há sinal de telefone, inclusive para

comunicar o descumprimento de medidas protetivas, como iremos denunciar se as delegacias estão distantes e no caminho podemos ser mortas? Isto é uma violência silenciosa que assassinou e continua assassinando as mulheres indígenas Guarani e Kaiowá. Os homens precisam dar valor e não violentar as mulheres indígenas, somos nós quem damos vidas a eles, saem dos nossos ventres, precisam estar mais presentes em nossas assembléias para ser escuta do que tem a dizer as mulheres da nossa comunidade, e tem que entender e acolher as nossas demandas não nos perseguir por isso. Há muitas violências contra as jovens e crianças indígenas, há muitos abusos sexuais, o estatuto do ECA(estatuto da criança e adolescente) precisa ser cumprido em defesa das crianças e adolescentes indígenas. Nas universidades há muito preconceito e racismo institucional enraizado, pedimos respeito e acolhimento as(os) acadêmicas(os) indígenas. A Faculdade Intercultural Indígena - FAIND/UFGD é filha da luta do Aty Guasu e da Kuñangue Aty Guasu, os acadêmicos e professores precisam estar presentes em nossas assembléias, exigimos mais professores indígenas na FAIND-UFGD, que os materiais sejam na língua, que os professores falem à nossa língua materna, que respeitem o corpo da mulher indígena, estamos acompanhando e fiscalizando as ações/atividades da FAIND-UFGD e estamos abertas para diálogo e contribuição. As mães/pais/responsáveis precisam ter mais cuidados com as filhas (os), não ensina no karai reko/modo de ser não indígena. Precisam ensinar os meninos a não bater nas meninas, mas sim lutar com elas, mãe e pai é autoridade na família, a formação tradicional é o fortalecimento da identidade das crianças. Temos que sentar e aconselhar os nossos filhos para não reproduzirem a violência. O consumo de drogas deixam mães, pais, jovens e crianças em situação vulnerável. Existe a reza para a bebida alcoólica e para as drogas, procurem os nhanderus e nhandesys, o aumento dessas drogas são consequências do confinamento, o "chiqueiro" que é o espaço das Reservas Indígenas. A Kuñangue Aty Guasu está à disposição para ecoar as vozes das mulheres que queiram falar sobre a violência. Desejamos forças e que venham se unir a nós, não usem mais a

desculpa de que caíram de bicicleta ou caíram jogando futebol, na justificativa de seus hematomas. A Lei Maria da Penha para proteger a vida de mulheres indígenas é uma lei morta no papel e na prática, porém é a única que tenta minimizar o que chamamos de violência. Mulheres que se colocam como homossexuais sofrem triplamente a violência em seus corpos. A rede territorial (líderes) a maioria são homens, "capitães", não nos ajudam a suportar, refletir e mudar tudo que reproduz a violência no confinamento da Reserva Indígena. Assim como a igreja que fortalece o discurso de que "o amor tudo suporta" ignorando o enfrentamento à violência contra as mulheres indígenas. Quando dizemos que as nossas terras não são mercadorias, queremos protegê-las do capitalismo que destrói, explora e privatiza. Demarcar e homologar as terras indígenas é proteger muitas vidas, o meio ambiente, a medicina tradicional, os animais, nascentes, e tudo que nos produz vida. A Kuñangue Aty Guasu vem aqui trazer as demandas das mulheres indígenas após essa escrita acima que é um pedido de socorro à VIDA das Mulheres Guarani e Kaiowá. Em quatro dias de reuniões, debatendo todos os temas que nos atingem diretamente, encaminhamos:

[?] Território: • Há em Mato Grosso do Sul muitos mandados de reintegração de posse contra nossas terras, estão tentando nos expulsar novamente de nossas terras tradicionais, como tem acontecido em Caarapó e Dourados. Está grave a situação do nosso povo indígena, a Kuñangue Aty Guasu vem repudiar, denunciar e gritar pela demarcação das nossas terras e pelo cumprimento da constituição federal de 1988 art. 231 e 232; • Exigimos a homologação da Terra Indígena de Yvy Katu e a demarcação de nossas terras tradicionais; • Exigimos a imediata revogação do parecer da AGU 001/2017; • Exigimos o arquivamento da tese do Marco temporal, é ilegal, é inconstitucional é a morte do povo Guarani e Kaiowá; • Exigimos extinção do Projeto de Lei 6.670/2016 , a PL do veneno; e também a PL 490 que veio para modificar o Estatuto do índio (Lei 6001 de 1973). • Exigimos

justiça pelas nossas lideranças mortas em nossos territórios; • Exigimos o retorno imediato dos grupos técnicos de trabalho da FUNAI em nossos Tekoha; • Não aceitamos que os estudos de nossas terras saiam da jurisdição da FUNAI a mando da Bancada Ruralista e Evangélica e vá para o ministério da agricultura; • Defendemos o fortalecimento da FUNAI e sua permanência no ministério da justiça; • Exigimos a conclusão integral dos processos demarcatórios inclusos no tac 2007, e o cumprimento integral do CAC MPF/Funai firmado em 2010; • Exigimos a segurança das lideranças indígenas, jovens, mulheres e crianças que lutam pelo território; • Exigimos a consulta prévia às comunidades Guarani e kaiowá sobre todas as decisões que envolve diretamente os povos indígenas; • Somos contra o uso de veneno nas terras, o agrotóxico causa diarreia, desnutrição, câncer no povo Guarani e kaiowá; • Convocamos o povo, as universidades e outros companheiros (as) que conosco caminham para ajudar a reflorestar as retomadas, doar mudas de árvores; • Exigimos que o presidente Jair Bolsonaro cumpra os tratados internacionais da convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT); • Kuñangue Aty Guasu e Aty Guasu vem a público denunciar a violência policial e violência de ruralistas nas áreas de retomadas; • Kuñangue Aty Guasu e Aty Guasu vem a público denunciar os despejos/reintegrações de posse contra as retomadas localizadas em Dourados-MS: Nhu verá II, Nhu Verá Guasu III. Retomadas em Caarapó: Tekohá Pai Tavyterã, Tekohá Jeroky Guasu, Tekohá Guapo'y e Guyra Roka. Em rio Brillhante: Laranjeira II. É o maior genocídio anunciado contra o povo Guarani e Kaiowá; • Enquanto povos nativos a única saída para retornarmos onde viveram nossos antepassados é reocupando as nossas terras tradicionais que estão de posse do agronegócio como "propriedade privada", continuamos em luta e resistência; • Kuñangue Aty Guasu e Aty Guasu repudia o projeto de lei 187, que dá o direito de o fazendeiro/não indígena arrendar as nossas terras e continuar usufruindo dela como mercadoria; • A publicação dos relatórios de nossas terras tem que avançar, sem tekoha não tem vida.

→ Não aceitamos a negociação dos nossos direitos na calada da noite. Resistiremos e morreremos em território em defesa de nossas terras que estão sendo vendidas pelo presidente deste país e grande parte já estão de posse do latifúndio.

→ Saúde Indígena/indigenista: • SESAI - SECRETARIA ESPECIAL DE SAÚDE INDÍGENA é filha da luta e da resistência indígena, cabe aos profissionais e a quem está nas coordenações fazer valer esse direito de saúde diferenciada aos povos indígenas de acordo com as suas especificidades; isso significa que todos os cuidados em território indígena tem que respeitar os cuidados tradicionais; • Reforçamos que somos contra a municipalização da SESAI; • Profissionais em território indígena precisam ter a consciência de que estão atendendo povos indígenas, onde o horário da rede institucional é diferente do tempo Guarani e Kaiowá; • Os profissionais de saúde em território indígena, não devem usar apenas o modelo biomédico na qual foi formado, seja escuta, não tenha somente esta alternativa como “cura” , pois este povo tem os chás, ervas, massagem, rezas e outros que podem juntos ajudar nestes cuidados à saúde; • A SESAI precisa efetivar e implementar a parceria com as parteiras e Nhandesys, isso é valorização e reconhecimento de outras formas de cuidado à saúde indígena e o cuidado tradicional que o modelo biomédico despreza; • Exigimos que a rede de urgência e emergência sejam implementadas e efetivadas, pois os motoristas da SESAI não são socorristas; • Precisa de mais médicos, psicólogos, técnicos de enfermagem, assistentes sociais, nutricionistas, dentistas na equipe da SESAI em territórios indígenas; • Convocamos a comunidade, as universidades, a SESAI, as escolas a ajudar cada Nhandesy a construir um viveiro de medicina tradicional, isso é fortalecer a medicina tradicional; • Novamente reforçamos a construção do DSEI-MS no Cone Sul de MS, específico para atender a segunda maior população do país, o povo Guarani e Kaiowa; • Há territórios do cone sul de MS, que precisam da contratação de mais agentes de saúde, há uma sobrecarga sobre os

mesmos; • Ainda faltam remédios nos postos de saúde; • Intérpretes indígenas em todos os setores (hospital, postos de saúde, recepção, CASAI e todos que são responsáveis pela saúde indígena); • Melhorar atendimento da equipe médica nos hospitais, ambos precisam entender que somos diferentes dos pacientes não indígenas, precisam ter paciência conosco; • Os profissionais de saúde indígena precisam atender mais nas retomadas não só a comunidade que está em confinamento na Reserva Indígena, e precisa ser semanalmente; • Ter recomendações do pohã ñana (medicina tradicional) nos postinhos pelas Nhandesys/parteiras e nhanderus, eles também são médicos tradicionais; • Nós mulheres guarani e kaiowá sabemos como ter e cuidar de nossos filhos, a reza é muito importantes para a saúde da mulher indígena e para o crescimento saudável da criança. Enquanto mulher indígena e mãe, ainda sofremos muito nas mãos dos médicos não indígenas, sendo que as parteiras e nhandesy têm reza e remédio para a mulher indígena na hora do parto, para sofrer menos no momento do nascimento da criança mas o hospital ignora estes cuidados. Os hospitais precisam respeitar a medicina tradicional e o trabalho das parteiras indígenas; • Queremos profissionais em nossos Tekoha para a conscientização quanto à gravidez precoce; • O câncer, diabetes, doenças sexualmente transmissíveis como AIDS, HIV e outras DSTs têm atingido a nossa população indígena, por isso a necessidade de ter atendimento médico nas áreas de retomadas para prevenção da comunidade e acompanhamento dos indígenas que estão doentes; • Incentivamos o parto normal e humanizado com apoio de parteiras indígenas e remédios tradicionais para as mães em hospitais que atendem os nossos Tekoha.

QUAL O MODELO DE SAÚDE QUE VOCÊ PROFISSIONAL LEVA PARA O TERRITÓRIO INDÍGENAS, PARA UM POVO COM LÍNGUA, CULTURA E TRADIÇÕES DIFERENTES?

→ Kuñangue Aty Guasu defende que a saúde indigenista, a SESAI caminhe de mãos dadas com a nossa medicina Guarani e Kaiowá.

→ Violência contra as mulheres Guarani e Kaiowá: • Nós mulheres guarani e kaiowá temos nossos direitos, mas na prática o estado nos viola não levando em consideração as nossas especificidades culturais; • Convocamos o poder público, as universidades, a comunidade em geral para escuta as mulheres Guarani e Kaiowá pelo, para juntas reformular a lei Maria Da Penha com uma proposta que proteja na prática e atenda as especificidades das mulheres indígenas; • Solicitamos a construção de duas delegacias de atendimento a mulher Guarani e Kaiowá, uma na Reserva Indígena de Dourados-MS e outra em Amambai-MS, e que haja mulheres atendendo; • Denunciamos aos Direitos Humanos, a Frente Parlamentar Indígena no congresso nacional, a ONU Mulheres, as delegacias de atendimento à mulher, que nós mulheres indígenas a frente das ações da Kuñangue Aty Guasu, constantemente estamos sofrendo perseguições, criminalização, processos judiciais, entre outros. Pedimos proteção, somos mulheres em defesa de um povo, e estamos sofrendo ameaças e torturas psicológicas pelo povo que serve como massa de manobra ao latifúndio em Mato Grosso Do Sul; • A gestão de assistência social no estado de MS, necessita construir alternativas de atendimento e acolhimento para mulheres e crianças em situação de violência, CRAS e CREAS em todas as comunidades é urgente ; • Há uma imensa dificuldade de fazer denúncias sobre as violências sofridas pelas mulheres indígenas, na maioria das vezes essas denúncias não chegam há uma delegacia, e se chegam as mulheres não conseguem denunciar, pois a maioria são falantes da língua materna. Diante disso exigimos que tenham mulheres indígenas capacitadas para ser intérpretes na delegacia de mulher para ajudar as nossas mulheres Guarani e Kaiowá a encaminhar as denúncias; • A pensão alimentícia tem sido um grave problema entre o povo Guarani e Kaiowá, as mulheres não conseguem ter acesso a este direito e as crianças indígenas ficam desamparadas. A Assembleia das Mulheres Indígenas Guarani e Kaiowá vem por meio desta exigir que este direito seja garantido; • O estupro ainda é tabu dentre o povo Guarani e Kaiowá, mas precisam ser abordados pois estão acontecendo com

muita frequência contra vida de crianças e mulheres indígenas, há uma necessidade de medida protetiva e ações em território urgente; • Também se constitui em uma violência, o direito negado quando nós mulheres indígenas chegamos às instâncias como o Senado Federal, Câmara Federal, Supremo Tribunal Federal e outros órgãos do executivo, legislativo e judiciário, para justamente discutir os direitos das mulheres indígenas e somos barrados e não temos o direito de entrar com o nossos objetos sagrados como Mbaraka, Takuapu e Xiru, nesse sentido exigimos ser respeitadas e respeitados;

→ Violentar uma mulher indígena, é ir contra a vida de todas elas! Não aceite mais ser violada, busque ajuda! → Educação: • Filhas e filhos são responsabilidades da mãe e do pai, educação e autonomia vem da família, é a nossa obrigação assumir e responder por elas, em segunda instância existe a rede territorial, e em terceira instância tem a rede externa; • Precisa ensinar o reko mbo'e, modo de ser Guarani e Kaiowá • Apoiamos a continuidade do programa bolsa permanência para os estudantes indígenas e a continuidade da Ação Saberes Indígenas; • É preciso que o curso Teko Arandu respeite a vida e as escolhas das alunas e alunos, e que os professores tenham um perfil adequado para a compreensão da realidade guarani e kaiowá; • A licenciatura intercultural Teko Arandu da FAIND/UFGD deve respeito aos estudantes Guarani e Kaiowá, respeito ao nossos processos históricos de lutas para a conquista deste curso, e a permanência de acadêmicas(os) dentro dessa instituição de educação. Este curso não pode se afastar do nosso movimento, pois ele foi criado por nós, é dever da FAIND-UFGD garantir a participação de acadêmicos Guarani e Kaiowá nas Aty Guasu, Kuñangue Aty Guasu e Raj;

A Kuñangue Aty Guasu é uma organização de mulheres kaiowa e guarani, somos reconhecidas por nossas anciãs (aos), jovens e comunidade em geral. Lutamos em defesa dos direitos originários de nosso povo Guarani e Kaiowá. Toikove Kaiowá e

Guarani - VIDA ao povo Guarani e Kaiowá. Demarcação já! Tekoha Yvy Katu Porterito, Japorã-MS, 20 de setembro de 2019.

O extermínio das rezas



O avanço da igreja, o epistemicídio do povo Guarani e Kaiowá vem acontecendo com muita intensidade nos últimos anos. A realização do Kunumim Pepy, o Ñemongarai (batismo) e Tembetá (furo dos lábios) dos meninos já não acontece há mais de 30 anos.

Os Guarani Kaiowá ainda preservam o Nhembo'e (reza), Guaxiré (ciranda de luta), o Guahu. Algumas aldeias ainda praticam o Jerosy Puku (batismo do milho ritual mais longo), e o Jerosy Mbyky (Batismo do milho, ritual de apenas uma noite), são poucos os anciões e as anciãs que são preparados para realizar o ritual.

a) O que existe ainda hoje: Jerosy Puku, Jerosy Mbyky, Guaxiré, etc

b) Que aldeias ainda praticam estes rituais Guarani e Kaiowá.

6 - A doutrina da igreja pentecostal e a vida das Mulheres Indígenas;



Documento Final da VIII Kunãgue Aty Guasu online 2020.

Ao presidente da república Jair Bolsonaro

Ao Senhor Presidente da FUNAI

Ao Ministério Público Federal de Dourados

À Defensoria Pública de Mato Grosso do Sul

Ao curso de Licenciatura Intercultural FAIND/UFGD

À Secretaria Especial de Saúde Indígena (DSEI - MS)

À Rede de Proteção aos direitos das crianças de MS

Ao procurador geral da república

Ao advocacia geral da união

Ao presidente do supremo tribunal federal

Ao presidente da câmara de deputado

Ao presidente do senado e do congresso nacional

Entre os dias 28 a 30 de Novembro de 2020, aconteceu a nossa VIII Grande Assembleia Kunangue Aty Guasu que foi transmitida de forma online, diretamente de nove polos de internet, instalados nos Tekoha Kaiowá e Guarani.

Nosso povo Kaiowa e Guarani está localizado no cone sul de Mato Grosso Do Sul, somos em



58 mil Guarani e Kaiowá. E este ano devido a pandemia Coronavírus, toda a organização e realização do evento foi através da internet.

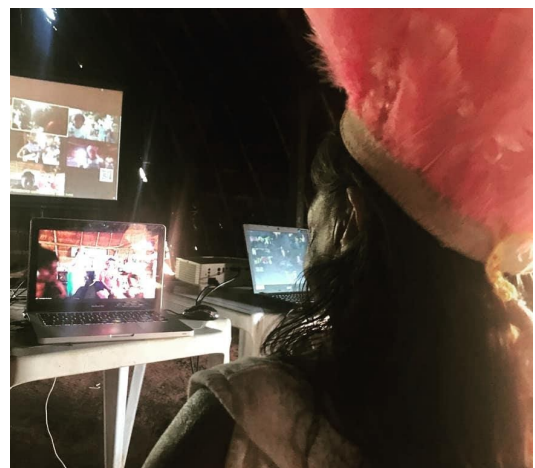
Para a construção desse evento, nós caminhamos entre os territórios indígenas do nosso povo, desde março/2020 levando ajuda humanitária às comunidades Kaiowá e Guarani atingidos pela COVID19. Dentre as idas e vindas, cada vez mais nos deparamos com a maioria das anciãs que visitávamos em estado vulnerável: debilitadas, doentes, em situação de abandono e fome.

Antes em 2019, tínhamos nos organizado para realizar a nossa assembleia de forma presencial em setembro/2020, mas com o covid19 avançando em nossos territórios, essa possibilidade foi descartada.

Os territórios Kaiowa e Guarani vivem uma invisibilidade digital imensa, e o distanciamento social como recomenda as organizações de saúde, na prática nos territórios indígenas tornavam tudo abafado e a voz das mulheres kaiowa e Guarani cada vez mais silenciadas.

A cada dia era compartilhado conosco situações de violências contra as mulheres, meninas, crianças, Jarys, parteiras e Nhandesys. Tentávamos acompanhar e dar apoio, mas quase sempre sem sucesso. A Kunangue Aty Guasu então, convocou as conselheiras e dessa forma decidimos desafiar a tecnologia e realizar um evento online em meio a pandemia. Parecia ser impossível pôr em prática o nosso planejamento, pois a localização geográfica, os recursos financeiros e a falta de equipamento eram alguns dos desafios que a nossa equipe tinha que organizar, para iniciar a construção de uma assembleia de mulheres Kaiowa e Guarani online.

O primeiro passo foi construir uma rede de apoio remoto, o segundo passo foi construir uma equipe em território, o terceiro passo foi a formação técnica das conselheiras da Kunangue Aty Guasu para o manuseio dos



equipamentos, o quarto passo foi fazer os levantamentos dos pontos de internet na casa das anfitriãs do evento, as Nhandesys, Jarys, parteiras e Yvyraijas (assistências das Nhandesys). E dessa forma, se levantou uma legião de mulheres de todos os cantos do mundo, atendendo o chamado do Conselho Da Kunangue Aty Guasu.

E ao som do mbaraka e do takuapu, direto dos territórios Guarani e kaiowá, no dia 28 de novembro iniciamos a VIII Kunangue Aty Guasu 2020 online em busca de nossos direitos. Foram três dias e três noites de descolonização das telas virtuais, onde as anciãs mais idosas das comunidades demarcaram as redes sociais, encaminhando e ecoando suas vozes ao mundo em audiência internacional.

A transmissão em três línguas Kaiowá e Guarani, Português e Inglês, ocorreu de nove pontos de internet dos territórios Kaiowá e Guarani: Panambizinho/Dourados-MS, Guapo'y/Amambaí-MS, Guyra Kamby'/Douradina-MS, Rancho Jacaré/Laguna Carapã-MS, Limão Verde/Amambai-MS, Nhanderu Marangatu/Antônio João-MS, Bororó/Dourados-MS, Laranjeira Nhanderu/Rio Brilhante-MS e Tekohá Jaguapiré/Tacuru-MS.

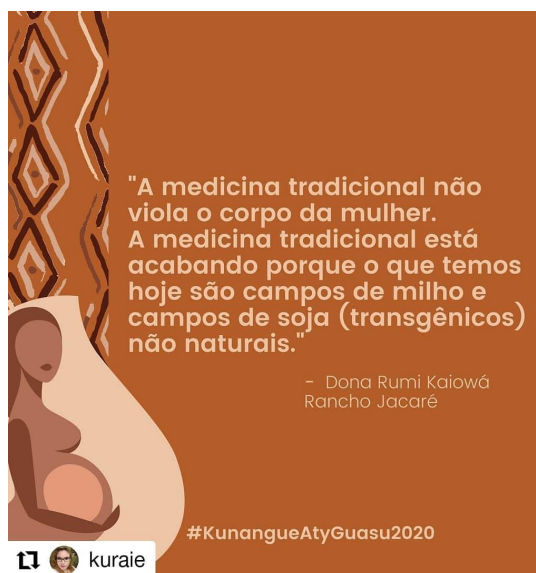
Foi um marco revolucionário da comunicação em plena pandemia em nossos territórios indígenas, as anciãs mais idosas das comunidades pela primeira vez sentaram em frente ao computador, tudo era novidade para elas, e ao vivo.

Dessa forma discutimos e encaminhamos pautas sobre a demarcação e homologação de nossas terras, a saúde no olhar da mulher kaiowá e Guarani efetivação e garantia dos programas sociais, Il encontro de parteiras do cone sul de MS, violência na vida das mulheres e meninas a partir do olhar da mulher Guarani e Kaiowá, lançamento do Mapa do relatório contra as



Mulheres Kaiowa e Guarani, lançamento da plataforma online da Kunangue Aty Guasu, construímos uma rede de apoio jurídico de juízas e defensoras para encaminhamentos dos processos de violência contra as mulheres kaiowa e Guarani. Construímos alianças de lutas entre mulheres indígenas do Brasil e reafirmamos a nossa luta e resistência como mulheres Kaiowa e Guarani.

O tema saúde indígena no olhar da mulher Kaiowá e Guarani, foi debatido entre as Nhandesys e parteiras. Elas fizeram um resumo da caminhada delas, com os cuidados através da medicina tradicional, e as tentativas isoladas de construir um diálogo de costura de cuidados com a instituição indigenista da saúde, que atua diretamente em nossos territórios.



As anciãs afirmaram a necessidade do cuidado com as rezadeiras e parteiras, pois um número bem reduzido se encontram vivas, e já estão com a idade avançada. Elas trazem a necessidade de formar novas parteiras e rezadeiras, para que suas demandas continuem, pois são partes essenciais que realizam o cuidado espiritual e cuidado com o Poha Roysa (plantas medicinais) na saúde da mulher indígena.

Elas resumem que 2020 foi um ano extremamente difícil, onde não está sendo fácil manter as farmácias vivas por conta do extermínio das matas, rios e nascentes, locais onde tem os remédios que elas usam nos cuidados com o corpo da gestante.

Elas chamam atenção do estado para preservação do meio ambiente, e defendem o uso de seus remédios tradicionais, que as ajudam manter suas famílias vivas. As nhandesys cantam algumas rezas que usam para mostrar ao

público, como elas cuidam do corpo das mulheres kaiowa e Guarani antes, durante e depois do parto.

As nhandesys defendem a importância da reza para proteger o corpo, dar forças e saúde a mãe e ao bebê. Elas relatam os desafios em suas jornadas como parteiras nesta Pandemia Coronavírus, dizem que muitas mulheres temem ir ao hospital,

que está localizado no espaço urbano para parir, por medo de serem infectadas por essa doença do Karai (não indígena). Elas afirmam a importância do fortalecimento do trabalho das parteiras nas comunidades em momentos como esses.



As nhandesys relatam suas preocupações em relação ao coronavírus, e que os moldes que a SESAI tem atuado não tem sido satisfatório, pois as grandes chefias do DSEI/MS são homens e são karais, e essa instituição indigenista

ignora os saberes e cuidados tradicionais das Nhandesys, trazem consigo o colonialismo violento, de extermínio das redes de cuidado e o velho racismo institucional enraizado no peito. Elas afirmam que esses senhores karai que ocupam cargos de chefias na saúde indígena, negociam os nossos direitos sem nos consultar, e vem negociando politicamente o extermínio da saúde indígena e vem demitindo a nossa rede de cuidado externa que trabalha respeitando as especificidades das comunidades Kaiowá e Guarani. Elas afirmam que a nossa saúde indigenista, é uma conquista dos povos indígenas, e que nossos direitos e

nossas vidas não são moedas de trocas e não estão a venda. As nhandesys enviam recados aos grandes senhores coronéis, militares que estão de posse, usufruindo de nossas conquistas: “Respeitem nossos corpos, e parem de exterminar a nossa rede de cuidado!”.

As anciãs mais velhas, afirmam não se adaptar com essas recomendações de prevenção ao covid19, tem dificuldades de seguir as regras que os Karai impõem nas comunidades, por que suas famílias são extensas e quando alguém tem os sintomas do covid19, a família inteira usa os remédios tradicionais e a reza. Elas lembram que em alguns casos, necessita realmente de que o paciente seja encaminhado aos médicos na cidade. No entanto, elas não compreendem muito os procedimentos médicos karai, e muitas das operações feitas por eles são prejudiciais ao corpo, e que elas estão abertas para fazer esse debate e construir caminhos mais humanos, de compreensão e cuidados juntando seus saberes tradicionais com a medicina karai. As anciãs lembram de como faziam há tempos atrás, quando ainda não inventaram o hospital karai, onde elas realizavam sozinhas os partos.

Relatam sobre como preparavam os alimentos para a mulher indígenas após o parto, trazem as receitas medicinais, com peixe, com semente de melancia, entre outras. Elas mencionam a importância de construir mais e mais Ogas Pysys (casas de rezas) para fortalecer os trabalhos que elas realizam, e para continuar ensinando esses conhecimentos de geração em geração, fortalecendo os saberes tradicionais nas comunidades.

Nossa convidada especial Indianara Ramires Machado, representante da Ação de jovens Indígenas de Dourados (AJI), traz relatos de como é fazer o enfrentamento ao COVID19 na Reserva Indígenas mais populosa do Brasil. Indianara coordenou equipes de saúde em territórios Kaiowá e Guarani com mais casos de covid19 e mais óbitos do Cone Sul de MS, desde março/2020. Ela relata sobre a maior



exposição das mulheres, que é maioria das infectadas pelo coronaVírus e alerta para o autocuidado dos povos indígenas, para não trazerem o vírus para os Tekoha. A enfermeira do povo kaiowá defende que o diálogo salva vidas, e relembra dos fortes problemas da escassez de água, em plena pandemia nas comunidades Kaiowá e Guarani que ela atende.

Nossa convidada Telma Taurepang afirma que precisa lutar contra o governo federal para reivindicar água, resgate das medicinas tradicionais e demarcação das terras. Ela critica a vivência do branco dos medicamentos e outros instrumentos ocidentais que fazem mal a saúde das mulheres indígenas (e das não indígenas) e afirma: “nenhuma medicina tradicional, nunca prejudica o nosso corpo”.

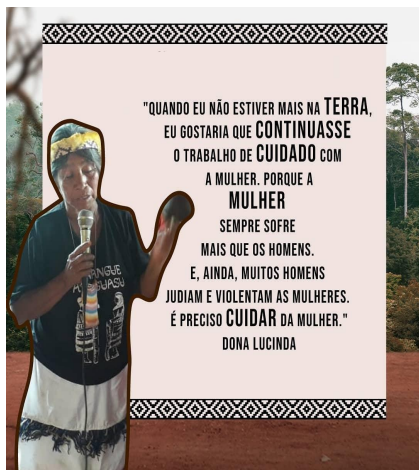
A Kunangue Aty Guasu realizou o **II Encontro das parteiras Kaiowá e Guarani do Cone Sul de MS.**

Neste encontro de forma virtual, nossas *jaris* (parteiras, mulheres mais experientes que auxiliam no parto) puderam expressar o quanto a medicina tradicional e o saber das parteiras Kaiowá e Guarani, são fundamentais para a saúde da mulher e das comunidades. Fazer esse encontro na avaliação delas é valorizar as mulheres indígenas Kaiowá e Guarani.

Infelizmente a tecnologia não nos permitiu mostrar ao vivo a casa de medicina tradicional, mas dona Lúcia Parteira de Guapo’y/Amambaí-MS, disse que sempre vai pedir aos comunicadores parceiros que gravem ela dando aula sobre os cuidados com a mulher gestante na casa de medicina tradicional que a Kunangue

Aty Guasu construiu para ela, que construam memórias e espalhem a importância do trabalho da parteira.

O lançamento das casas de medicina tradicional é um sopro de vida em meio à ameaça do coronavírus, da ocidentalização da medicina e da desapropriação de recursos naturais nos territórios indígenas. A parteira Lúcia, disse que para cuidar das mulheres, passou por um processo de formação com avós e irmãs que tinham conhecimento sobre medicina tradicional. Ela relata que hoje os seus cuidados tradicionais estão ameaçados, há perseguições e desqualificação por parte da própria comunidade, em sua maioria homens. Ela reafirma que o trabalho da medicina tradicional é importante para todos terem saúde. Assim como outras nhandesys, ela traz até a tela do computador para o público da Kunangue assistir, os remédios que usa no cuidado com as mulheres, como o Yvychim, remédio do mato que ajuda a mulher a ter um parto rápido, para que não seja tão sofrido, dolorido e longo. Ela canta a reza, que faz no momento em que a criança já está nascendo. E afirma a importância de passar a sabedoria da parteira, porque ela já está idosa, e que os cuidados das mulheres são especialmente importantes, porque são elas, as que mais sofrem diversos tipos de violências. A parteira convida o não indígena a procurar conhecer e valorizar a medicina tradicional Kaiowá e Guarani, bem como fortalecer e proteger os recursos naturais, que é de onde vem os remédios tradicionais (rios e florestas).



“valorizar as parteiras é valorizar vidas e vidas [indígenas] importam”

As nhandesys afirmam que os remédios tradicionais são melhores que os farmacêuticos, e que toda mulher precisa conhecer para fazer o cuidado com o seu corpo.

Elas relatam o quão hoje aumentaram se os partos cesáreos, e na época de quando elas se tornaram mães, elas nunca precisaram ir parar numa sala de cirurgia, e afirmam que a medicina tradicional nunca violou o corpo de uma mulher. “O que viola são os tantos remédios de laboratórios. Elas afirmam que o karai segue destruindo tudo e envenenando o que resta, que várias plantas medicinais deixaram de existir nesse extermínio do meio ambiente, e nos seus lugares hoje tem imensas plantações de milho e campos de sojas (transgênicos), não naturais”.

As Nhandesys dizem sobre a importância de demarcar as terras tradicionais Kaiowá e Guarani para proteger a medicina tradicional. Elas aconselham as mulheres a não fazerem esforços depois, no pós-parto. E recomendam usar o pó da taquara queimada e benzido pela Nhandesy/parteira, para que não infeccione o umbigo do neném recém nascido. As mulheres devem tomar banho com ervas e ficar de quarentena, sem tomar frio para não pegar doença.



A Kunangue Aty Guasu 2020, realizou uma exposição virtual dos produtos que as artesãs kaiowá e Guarani vem produzindo. Ambas com a chegada da pandemia Coronavírus não conseguem mais comercializar seus artesanatos, e se encontram invisibilizadas. Lançamos a campanha “Valorize a artesã indígena”.

As artesãs Kaiowá e Guarani terão uma página na plataforma online da Kunangue Aty Guasu, onde irão comercializar os

seus produtos de forma virtual. Os interessados devem acessar o site e fazer a sua encomenda. Dentre os artesanatos estão:

colar de sementes, canetas enfeitadas, brincos de pena, jeguaka (cocar), pulseiras de sementes e palhas, chaveiros de palha e taquara, roupas tradicionais kaiowá e Guarani, cestos de palha, bacias de palha, mbaraka (chocalho), Takuapu (instrumento feminino de taquara) e diversas sementes para colares. Confira em nossa página, os diversos artesanatos com variadas cores e modelos, e ajude uma artesã Kaiowá e Guarani.



Organizadas, resistentes e em luta a Kunangue Aty Guasu pautou durante um dia o tema: **A violência na vida das Mulheres Guarani e Kaiowá.** Foi um momento histórico, onde no espaço virtual da Kunangue Aty Guasu 2020, discutimos e denunciemos: a violência nas universidades, mulheres Kaiowá e Guarani defensoras de Direitos Humanos/ativistas em situação de ameaças, o caminho da violência e as marcas nos CORPOS/VIDAS das Mulheres Guarani e Kaiowá, a luta que custa a vida para manter vivas as identidades indígenas, a proteção para as meninas, jovens, crianças, Nhandesys e outros tantos temas relacionados às mulheres indígenas Kaiowá e Guarani em situação de violência dentro e fora do território.



No dia 29 de novembro de 2020, nós Mulheres Kaiowa e Guarani trouxemos a público os diversos tipos de violências que enfrentamos em nosso cotidiano em territórios e no espaço urbano, e a dificuldade de diálogo com as instâncias jurídicas para proteger as nossas vidas.

O mundo em audiência internacional: brasileiros, uruguaios, alemães e americanos (quem mais quisesse) puderam ter acesso ao cotidiano em que nós

mulheres Kaiowa e Guarani vivemos no que diz respeito à violência.

Havia membros defensores de direitos humanos e representantes do judiciário como: Ministério Público Federal, NUIIR/ Defensoria Pública Estadual de MS, Defensoria Pública da União), Coordenadoria Estadual da Mulher em situação de violência doméstica e familiar do TJMS, Ministério Público Estadual, IDAC e CIMI.

Na modalidade “live”, falamos abertamente sobre as várias formas de violências que sofremos por parte do estado, dos *karaís* (não indígenas) e, também, dos nossos próprios parentes.

O nosso relatório com dados sobre as violências contra as nossas vidas tem como título: **Corpos Silenciados e Vozes Presentes**. O mapa da violência contra as mulheres Kaiowa e Guarani contem materiais colhidos ao longo de quatro anos (2017,2018/2019 e 2020).

Foram cinco horas de depoimento-denúncia online, foi uma tarde de profunda comoção e transformação tanto para quem denunciava, tanto para quem ouvia.

O mapa da violência apontou as modalidades de violências sofridas - violência doméstica (incluindo estupro de mulheres e crianças), violência obstétrica, violência em disputa por terras, preconceito, racismo etc. E mais uma violência, a de nós conselheiras Kaiowá e Guarani da Kunangue Aty Guasu, ter que se organizar para contar tudo isso publicamente e por escrito, em português e com “linguagem jurídica”.

O lançamento do nosso relatório teve essa dualidade, um instrumento poderoso de denúncia que as mulheres kaiowa e Guarani construíram. Foi lançado somente um resumo de 14 páginas, de um mega relatório que a Kunangue Aty Guasu, irá disponibilizar em 2021.

Deixamos nítidas as várias formas violentas de colonização de nossos corpos, como um povo originário/nativo desde antes da existência do Brasil, e o colonialismo ganha forças, quando temos que se curvar a cultura dominante: “Eu não falo português porque quero. Fui obrigada”, relata uma de nossas companheiras.

Diante das câmeras que transmitiam a “live”, no campo da oralidade, muitas vezes em Guarani ou Kaiowá (com apoio de tradutores voluntários), as mensagens fluíam com muita força. As nossas vozes vinham trêmulas, às vezes, da tensão de relatar as situações vividas (que frequentemente vem gerando represálias, na forma de mais violência e, até criminalização de seus meios de luta).

As anciãs/nhandesys que vivem nas retomadas de terras, denunciaram o não acesso à água potável, e as crianças que são reprimidas nas escolas por serem consideradas “sujas”.

Nossa união naquele momento, em meio a tantas memórias de violências, nos fez chorar, chorar umas pelas outras, pelas situações ruins que ultrapassam nossos

corpos. “Me sinto violada todos os dias, por estar presente numa faculdade que deveria ser um espaço de liberdade”, relatou uma companheira nossa. Nossa companheira de luta relata que é obrigada a ser aluna na universidade federal, onde o professor é *karai*, se auto intitula defensor do nosso povo, diz saber mais sobre o nosso modo de viver do que nós mesmos, mas criminaliza lideranças femininas Kaiowá e Guarani, entregando elas para a polícia federal.

Nas conselheiras da Kunangue Aty Guasu, fizemos uma análise de como somos “tratadas” pelo judiciário *karai*. “Ouve-se muito que - o juiz mandou. Um dia eu vou perguntar: Será que um juiz que não é nativo pode nos julgar? Isso não é crime?”

Relatamos que o estado não garante os nossos direitos básicos nos territórios indígenas, mas quando é para punir, o estado aparece e com forças julga um corpo indígena e o aprisiona.

O estado recolhe crianças kaiowá e Guarani em abrigos, por considerar que as suas mães não têm casas em condições de abrigar essas crianças, desconsiderando totalmente os padrões culturais arquitetônicos do nosso povo, afirmando com força o racismo institucional.

Igualmente, para encarcerar, o estado está presente, porque nos presídios de Dourados-MS, tanto os masculinos quanto os femininos, há muitos indígenas condenados. Os motivos são vários, mas certamente incluem a autodefesa e delitos relacionados à vida árdua que lhes cabem.

E as tantas formas de violências praticadas contra as mulheres kaiowa e Guarani, chega na figura do “capitão” (liderança oficial). Conselheiras da Kunangue Aty Guasu denunciam a velha prática violenta de lideranças indígenas eleitas nas comunidades em vários Tekoha. Mulheres denunciam a forma dominadora e machista desses líderes contras as mulheres da comunidade.

“Ele me disse que eu era uma vergonha, mas eu não me sinto uma vergonha. Eu me sinto forte. Eu nasci na luta. Não tenho vergonha de ser eu mesma”.

A velha figura que o SPI (sistema de proteção ao índio, já extinto) criou para dialogar com o estado com o nome de “capitão” que para nós significa opressor, continua violentando as mulheres Kaiowa e Guarani. E às tantas frases ditas durante a denuncia online continuavam: “Se eu morrer...”, “Se me matarem...”, “Se eu não estiver aqui amanhã...” Frases que marcaram as telas virtuais da VIII Kunangue Aty Guasu 2020, relatos de nós mulheres kaiowa e Guarani que atravessamos a fronteira da dúvida e estamos dispostas a morrer lutando, para não silenciarmos.

Com a palavra nossos convidados defensores de direitos humanos, afirmam que a violência é uma marca central da sociedade brasileira. Como lembrou a juíza de vara de violência doméstica do MS, ao final da sessão, esse tipo de violência incide entre mulheres brancas, negras, imigrantes e refugiadas.

No entanto, ela trouxe o dado estarrecedor de que 20% dos feminicídios no estado envolvem população indígena (como vítima ou perpetrador do crime), sendo que os indígenas são apenas 3% da população do MS, ou seja, que esse tipo de violência incide sete vezes mais sobre indígenas do que sobre brasileiros em geral. É um grito, é uma tragédia anunciada.

No último dia de assembleia, 30 de novembro de 2020, a Kunangue Aty Guasu debateu o tema: **Marco Temporal e as demarcações de Terras Indígenas Kaiowá e Guarani.**

Nós mulheres kaiowa e Guarani compartilhamos nossas lutas e resistências, frente a tantos pacotes de leis anti-indígenas, um deles a Tese Do Marco Temporal, que avançam com forças no congresso nacional Brasileiro contra os nossos direitos legais reconhecidos na Constituição Federal de 1988.

Estamos enfrentando um governo que vem retirando todos os nossos direitos legais, nos impedindo de existir, vendendo tudo o que é nosso, privatizando a terra que nos resta, acabando com o meio ambiente, aos olhos do capitalismo tudo virou mercadoria, se esquecem que todos os recursos naturais também acabam e a vida no planeta está ameaçada.

Para nós, legalizar a aplicar a tese do marco temporal, como uma ferramenta jurídica para tomar posse do que nos restam, é legalizar a morte do nosso povo kaiowá e Guarani, é invalidar os nossos direitos efetivos pela demarcação e homologação de nossas terras.

O governo brasileiro e seus poderes legislativo, executivo e judiciário a cada momento criam novas propostas de leis que de forma inconstitucional atinge diretamente a nossa vida.

Hoje a nossa luta, e o nosso grito, é pela vida, pela demarcação de nossas terras tradicionais, pela vida das mulheres indígenas, pela proteção das nascentes, rios, florestas, animais e pelo direito de existir.

A Kuñangue Aty Guasu é uma organização de mulheres kaiowa e guarani, somos reconhecidas por nossas anciãs (ãos), jovens e comunidade em geral. Lutamos em defesa dos direitos originários das Mulheres Kaiowá e Guarani.

Toikove Kunangue Kaiowá há Guarani!

VIDA as mulheres Kaiowá e Guarani.

Vidas indígenas importam!

Não a violência contra nossos corpos!

Demarcação já!

Enquanto houver o som do Mbaraka e do Takuapu vai ter luta!

Atenciosamente,

Conselho das Mulheres Kaiowa e Guarani da Kunangue Aty Guasu.

Tekoha Kaiowá e Guarani, 03 de dezembro de 2020.



Conclusão

Falar de mulheres Kaiowá e Guarani é urgente, é agora!

Esse é o primeiro relatório coletivo do mapa da violência, escrito somente por mulheres Kaiowá e Guarani defensoras de direitos humanos do Conselho da Kunangue Aty Guasu.

Narrativas/escritas no modelo *Karai* (de forma escrita em português), trazendo a público e denunciando as instâncias jurídicas regional, estadual, nacional e internacional as tantas formas de violências que ultrapassam os nossos corpos.

A você leitora (or), espero que compreenda que o motivo na qual as tantas páginas escritas pelas companheiras neste documento, seguem sem "correções", é por que nós mulheres Kaiowá e Guarani seguimos resistindo aos moldes colonialistas patriarcal há 520 anos.

O Kaiowá e Guarani é a nossa primeira língua, e o português é a segunda língua na qual fomos obrigados a compreender nesse processo violento de dizimação e colonização de nossos corpos. Escrever na língua *karai* também é uma violência, mas é a ferramenta de luta no formato *karai*, no *kuatia* (documentação), necessária para enviarmos o nosso grito de socorro.

Necessitamos urgentemente que o judiciário nos atenda em nossas línguas, efetivando nossos direitos para seguirmos vivas e de forma digna. Pois são inúmeros os julgamentos, decisões judiciais, sentenças concluídas sem compreender e nos consultar em nossa língua materna nativa.

A justiça *karai*/branca/nao indígena, precisa nos ouvir! As leis foram feitas para serem efetivadas e não podem continuar nos



desumanizando. Lutaremos de forma incansável, exigindo a efetivação dos nossos direitos e garantias de qualidade de vida mais dignas para todas as mulheres Guarani e Kaiowá.

As nossas vozes precisam/necessitam de uma resposta e um reconhecimento diante do judiciário não indígena. É urgente a proteção, o fortalecimento e a valorização das anciãs Nhandesys, parteiras, Jarys, mulheres indígenas Kaiowá e Guarani defensoras de direitos humanos, frente aos projetos de extermínios anti-indígenas que o estado vem executando contra os nossos corpos, contra o nosso modo de ser Guarani e kaiowá.

Cada grito de socorro neste documento é dedicado em memória aos nossos ancestrais, mulheres que lutaram bravamente para que estivéssemos aqui, e a todas as companheiras que seguem em luta.

Este relatório não se encerra aqui, vamos continuar com as nossas narrativas pelos próximos anos, reafirmando a nossa luta como mulheres Kaiowá e Guarani.

.... enquanto houver o som do *Mbaraka* e do *Takuapu* haverá luta!